

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

André Filipe Vítor Melícias

Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Variante de Arquivística

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO



O Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

André Filipe Vítor Melícias

Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Variante de Arquivística,
orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva

2015

Índice

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Índice | 2 |
| Resumo | 4 |
| Abstract..... | 5 |
| 1 – Introdução, posicionamento crítico e metodologia | 6 |
| 1.1 – Objeto e objetivos | 8 |
| 1.2 – Contextos de investigação | 11 |
| 1.2.1 – Das Ciências Documentais à Ciência da informação: continuidades e rupturas | 11 |
| 1.2.2 – Arquivística religiosa e arquivos religiosos | 15 |
| 1.2.3 – Perspetivas sobre a dinâmica sociocultural dos arquivos religiosos | 21 |
| 1.3 – Percursos e estratégias de investigação | 33 |
| 2 – Contextos de produção da informação arquivística: evolução histórica, orgânica e funcional da instituição | 35 |
| 2.1 – Início do movimento religioso: uma centralidade improvável | 39 |
| 2.2 – O nascimento de uma instituição..... | 49 |
| 2.3 – Fábrica do Santuário, Reitoria e Isenção Paroquial: um caminho de redefinição e desenvolvimento institucional (1940-1973) | 65 |
| 2.4 – Reitorado de Luciano Paulo Guerra: tempos de reestruturação (1973-2008)..... | 73 |
| 2.5 – Atualidade: uma história que continua (2008-2014) | 89 |
| 3 – A gestão da informação e documentação arquivísticas no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima..... | 92 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 – Constituição e evolução do ambiente regulador subjacente ao sistema de informação arquivística..... | 95 |
| 3.2 – Políticas e estratégias de gestão de informação arquivística | 99 |
| 4 – Classificação da informação | 109 |
| 4.1 – Considerações teóricas e metodológicas para a organização da informação arquivística permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima..... | 111 |
| 4.1.1 – Identificação do sistema de informação arquivística..... | 111 |
| 4.1.2 – Representação dos (sub)sistemas produtores de informação..... | 116 |
| 4.2 – Proposta de organização de informação e documentação arquivística permanente | 120 |
| 5 – Conclusão | 130 |
| Bibliografia e Fontes..... | 134 |
| Anexos | 149 |
| Anexo 1 – Associações profissionais e similares..... | 150 |
| Anexo 2 – Constituição e evolução do ambiente regulador do sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima | 156 |
| Anexo 3 – Plano de Classificação utilizado na Reitoria | 160 |

Resumo

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem por objeto o Sistema de Informação Arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, sobretudo desde a criação da Capelania, em 1927, até ao presente.

No sentido de gerar conhecimento estratégico de suporte às políticas de gestão da informação organizacional, foi promovido o estudo da evolução administrativa da entidade nas vertentes orgânica e funcional, enquanto eixos estruturantes da informação produzida. O estudo contempla também o ambiente regulador onde a Instituição desenvolveu a sua atividade e bem assim a forma como geriu, ao longo da sua existência, a informação produzida. A partir deste conhecimento, foram discutidas as bases teóricas e metodológicas que deveriam presidir à elaboração de um quadro de classificação para a informação arquivística acumulada na organização, objeto de identificação.

Do presente estudo resultou o conhecimento da realidade complexa do desenvolvimento institucional associada ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, com distintos ritmos nas dimensões *de facto* e *de iure*, materializados nos períodos de vigência da Capelania e da Fábrica do Santuário. Resultou igualmente conhecimento relativo às políticas de gestão da informação arquivística em prática na Instituição, nomeadamente das implicações resultantes da estruturação de serviços ocorrida na década de 70 do século XX e da colocação em prática de um projeto de gestão integrada da informação arquivística, a partir de 2002.

Palavras-chave: Ciência da Informação, arquivística, arquivos religiosos, estudo orgânico-funcional, classificação da informação arquivística, Portugal. Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Abstract

This thesis, written in the context of a master degree on Documentation and Information Sciences (Faculty of Arts, University of Lisbon), studies the Shrine of Our Lady of the Rosary of Fatima's Archival Information System, since the creation of the Chaplaincy in 1927 to the present (2015).

In order to generate strategic knowledge to support the forging of organizational information management policies, we promoted a study on the evolution of Shrine's administration with a focus on the organic and functional aspects as informational structuring axes. We also studied the regulatory environment in which the Shrine has developed its activity and managed its informational assets throughout its existence. After that, we discussed the theoretical and methodological bases that should justify a new framework on the information arrangement and classification on the Shrine's Information System.

Throughout this study we took knowledge of the complex reality of this Institutions development, its different paces and its *de facto* and *de iure* dimensions during the Chaplaincy and the Fábrica do Santuário (=Shrine's Factory) periods. We also took knowledge of the archival information management policies in use within the Institution throughout the years, including the implications resulting from the organizational reorganization which took place during the 70s and the beginning of an integrated management project on the Shrine's archival information, on the early 2000s.

Keywords: Information Science, church archives, organic and functional study, information arrangement and classification, Portugal. Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima = *Our Lady of the Rosary of Fatima's Shrine*.

1 – Introdução, posicionamento crítico e metodologia

Conteúdos

1 – Introdução, posicionamento crítico e metodologia

1.1 – Objeto e objetivos

1.2 – Contextos de investigação

1.2.1 – Das Ciências Documentais à Ciência da informação: continuidades e ruturas

1.2.2 – Arquivística religiosa e arquivos religiosos

1.2.3 – Perspetivas sobre a dinâmica sociocultural dos arquivos religiosos

1.3 – Metodologia

«Que lugar é o de vocemecê? [...] – O meu lugar é o céu. – Para que vem vocemecê cá ao mundo? – Venho cá para te dizer que venhas cá todos os mezes até fazer seis mezes e no fim de seis mezes te direi o que quero»¹. Assim inicia o diálogo registado no primeiro interrogatório oficialmente realizado a Lúcia, uma de três crianças de Aljustrel, freguesia de Fátima, que em maio de 1917 afirmaram ter visto uma senhora vinda do céu. Com a sua citação pretendemos remeter para os acontecimentos de 1917, ilustrando o carácter genésico das *aparições*² em relação ao fenómeno de Fátima: da devoção mariana aqui praticada ao Santuário que a assiste; do impacto mediático da chamada *mensagem de Fátima* e dos seus atores e agentes ao desenvolvimento da localidade, passando, claro está, pelo desenvolvimento de uma estrutura de serviços que faz funcionar o Santuário e que, no fundo, no seu agir quotidiano, dá origem ao objeto de estudo deste trabalho: a informação arquivística e os sistemas que a estruturam.

Este trabalho, realizado no âmbito do programa de mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, resulta em grande parte da atividade profissional desenvolvida no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima,

¹ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol I. 2ª ed. Fátima : Santuário, 2013. p. 28.

² Termo auto-explicativo comumente utilizado para referir o fenómeno de Fátima e outros similares.

nomeadamente a partir de janeiro de 2014, data em que passámos a exercer funções no Serviço de Estudo e Difusão daquela instituição, unidade orgânica que tutela o arquivo.

À escolha desta instituição para desenvolvimento do estudo que agora se apresenta presidiram diferentes motivações. Numa vertente muito prática, convém referir que o facto de ali trabalharmos desde março de 2013 - ainda que não no arquivo - representou um motivo de enorme centralidade, pela expectativa de uma maior facilidade em conciliar a nossa normal atividade profissional com a investigação que teríamos de levar a cabo. No entanto, esta visão pragmática não esgota o que nos motivou a solicitar autorização à Instituição para o desenvolvimento deste estudo. Esta lista de razões estaria incompleta se não se referisse o apreço que, resultado da nossa educação e vivência, nutrimos pelo local do Santuário e por aquilo que ele significa. Estaria ainda incompleta se não se referisse o estímulo adicional que representa trabalhar um local/instituição que tem um tão grande impacto a nível nacional e internacional.

A primeira abordagem à instituição, no sentido de expor genericamente o projeto de trabalho e solicitar autorização para a sua realização, foi efetuada em setembro de 2013. Pouco tempo após a autorização para a realização deste trabalho, foi-nos dada oportunidade de passar a exercer funções no arquivo e na biblioteca da instituição, efetivada em janeiro de 2014. Esta alteração de funções, para além de facilitar a investigação e de lhe trazer uma nova dinâmica e impacto potencial, representa, do nosso ponto de vista, um investimento em nós, no trabalho que nos propusemos desenvolver e na política de gestão de informação arquivística da instituição. É a esta aposta que, por gratidão pessoal e brio profissional, esperamos estar à altura de corresponder.

1.1 – Objeto e objetivos

Conforme referido anteriormente, o objeto de estudo do trabalho que agora se apresenta é a informação arquivística produzida pelo Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima no seu quotidiano e, particularmente, o sistema, ou sistemas, que a estruturam e têm estruturado ao longo de quase um século de existência da instituição³. Trata-se, contudo, de um objeto vasto, passível de uma multiplicidade de abordagens, com pontos de partida, objetivos e metodologias distintos, pelo que se torna imperativa a clarificação dos objetivos que nos propomos cumprir e dos percursos de investigação que pretendemos desenvolver.

Na abordagem inicial à Instituição, foi proposta a realização de um estudo de diagnóstico sobre o sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, ou seja, sobre o conjunto de recursos humanos, materiais e financeiros, procedimentos, normas e práticas informais que permitem a gestão e utilização quotidiana da informação arquivística.

O carácter visivelmente genérico desta proposta resulta, em primeiro lugar, do facto de ser uma abordagem inicial com o objetivo de obter autorização para a realização do estudo. Em segundo lugar, é necessário admiti-lo, resulta do desconhecimento que, de facto, possuíamos acerca das práticas de gestão de informação e documentação arquivísticas da Instituição, uma vez que, apesar de aí desenvolvermos atividade profissional, esta era desenvolvida numa área bastante distinta da do arquivo.

Apesar das limitações iniciais, na referida proposta seguia igualmente um esboço do que seria a estratégia de atuação a desenvolver, frisando a necessidade de, no contexto do diagnóstico, se proceder:

a) ao levantamento do historial da Instituição, onde se inseriria o estudo das estruturas organizacional e funcional presentes e passadas;

b) à avaliação do atual sistema de informação, bem como dos procedimentos de trabalho das várias unidades orgânicas, das suas necessidades informacionais e da documentação gerada no decorrer dos mesmos;

³ Deixaremos as considerações acerca da data de surgimento da instituição para momento oportuno.

c) da conveniência de se proceder igualmente à avaliação do grau de conhecimentos e, consequentemente, de eventuais necessidades de formação dos recursos humanos na área da gestão integrada da informação arquivística.

Na estratégia de atuação acima indicada é perceptível a influência da proposta de metodologia de conceção e implementação de um sistema de informação arquivística apresentada pela NP-4438, nomeadamente dos seus quatro primeiros pontos⁴, dos quais a estratégia apresentada pretende ser uma operacionalização.

Consideramos que da estratégia proposta inicialmente resultaria uma abordagem interessante ao sistema de informação arquivística da instituição, gerando conhecimento estratégico sobre o mesmo. Este conhecimento constituiria uma importante massa crítica de suporte à tomada de decisão sobre as políticas de gestão de informação da Instituição, seja numa perspetiva mais tradicional do arquivo votado à investigação, seja numa perspetiva dinâmica e integrada da gestão de informação que conjugue os interesses da administração e dos investigadores. No entanto, a necessidade de adaptar este estudo ao trabalho que está a ser desenvolvido⁵ e de garantir a exequibilidade deste trabalho em tempo útil torna imperativa uma reformulação do mesmo, limitando o seu âmbito. Assim, propomo-nos com este trabalho:

a) promover o estudo diacrónico da instituição e das estruturas orgânica e funcional que lhe foram subjacentes nos vários momentos do seu desenvolvimento;

b) analisar e avaliar as políticas de gestão da informação arquivística do Santuário ao longo dos anos, com especial ênfase no período pós-1973, quando a instituição passou a ter ao seu

⁴ A metodologia proposta pela NP-4438 apresenta 9 pontos ou tarefas que podem ser executadas de modo não linear, conforme as necessidades da organização. Podemos organizar esses 9 pontos em duas fases de atuação distintas. A primeira, de diagnóstico, compreende o levantamento da missão, objetivos e estrutura da instituição e uma análise dos seus pontos fortes e pontos fracos (investigação preliminar), a análise funcional, a identificação dos requisitos de documentos de arquivo - para a qual preferimos a expressão levantamento de requisitos informacionais e de meios de prova - e, por último, a avaliação dos sistemas existentes. A segunda fase de atuação, dedicada efetivamente à conceção e implementação do sistema, compreende a identificação de estratégias para o cumprimento dos requisitos de documentos de arquivo, o desenho e a implementação do sistema de informação, bem como o seu controlo e revisão. Cf. NP 4438. 2005. Informação e Documentação – Gestão de documentos de arquivo: Parte 1: Princípios directores. Lisboa: IPQ, 2005.p. 18-19.

⁵ O trabalho atualmente em curso será alvo de análise no decorrer deste estudo.

serviço pessoal com formação na área das então ciências documentais e procurou introduzir novas dinâmicas de gestão de informação;

Com base nestes dois pontos iniciais, é nosso objetivo final;

c) partindo do levantamento das unidades de instalação realizado entre 2002 e 2014 no depósito apelidado de “arquivo definitivo”:

c1) rever as séries identificadas;

c2) confrontar estas unidades de informação com a estrutura orgânica identificada no ponto *a*, de modo a propor um quadro de classificação que permita a (re)organização intelectual da informação arquivística identificada no levantamento atrás referido;

d) fornecer, a partir da análise da evolução das estrutura orgânica e funcional, elementos necessários ao trabalho de uma comissão de avaliação, prevista constituir desde 2002⁶ e da qual deverá resultar o estabelecimento efetivo de políticas de avaliação da informação e, necessariamente, instrumentos de gestão como tabelas de seleção e de temporalidade, que, associadas ao plano de classificação, permitirão traçar o percurso e destino da informação dentro da instituição logo no seu momento genésico.

⁶ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *Projeto de gestão integrada da informação arquivística*. 2001. Acessível em Arquivo do Santuário de Fátima (ASF). p. 7-9.

1.2 – Contextos de investigação

1.2.1 – Das Ciências Documentais à Ciência da informação: continuidades e ruturas

A capacidade de perceber dados, de os inteligir transformando-os em informação e de os comunicar – sobretudo o modo como o fazemos –, constitui uma faculdade que permitiu ao Homem obter vantagem e aos poucos dominar a natureza, sobreviver e organizar-se em sociedades. Da necessidade de gerar, gerir e comunicar informação surgiu, a seu tempo, a necessidade de a registar, bem como os meios para o fazer. Da pedra ao papel, da pintura à escrita, com escritas cuneiformes ou alfabéticas, o Homem desenvolveu a capacidade de registar a informação e, com este ato, deu origem ao documento.

Não é nosso objetivo historiar as práticas de gestão de informação, o modo como se procedeu à especialização entre arquivos e bibliotecas, os avanços e retrocessos no desenvolvimento dos arquivos ou o modo como se desenvolveu a arquivística enquanto disciplina ao longo do século XIX⁷. Face ao debate que, desde os anos 80, tem marcado o pensamento técnico-científico dos profissionais da gestão da informação – nomeadamente os arquivistas – dando, aparentemente, origem a um novo paradigma, entendemos como mais pertinente a definição das perspetivas atualmente em debate, as suas visões e propostas, continuidades e ruturas.

A primeira perspetiva, de índole tecnicista e custodial, está associada aos resultados do desenvolvimento da arquivística ao longo do século XIX. Estes resultados foram, no entanto,

7 Para perspetivas acerca do desenvolvimento da arquivística *vide* CRUZ MUNDET, José Ramón – *Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza, 2012. p. 17-53; SILVA, Armando Malheiro da, *et al* - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 45-193.

condicionados pelo desenvolvimento das ciências históricas e do processo político⁸. Do primeiro resulta a subalternização da arquivística face à história, reduzindo-a à categoria de prática, mais do que ciência, auxiliar da história. Do segundo, resulta a noção dos arquivos como pertença do conjunto dos cidadãos nacionais. Da conjugação destes dois tipos de condicionante que se poderá entender o desenvolvimento da vertente custodial nas suas principais características:

- a) sobrevalorização do continente, entendido enquanto património;
- b) *documentocentrismo* da prática profissional e, como consequência, crescimento da especialização técnico-profissional baseada em aspetos acidentais e extrínsecos dos continentes;
- c) valorização da custódia documental;
- d) instrumentalização da arquivística ao serviço da erudição e da construção identitária dos Estados-nação;
- e) forte distinção entre arquivos correntes/administrativos e arquivos históricos, com valorização dos últimos pela sua ligação à erudição⁹;
- f) visão linear do ciclo de vida do documento, fundamentada sobretudo em aspetos quotidianos da prática profissional¹⁰.

De igual modo, o processo político e o progresso tecnológico da segunda metade do século XX agiram como condicionantes ao desenvolvimento de uma nova perspetiva, denominada de pós-custodial¹¹, de índole informacional e científica. Se, por um lado, o processo de Nuremberga

8 Falamos dos desenvolvimentos conducentes à queda dos regimes absolutistas e sua substituição por regimes liberais e demoliberais. Deste processo resultou a abertura dos arquivos das instituições políticas e religiosas extintas, nomeadamente através da constituição de arquivos de concentração, denominados de arquivos nacionais, em teoria acessíveis a todos os cidadãos.

9 Na língua inglesa utiliza-se a expressão *records management* para a gestão de arquivo corrente e intermédio, reservando o termo *archives* para os arquivos de conservação definitiva.

10 No nosso entender, as diferentes fases propostas na teoria das três idades são justificadas não tanto pela alteração de valor associado ao documento, mas por necessidades práticas dos serviços produtores. A título de exemplo poderemos inferir, nesta linha de pensamento, que a fase semi-ativa se justifica mais por uma questão de gestão de espaço que a questões diretamente ligadas à informação/documentação que está a ser gerida.

11 Optámos por utilizar o termo *pós-custodial* como denominador e não como característica, pois entendemos que, enquanto a custodialidade que caracteriza a anterior perspetiva reflete as práticas profissionais centradas no documento, o termo *pós-custodial* aponta, não para um conjunto de práticas,

chamou a atenção para a importância dos arquivos correntes¹² – os *records* – desconsiderados no âmbito de uma arquivística de *papéis velhos*, por outro, o desenvolvimento das tecnologias da informação e, sobretudo, a sua crescente ubiquidade, alterou o paradigma *guttemberguiano* da produção e disseminação da informação. Neste contexto surgiu o campo científico da Ciência da Informação, afirmando-se como uma área de conhecimento transdisciplinar, refundadora e reorganizadora da *praxis* e do *body of knowledge* dos campos disciplinares da arquivística, da biblioteconomia, da documentação, da museologia, das tecnologias da informação, do campo da ciência [do tratamento matemático e/ou lógico] dos dados. Em conjunto, estas condicionantes conduziram o pensamento científico a considerar um novo paradigma, caracterizado por:

- a) afirmação da centralidade do conteúdo informacional face ao continente, ou seja, definição clara da informação enquanto objeto de estudo;
- b) afirmação de critérios de cientificidade em detrimento de critérios tecnicistas documentocêntricos;
- c) transdisciplinaridade da abordagem científica;
- d) valorização do acesso à informação;
- e) gestão integrada da vida útil da informação e documentos onde está registada, assente numa visão sistémica dos arquivos;
- f) visão não-linear e pluridimensional da vida útil da informação¹³.

Podemos sistematizar as características acima elencadas, explicitando, através da sua justaposição, as ruturas entre as duas perspetivas:

mas para a negação de práticas do período anterior, ainda que, neste paradigma possam conviver aspetos do paradigma custodial.

12 Sobre a influência da Segunda Guerra Mundial na gestão dos arquivos *vide* CRUZ MUNDET, José Ramón – *Archivística: Gestión de documentos y administración [...]*. p. 47-48; SILVA, Armando Malheiro da, *et al* – *Arquivística: teoria e prática de uma [...]*. p. 131.

13 Para rápida comparação entre o modelo *lifecycle* e o modelo *records continuum* confira AN, Xiaomi - An integrated approach to records management. *The information management journal*. [s.l]: Association of Records Managers & Administrators. Vol. 37, n.º 4 (2003), p. 24-30.

| Perspetiva custodial | Perspetiva pós-custodial |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Valorização do continente / documento | Valorização do conteúdo / informação |
| Critérios técnico-profissionais | Critérios científicos |
| Instrumentalização da arquivística | Abordagem transdisciplinar |
| Valorização da custódia | Valorização do acesso |
| Distinção entre arquivos administrativos e arquivos de erudição | Gestão integrada da informação / visão sistémica do arquivo |
| Visão linear do ciclo de vida do documento (<i>lifecycle model</i>) | Visão não linear e pluridimensional da vida útil da informação (<i>continuum model</i>) |

O desenvolvimento científico faz-se de continuidades e de ruturas, mas também de momentos de síntese. A *pós-custodialidade* surge como rutura com uma visão anterior, mas tal não significa que se deva entender nas suas propostas uma necessária *tábua rasa* da teoria e prática anteriores. Por vezes sentimo-nos perante um redutor *maniqueísmo hermenêutico* em que a um pós-custodial e científico *nós* se contrapõe um custodial e passadista *eles*. Ao pretender retirar toda e qualquer validade ao paradigma anterior – por vezes, aparentemente, só porque sim - não nos estamos a posicionar criticamente, estamos, frequentemente, a ceder a um *negacionismo acrítico* que pode perigar a cientificidade que pretendemos construir.

Será que definir um arquivo enquanto «sistema semifechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte»¹⁴ invalida que se possa igualmente ver nele um

14 Texto completo: «Arquivo é um sistema semifechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores». Cf. SILVA, Armando Malheiro da, *et al – Arquivística: teoria e prática de uma [...]*. p. 214.

«conjunto orgânico de documentos [...] produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica»¹⁵? No nosso entender a resposta é não. De facto, entendemos estas definições como complementares, já que apontam, respetivamente, para a organicidade e para a materialização da informação.

Podemos entender o que se apelida de paradigma custodial como sendo, na prática, uma disfunção ou uma situação anómala em que se assume o documento como um fim e não como um meio de materializar a informação. Não podemos, no entanto, esquecer o contexto em que esta anomalia se gerou, nem que, se hoje não nos revemos na *custodialidade*, devemo-lo sobretudo à alteração desse mesmo contexto.

Mais do que negar, a ciência refuta criticamente, isto é, estuda, interpreta, racionaliza e posiciona-se, eventualmente pela negativa. A racionalidade age na ciência como um fator moderador e integrador. É por isso que, em ciência, aos momentos de rutura, se seguem os momentos de síntese. O mesmo caminho terá de ser trilhado no âmbito da ciência da informação.

1.2.2 – Arquivística religiosa e arquivos religiosos

Dizem-nos as definições tradicionais que os arquivos são conjuntos orgânicos de documentos produzidos e recebidos por pessoas singulares ou coletivas no decorrer da sua atividade, reunidos a título de prova e informação¹⁶. A produção, a gestão e a (re)utilização da informação não são, portanto, atividades exclusivas de um determinado tipo de entidade. No entanto, das particularidades da entidade produtora, nomeadamente do âmbito da sua atuação,

15 Texto completo: «Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo.» Cf. NP 4041. 2005. Informação e Documentação – *Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ, 2005. p. 4.

¹⁶ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

da cultura organizacional e do ambiente regulador em que se insere, podem resultar variações no modo como esta realiza aquelas atividades. Se a este facto juntarmos a tendência dos profissionais à especialização e à agremiação em torno de objetos de trabalho e realidades administrativas comuns, facilmente perceberemos a proliferação de grupos e subgrupos de gestores de informação¹⁷ e, no caso específico dos arquivos, de diversos tipos de arquivo, com o risco do aparecimento de hipotéticas subdisciplinas arquivísticas.

Na bibliografia consultada, são utilizadas regularmente as expressões arquivística religiosa e arquivística eclesiástica. No nosso entender – e na senda de Paulo Fontes, que propõe a utilização da primeira expressão como conceito operatório, delimitando uma área de atuação comum¹⁸ –, a utilização destas expressões parecem resultar mais de uma questão de linguagem do que de conteúdo. No entanto, estes termos nem sempre parecem ser utilizados enquanto conceito. Existem alusões que parecem assumir direta ou indiretamente a arquivística religiosa como se fora uma subdisciplina arquivística tutelar dos arquivos de organizações culturais, nomeadamente dos arquivos de instituições na esfera da Igreja Católica Apostólica Romana¹⁹. Entendemos que, num contributo para a contextualização do objeto deste estudo e do âmbito concetual e metodológico da abordagem a realizar, este é um aspeto que merece ser refletido e aclarado, uma vez que não será o mesmo falar de arquivística aplicada no contexto de instituições religiosas ou falar de uma subdisciplina arquivística religiosa.

Julgamos que a hipotética definição de uma subdisciplina arquivística religiosa poderá estar ligada a uma perspetiva patrimonialista da gestão da informação arquivística, centrada no

¹⁷ À tradicional distinção entre arquivista e bibliotecário, juntou-se no século XX a de documentalista. Atualmente, com o desenvolvimento e disseminação das tecnologias de informação será necessário considerar a inclusão de profissionais como os gestores de conteúdos *web* (*sites*, *blogs* e redes sociais) ou os gestores de redes (*intranet*, etc).

¹⁸ «[...]a utilização do conceito de *arquivística religiosa* permitiu definir um campo de trabalho específico e fomentar uma reflexão comum entre várias instituições». Cf. FONTES, Paulo – Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In *Memoria Ecclesiae XVI: Oviedo* : [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 114.

¹⁹ Veja, por exemplo, BADINI, Gino – *Archivi e Chiesa: lineamenti di archivistica ecclesiastica e religiosa*. 3ª ed. Bolonha: Pàtron, 2005. p. 11-13.

continente e em usos muito específicos da mesma²⁰. Esta situação poderá criar a confusão entre o que são princípios científicos e metodológicos e o que é a prática profissional, total ou parcialmente baseada nos mesmos, ou seja, o facto de pretendermos definir a disciplina ou subdisciplina científica não pelo objeto de estudo ou pela metodologia, mas pelos fins específicos que pretende atingir. Deste ponto de vista, assumir a existência de uma subdisciplina arquivística religiosa resultaria mais da consciência de grupo profissional e da necessidade comum de resposta a determinados desafios²¹, do que de critérios objetivos ligados à metodologia e objeto de estudo.

A arquivística, enquanto metodologia e prática de gestão de informação fundamentada em critérios de cientificidade da área da Ciência da Informação, não tem, ao longo da sua história, estado imune a esta visão patrimonialista. Tal facto poderá resultar na sua instrumentalização em favor de determinado grupo ou fim, sendo, portanto, contrário ao objetivo de constituir mediação entre a informação e as necessidades dos utilizadores presentes e futuros. Foi-o com a subserviência dos arquivistas aos historiadores²², parece sê-lo igualmente com a aparente redução da arquivística [*religiosa*] a um ato de vivência de fé²³.

20 Por exemplo, usos científicos ou pastorais.

21 No fundo, seria tomar aquilo que Paulo Fontes aponta como conceito operatório de arquivística religiosa - conforme referido anteriormente - e pretender a partir daí fundamentar uma disciplina científica.

22 Sobre este tópico, Emanuele Atzori, numa publicação no blog *Foederis Arca*, sintetiza a opinião de autores como Lodolini e Pratesi, identificando problemas que podem resultar desta subalternização. Cf. ATZORI, Emanuele - *Sull'archivista «schiavetto negro» degli «aristocratici della scienza»* [Em linha]. *Foederis Arca*, 11 Abr. 2012. [Acedido em 29 out. 2014]. Url: <<http://foederisarca.wordpress.com/2012/04/11/sullarchivista-schiavetto-negro-degli-aristocratici-della-scienza/>>.

23 «El archivero de la Iglesia se sumerge en la documentación de su archivo, para indagar en el pasado de fe de la comunidade a la que pertenece, para explorar los lugares más recônditos, que sólo el avezado llega a descubrir. El archivero de la Iglesia es también un investigador nato y dificilmente puede sustraerse al sueño de ahondar en las realidades del pasado de fe de sus antecessores. El archivero de la Iglesia dista de un funcionário, porque su labor la preside antes que nada el amor a la comunidade de creyentes a la que sirve» Cf. MARCHISANO, Francesco - El archivo, el archivero y la arquivística eclesiástica. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 104.

Na bibliografia consultada destacamos o trabalho de Francesco Marchisano²⁴ – especificamente o artigo resultante da conferência apresentada no II Curso de Arquivística Religiosa (Porto, 1998) – porque, mais do que utilizar a expressão, o autor acaba por defender a existência de uma arquivística eclesiástica, ainda que a sua argumentação seja elaborada mais numa perspetiva teológico-filosófica do que em critérios técnicos ou científicos²⁵.

O autor inicia o seu raciocínio apresentando a arquivística como uma ciência ligada ao governo «deste mundo»²⁶. Aos arquivos profanos, Marchisano contrapõe os arquivos eclesiásticos, resultantes da atividade da Igreja²⁷ enquanto entidade «divino-humana» com fins e

24 Francesco Marchisano (1929-2014), cardeal italiano, desempenhou os cargos de secretário da Pontifícia Comissão para a Conservação do Património Artístico e Histórico [da Igreja] (1988-1993?), presidente da Comissão Pontifícia para a Arqueologia Sagrada (1991-2004) e presidente da Comissão Pontifícia dos Bens Culturais da Igreja (1993-2003). No decorrer deste último cargo, esteve ligado à publicação da circular «A função pastoral dos arquivos eclesiásticos», que constitui um importante instrumento para a gestão e valorização do património arquivístico das comunidades cristãs. Note-se que as opiniões e objeções relativas a aspetos de um trabalho concreto deste autor - conforme se tornará claro adiante - não refletem falta de consideração ou descrédito daquilo que foi a globalidade da sua ação, nomeadamente a atuação junto da Comissão Pontifícia dos Bens Culturais da Igreja.

25 Também Gino Badini parece entender a arquivística eclesiástica como uma disciplina arquivística com autonomia, baseado em «critérios peculiares» e «características tipológicas recorrentes» (tradução literal da nossa responsabilidade), aproximando-se daquilo que será a argumentação de Marchisano, analisada infra. O autor refere a distinção entre arquivística geral e arquivística especial, apontando para a organização utilizada no manual editado em 1970 pela Imprensa Nacional Francesa, onde os «archives culturelles» estão inseridos na segunda parte do manual, dedicada à arquivística especial. «[...] l'analisi dei criteri peculiari che informano questo speciale settore dell'archivistica e la ricerca delle caratteristiche tipologiche ricorrenti nei complessi documentari facenti capo alla Chiesa, non possono far altro che portare ulteriori contributi alla tesi che sostiene il fondamento scientifico della disciplina archivistica [ecclesiastica]. La specificità dell'argomento [...] è [...] una riprova dell'importanza che va attribuita all'archivistica ecclesiastica sia per la verifica dei principi generali enucleati dalla scienza che si occupa dei complessi documentari sia per la capacità di elaborare criteri distintivi, validi nell'ambito dell'archivistica speciale.» Cf. BADINI, Gino – Archivi e Chiesa. p. 11-12; ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (Ed.) – *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques de France*. Paris : Ministère des Affaires Culturelles, 1970. p. 434-462.

26 Cf. MARCHISANO, Francesco – *Op. cit.* [...]. p. 104 e ss.

27 O autor coloca-se na perspetiva da Igreja Católica.

estrutura que não são deste mundo, ainda que o integrem²⁸. É nesta dupla natureza que fundamenta a existência de uma arquivística eclesiástica²⁹, pois considera que, se o arquivo integra a memória do produtor reproduzindo as lógicas que presidiram à criação, utilização e gestão da informação e que, se as sociedades civis e religiosas têm contextos e objetivos diferentes, então, a memória e os arquivos destas entidades também serão diferentes³⁰ e, por extensão, depreendemos que também o será a forma de os gerir. A existência de uma subdisciplina arquivística eclesiástica parece ser, no contexto do pensamento exposto por Marchisano, uma contingência imposta pela dupla natureza da Igreja e do seu agir³¹.

Não coincidimos na visão e argumentação de Marchisano. Entendemos que, ao entrar no campo da ontologia e tentar dele retirar consequências científicas, o autor fá-lo abordando o contexto do objeto de estudo sem, no entanto, chegar a considerar diretamente o mesmo objeto³². Assim, Marchisano acaba por assumir a existência de uma subdisciplina arquivística partindo das diferenças na natureza e funções das instituições produtoras e sem refletir sobre o que, efetivamente, determina e define a arquivística: a informação³³. Este é um ponto da maior relevância na análise do pensamento exposto pelo autor, já que, ainda que teologicamente se considere que a Igreja resulta de uma vontade divina e está, na sua essência, imiscuída de uma lógica divino-humana, o ato de gerar e gerir informação integra a esfera do humano. «A César o

28 «[...] el archivo eclesiástico es la memoria de la vida de una sociedad divino-humana con unos fines y una estructura que no son de este mundo, aunque como su Señor pertenezcan a él.» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 105-106.

29 « [...]esta memoria divino-humana se há creado com el material humano de este mundo: unas formas de gobierno, un derecho y una historia. Realidades institucionales y archivísticas sostienen la base de la archivística eclesiástica.» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 106.

30 «Si en el archivo se deposita la memoria de quien lo há creado, forzaso es que nos devuelva la imagen de su ser y de su actuar persiguiendo los fines que há pretendido alcanzar. Y es obvio que la sociedad humana de un estado civil no tiene los mismos fines que la sociedad divino-humana de la Iglesia. La memoria de ambas sociedades, que son diversas, también diverse será» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 105.

31 «El crear, fijar, disponer, ordenar, acceder, recuperar y entender tan peculiar memoria, exige no olvidar que lo es de una acción divino-humana» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 104.

32 A análise centra-se na entidade produtora e/ou gestora e não na informação arquivística por ela produzida e gerida

33 Ainda que trabalhe apenas informação registada e a cujo registo sejam atribuíveis objetivos específicos, é a informação que deve ser considerada o objeto da arquivística. O continente é apenas o veículo que permite a materialização, conservação e disseminação da informação.

que é de César, a Deus o que é de Deus»³⁴ e, se a administração de um sacramento está no âmbito da relação com o divino, o ato administrativo de o registar, o sentido e os objetivos de gestão e controlo que presidem ao registo estão impregnados de lógica humana, entrando em contradição com a visão expressa por Marchisano no artigo anteriormente citado.

Na nossa opinião, a argumentação de Marchisano aponta especificidades que devem ser tidas em conta na gestão de arquivos eclesiais³⁵, mas não justifica a constituição de uma subdisciplina arquivística devotada àqueles sistemas de informação, pois, na sua essência, não são diferentes dos demais, mas apenas em aspetos acidentais e de contexto. Tal só se justificaria se uma certidão de batismo fosse intrinsecamente diferente de uma certidão de nascimento. Não o é, uma vez que ambos os documentos têm como objetivo atestar legalmente informação acerca de uma determinada realidade - num caso a administração de um sacramento que, para os seus atores, representa uma realidade divina, noutra a realidade humana do nascimento de determinado indivíduo - e um documento, enquanto registo de informação, define-se pelo objetivo que preside à sua génese e não pelas leituras que dele são feitas *post facto*, por muito que estas influenciem os seus usos pós-genésicos.

Daqui resulta que, com Paulo Fontes, entendamos ser equívoco pensar em arquivística religiosa como uma «qualquer nova ciência ou disciplina arquivística, distinta da arquivística em geral»³⁶. Consideramos, pois, que as expressões arquivística religiosa e arquivística eclesial devem ser entendidas como representação linguística genérica, figurativa da prática da gestão de documentação e informação em instituições religiosas. No entanto, ao contrário de Paulo Fontes, não entendemos que nos referimos «a arquivística religiosa [...] em função da especificidade do seu objeto»³⁷. De facto, o objeto da arquivística - qualquer que seja o epíteto que lhe queiramos apor - é a informação³⁸ e, conforme demonstrámos anteriormente, a natureza desta não se altera conforme a sua origem laica ou religiosa. Assim, entendemos que

³⁴ Frase atribuída a Jesus de Nazaré pelos evangelistas Mateus e Marcos (Mt 23, 15-22; Mc 12, 13-17). Cf. *NOVO Testamento*. Fátima: Difusora Bíblica, [1999]. p. 56; 100.

³⁵ Nomeadamente a dimensão pastoral e eclesial que os usos presente e futuro da informação poderão ter.

³⁶ Cf. FONTES, Paulo - *Op. cit.* p. 114.

³⁷ Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 114.

³⁸ E, num segundo momento, os suportes em que esta está registada.

definir arquivística religiosa como conceito operatório só se poderá justificar enquanto reconhecimento de especificidades do contexto genésico e não do objeto produzido. Pretender o contrário seria ceder ao equívoco de tentar criar uma nova ciência ou disciplina no âmbito da prática arquivística.

1.2.3 – Perspetivas sobre a dinâmica sociocultural dos arquivos religiosos

Os arquivos religiosos, enquanto resultado de vivências e repositório das memórias de sucessivas gerações de crentes, têm vivido momentos em que o interesse e proteção contrastam com a incúria de outros tantos momentos. Esta dinâmica de atração/esquecimento em torno dos arquivos parece resultar da uma contínua oscilação entre a valorização do polo probatório ou do polo memorialista. Também no nosso tempo vemos este diálogo entre duas visões sobre os arquivos: por um lado a atitude mais administrativa do registo zeloso dos sacramentos, dos assuntos diocesanos e das informações reservadas que constituem os ‘arquivos secretos’, visível nos códigos de direito canónico de 1917 e de 1983³⁹; por outro uma visão mais patrimonial, que vê nos arquivos religiosos uma memória do *transitus domini* na História⁴⁰ e pretende aproveitar o seu valor pastoral, ou os vê como local privilegiado para desenvolver o trabalho da historiografia⁴¹.

39 Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Derecho Canónico [de 1917]: y legislación complementaria*. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Católica, 1954. ; IDEM - *Código de Direito Canónico [de 1983]*. 4.ª ed. Braga: Editorial Apostolado da Oração, [2007].

40 Num discurso aos arquivistas eclesiásticos, Paulo VI cunha a expressão que é frequentemente referida em outros autores. Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1963-1978 (Paulo VI) – *Insegnamenti di Paolo VI*. vol. I, Vaticano: Libreria Editrice Vatican, 1964. p. 614-615.

41 «[...] siècles avant la naissance des “États” - au sens moderne de ce mot - elle conservait, dans les registres de ses paroisses, dans les bibliothèques des ses mosnastères, ces actes relatifs à ce qu’on appelle aujourd’hui l’“État civil”, et qui constituent pour l’historien une source d’information de première mains extrêmement précieuse.» Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1958-1963 (João XXIII) – *Discorsi, messaggi, colloqui del Santo Padre Giovanni XXIII*. vol. III. Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1962. p. 415-416

Não é objetivo deste trabalho proceder a uma análise e interpretação detalhadas do que tem sido a evolução dos arquivos eclesiásticos. Ainda assim, entendemos que devemos abordar a dinâmica sociocultural dos arquivos religiosos ao longo das últimas décadas, sobretudo na esfera do mundo católico, já que é o contexto específico do objeto deste estudo.

Ao nível da análise do pensamento arquivístico e da atitude das estruturas eclesiásticas face aos arquivos, não pretendendo fazer uma abordagem diacrónica de princípios normativos sobre arquivos eclesiásticos⁴², optámos por nos focar em textos específicos, os quais entendemos permitirem perceber o modo como foram entendidos os arquivos e a sua função na Igreja do século XX e início do XXI.

Num primeiro momento será conveniente tentar perceber que sistemas integram, segundo os textos normativos – nomeadamente o código de direito canónico –, a esfera dos arquivos eclesiásticos. Poderemos entender que, ao definir procedimentos administrativos que implicam a produção, gestão e utilização de informação e, ao contextualizá-los numa estrutura orgânica⁴³ e funcional⁴⁴, estes textos permitem divisar várias tipologias de arquivos que devem ser considerados de âmbito eclesiástico.

Seguindo a sistematização proposta por Vivas Moreno e Pérez Ortiz⁴⁵, no código de direito canónico de 1917 estão previstos os arquivos diocesanos, paroquiais, catedralícios, de colegiadas, de fundações [pias] e «demais Igrejas» – classificação baseada no contexto orgânico da produção, ou proveniência, do arquivo –, aos quais se juntam o arquivo secreto – cuja origem

42 Na senda do efetuado, por exemplo, por José Paulo Abreu. Cf. ABREU, José Paulo – Arquivos eclesiásticos: orientações e normas. *Theologica*. 35:1(2000). p. 201-205 ; IDEM – A Igreja e os seus arquivos: história e normas até 1983. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000.

43 Tomando como exemplo o código de 1983, os vários corpos orgânicos que compõem a Igreja Católica estão previstos no Livro II - «Do Povo de Deus», cânones 204 a 746 -, onde é definida a constituição hierárquica da Igreja, desde o Pontífice ao capelão, desde a Cúria Romana à paróquia, abordando igualmente os institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 35-136.

44 No mesmo texto, os livros III a VII versam sobre funções desempenhadas pelas várias instituições que compõem a Igreja, nomeadamente na área pastoral, da administração de bens e de justiça. Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 137-303.

45 Cf. VIVAS MORENO, Agustín, PÉREZ ORTIZ, María Guadalupe – *Archivos Eclesiásticos: el ejemplo del Archivo Diocesano de Mérida-Badajoz*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2011. p. 15.

está na proteção de informação sensível, determinando restrições ao acesso e difusão – e o arquivo histórico – determinado pelo fator idade, neste caso como valorização da memória. Analisando o mesmo documento, João Paulo Abreu optou por enunciar as instituições que devem possuir arquivo, alargando o âmbito da sistematização anteriormente citada: «[...] todos os principais institutos eclesiais (Santa Sé, Congregações, Tribunais e Dicastérios da Cúria Romana, Dioceses, Vicariatos e Prefeituras Apostólicas, Capítulos Catedrais e Colegiais, Paróquias, Ordens e Associações Religiosas, Seminários, Irmandades, Obras Pias...) devem possuir um próprio arquivo»⁴⁶.

Os arquivos previstos no código de direito canónico de 1983 são sistematizados por Vivas Moreno e Pérez Ortiz⁴⁷ – de modo muito próximo com o que estava previsto no normativo de 1917 – nas categorias de arquivo diocesano, arquivo secreto da Cúria [diocesana], arquivo histórico, arquivo da Catedral, de colegiadas e demais igrejas da diocese, arquivos de fundações, arquivos de institutos de vida consagrada e das «demais instituições». No entanto, como nota José Paulo Abreu, apesar deste código ser muito concreto ao determinar a instalação de arquivos diocesanos, com valências de arquivo corrente, definitivo («histórico») e de acesso restrito («arquivo secreto»)⁴⁸, é, à semelhança do código de 1917, no que respeita à gestão da informação, um texto composto por «legislação genérica, abstrata, cheia de lacunas»⁴⁹. A título de exemplo, refere o autor que o normativo «omite referências aos arquivos das irmandades e dos lugares pios», lacunas importantes no contexto do presente estudo⁵⁰.

46 Cf. ABREU, José Paulo – *A Igreja e os seus arquivos* [...]. p. 146.

47 Cf. VIVAS MORENO, Agustín, PÉREZ ORTIZ, María Guadalupe – *Op. cit.* p. 16.

48 Cân. 486-491. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 89-90.

49 Cf. ABREU, José Paulo – *Arquivos eclesiais* [...]. p. 204.; IDEM – *A Igreja e os seus arquivos* [...]. p. 145.

50 Os santuários, ainda que canonicamente considerados locais de culto (Cân. 1230-1234), não são *per se* entidades dotadas de personalidade jurídica ou moral. Estes espaços são frequentemente geridos por irmandades ou confrarias – por exemplo, os santuários do Bom Jesus do Monte, do Sameiro, de Nossa Senhora de Porto Ave, ou, nas proximidades de Fátima, da Senhora da Nazaré ou da Senhora da Encarnação –, detentoras de personalidade jurídica. No caso do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, conforme se abordará oportunamente, o espaço é gerido desde 1940 pela entidade ‘fábrica do santuário’, que detém personalidade jurídica.

As lacunas apontadas podem ser justificadas «pela vontade de não entrar em excessivas casuísticas»⁵¹. De facto, não sendo a gestão da informação o objeto principal do normativo, é compreensível que não exista aí uma confortável definição do que constitui ou não a esfera dos arquivos eclesiais. No entanto, a lógica leva-nos a englobar nessa expressão genérica o conjunto de sistemas produtores e gestores de informação, pertencentes a instituições ligadas direta⁵² ou indiretamente⁵³ à estrutura de uma Igreja, neste caso específico, da Igreja Católica.

As funções atribuídas aos arquivos constituem um outro ponto cuja compreensão é importante. Nos códigos de direito canónico de 1917 e 1983 a informação arquivística é referida sobretudo na perspectiva administrativa e probatória da sua produção, gestão e utilização na condução dos negócios eclesiais, «não só espirituais mas também temporais»⁵⁴. Será necessário recorrer a outro tipo de textos para vislumbrar referências às perspectivas memorial, identitária e pastoral acerca da informação arquivística, nomeadamente intervenções e discursos proferidos pelos papas.

No conjunto de intervenções que nos foi possível coligir – proferidas entre 1935 e 2005 – a visão dominante parece ser a da valorização dos arquivos enquanto repositório da memória eclesial. João XXIII valorizou-os como testemunho da vida e obra da Igreja, não só na fase de conservação definitiva, mas ainda enquanto arquivos correntes⁵⁵. Paulo VI referiu-os como vestígios do *transitus domini*, valorizando a sua importância no âmbito pastoral, histórico e civilizacional⁵⁶. João Paulo II, no *motu proprio la cura vigilantissima*, valorizou os arquivos

51 Conforme refere o autor relativamente ao código de 1917. ABREU, José Paulo – *A Igreja e os seus arquivos [...]*. p. 145.

52 Por exemplo uma diocese, uma paróquia, um seminário.

53 Por exemplo um grupo de jovens ou um movimento.

54 Cân. 486§2. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 89.

⁵⁵ «Tanto i preziosi depositi di antichi documenti, quanto le carte moderne degli archivi correnti, sono la testimonianza della vita e delle opere della Chiesa, e formano nel loro insieme una documentazione unica, essenziale e insostituibile, che è destinata innanzi tutto a servire alla Chiesa stessa, e merita di essere conservata anche a vantaggio degli studi storici». Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1958-1963 (João XXIII) – *Discorsi, messaggi, colloqui del Santo Padre Giovanni XXIII*, vol. II. Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1961. p. 833.

56 «Ed ecco che, allora, l'aver il culto di queste carte, dei documenti, degli archivi, vuol dire, di riflesso, avere il culto di Cristo, avere il senso della Chiesa, dare a noi stessi, dare a chi verrà la storia del passaggio di questa fase di "transitus Domini" nel mondo. [...] Sarà forse un fastidio, sarà una molestia, un peso, ma

afirmando a constante preocupação da Santa Sé na preservação da memória para as gerações futuras⁵⁷.

As duas perspetivas acerca da utilidade dos arquivos – que classificámos, uma, de administrativa e outra de memorial, identitária e pastoral – não são, contudo, inconciliáveis. Exemplo disso é visível no discurso proferido por João Paulo II na inauguração das novas instalações do Arquivo Secreto do Vaticano⁵⁸. Nesta intervenção, o papa apontou a importância do arquivo como «instrumento e fonte»⁵⁹ para o governo e para a cultura, referindo vários momentos do funcionamento administrativo pelas quais os documentos transitam. Embora com um pendor tradicional e patrimonialista – cita o «transitus domini» de Paulo VI, por exemplo –, este discurso refletiu a consciência da origem administrativa dos documentos e dos seus objetivos genésicos poderem diferir dos objetivos secundários, de índole pastoral e cultural. O mesmo pontífice referiu igualmente, num artigo da constituição apostólica «Pastor Bonus» dedicado ao Arquivo Secreto do Vaticano, que ali eram conservados documentos «para, antes de tudo estarem à disposição da Santa Sé e da Cúria no desempenho do próprio trabalho, e para que depois, por concessão pontifícia, possam representar para todos os estudiosos de história fontes de conhecimento, mesmo profano, daquelas regiões que há séculos estão intimamente

il fatto è che noi abbiamo una ricchezza immensa di Archivi ecclesiastici. Li dobbiamo bruciare? Li dobbiamo addandonare? [...] o invece dobbiamo difenderli? Non costituiscono forse un patrimonio nazionale, un segno della nostra civiltà, della nostra coltura, come si diceva; una nostra vera riserva, anche proprio per il rifornimento della psicologia ecclesiastica e della missione pastorale nel mondo?» Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1963-1978 (Paulo VI) – *Insegnamenti di Paolo VI*. vol. I. p. 614-615.

57 Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1978-2005 (João Paulo II) – *Litterae appostolicae 'motu proprio' datae quibus lex promulgatur de Sanctae Sedis tabulariis*. [Vaticano]: Typis Vaticanis. vol. XCVII, n.º 4 (2005). p. 353-376.

58 Cf. IDEM - *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*. vol. 3-2. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana: 1980. p. 907-915.

59 «L'ampliamento dei locali dell'Archivio Segreto Vaticano si è reso necessario per il costante aumento delle fonti documentarie che vi affluiscono. Sono scritti che attestano l'operato della Chiesa nelle sue molteplici manifestazioni: le relazioni fra Cattedra di Pietro e le Chiese locali, i rapporti fra la Santa Sede e i Governi dei vari Paesi, l'attività del Papa nelle sue varie forme. Bastano questi cenni per comprendere l'importanza dell'Archivio, come strumento e fonte di governo, di diritto, di storia, in altre parole di conoscenza, di umanità e di cultura: esso non è soltanto una pura raccolta e conservazione di scritti, bensì riveste un aspetto dinamico, nelle sue diverse fasi di bene funzionale o amministrativo e di bene culturale.» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 909.

ligadas com a vida da Igreja»⁶⁰, conjugando os usos administrativo e cultural e dando primazia ao primeiro sem, contudo, desvalorizar o segundo.

Igualmente merecedor de referência, ainda que não seja de autoria de um pontífice, é o documento «a função pastoral dos arquivos eclesiásticos»⁶¹. Este documento, publicado em 1997 pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja⁶², embora fortemente marcado pela perspectiva patrimonialista, apontava a importância dos arquivos correntes, enquanto gênese dos arquivos históricos do amanhã⁶³, mas também como fonte de informação para apoio a decisões futuras⁶⁴.

Os arquivistas têm, também eles, oscilado entre as duas perspectivas, conforme se pode perceber numa análise à atuação das associações profissionais e às suas publicações. Vejam-se, por exemplo, os números da revista *memoria ecclesiae*⁶⁵, da Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, ou da *archiva ecclesiae*⁶⁶, da Associazione archivistica ecclesiastica, onde facilmente se observam artigos de índole historiográfica a par com outros mais vocacionados para questões técnicas e metodológicas.

60 Artigo 187 da Constituição Apostólica *Pastor bonus*. Cf. IDEM - *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*. vol. 11-2. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana: 1989.

61 Cf. IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja – A função pastoral dos arquivos eclesiásticos. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 282- 298.

62 Este documento justificaria uma abordagem mais profunda, não possível na economia do presente estudo. Remetemos para as análises efetuadas por Francesco Marchisano, presidente da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja à data da publicação, e Agustín Hevia Ballina. Cf. MARCHISANO, Francesco – La función pastoral de los archivos eclesiásticos. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 115-125.. ; HEVIA BALLINA, Agustín - *Los archivos de la Iglesia, memoria viva de la comunidad cristiana, testigos de la vida y de la historia: los archivos catedralicio e histórico diocesano de Oviedo, instituciones al servicio de la Iglesia y de Asturias*. Oviedo : Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000. p. 17-34.

63 Cf. IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja – *Op. cit.* p. 288.

64 Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 289.

65 Cujos índices estão disponíveis online em: <http://www.scrinia.org>.

66 Cujos índices estão disponíveis online em: <http://www.archivaecclesiae.org/index.php/quaderni-2>.

A existência e atividade das estruturas associativas dedicadas aos arquivos religiosos constituem também um ponto que entendemos merecer atenção. Efetuámos uma breve pesquisa, sendo o resultado apresentado no esquema que se segue⁶⁷:

a) Associações de arquivos e arquivistas de instituições religiosas

a1) Católicas

1. Associazione Archivistica Ecclesiastica [Vaticano];
2. Asociación de Archiveros de la Iglesia en España;
3. Association des Archivistes de l'Église de France;
4. Groupe de recherches historiques et archivistiques des congrégations féminines [França];
5. Catholic Archives Society [Reino Unido e Irlanda];
6. Association of Catholic Diocesan Archivists [E.U.A.];
7. Iowa Conference of Archivists of Catholic Institutions [E.U.A.];
8. Tri-State Catholic Archivists [E.U.A.];

a2) Cristãs não Católicas

1. Cathedral Library & Archives Association [Reino Unido e Irlanda];
2. Association of Librarians & Archivists at Baptist Institutions [E.U.A.];
3. Evangelical Lutheran Church of America Archives Network [E.U.A.];
4. National Episcopal Historians & Archivists [E.U.A.];
5. Episcopal Archivists Network [E.U.A.];
6. The Historical Society of the United Methodist Church [E.U.A.];

a3) Ecuménicas ou interconfessionais

1. Association for Church Archives of Ireland;
2. Religious Archives Group [Reino Unido];
3. Saint Louis Area Religious Archivists [E.U.A.];
4. Archivists for Congregations of Women Religious [E.U.A.];
5. Archivists of Religious Institutes [E.U.A.];

67 Para informações mais completas, consulte o anexo 1.

6. Western New York Archivists [E.U.A.];
7. New England Archivists of Religious Institutions [E.U.A.];
8. Church Archivists Society of Australia

b) Secções integrando associações nacionais ou internacionais de arquivistas

1. Section for archives of faith traditions (SAFT-ICA);
2. Archivists of Religious Collections Section [Society of American Archivists];

c) Secções e comissões ligadas à hierarquia de Igrejas

c1) Católicas

1. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja [Vaticano];
2. Comissão Episcopal Cultura, Bens Culturais e Comunicações [Portugal];
3. Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja [Portugal];
4. Scottish Catholic Archives;
5. Centre national des archives de l'Église de France;
6. Bundeskonferenz der Kirchlichen archive in Deutschland [Alemanha];
7. Arbeitsgemeinschaft der Ordensarchive [Alemanha];
8. Arbeitsgemeinschaft der Archive überdiözesaner Einrichtungen [Alemanha];
9. Ordensarchive Österreichs [Áustria];

c2) Cristãs não Católicas

1. General Commission on Archives & History [E.U.A.];
2. Committee on Archives and History [Canadá];

c3) Não cristãs

Não foram identificadas agremiações nesta categoria.

A lista acima deve ser entendida necessariamente a título de exemplo, resultante de um trabalho em contínuo e, como tal, incompleta. Ainda assim, permite-nos conceber uma imagem geral e compará-la com a realidade portuguesa, onde não existe uma associação que congregue os profissionais e as instituições detentoras dos arquivos religiosos. A este nível, em Portugal, as

únicas entidades existentes são as estruturas (Comissão e Secretariado) ligadas à Conferência Episcopal e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), da Universidade Católica Portuguesa, que tem vindo a desenvolver a sua atividade nesta área através de um grupo de trabalho dedicado à arquivística.

Poderemos entender esta situação como geradora uma certa orfandade dos arquivos religiosos nacionais, onde nem sempre existem pessoas formadas na área ou com um mínimo de conhecimentos, de modo a poder gerir convenientemente a informação ativa como um ativo organizacional e a preservar a longo prazo. Parece-nos urgente a intervenção junto das bases, das pessoas que nas instituições lidam diariamente com a informação, para lhes facultar informação básica, à semelhança do que faz, no mundo anglicano, a *Church of England*, que disponibiliza no seu *site* pequenos tutoriais sobre arquivos e gestão de informação. Este género de publicação seria importante, pois, apesar de existirem manuais de arquivística em português, a linguagem e profundidade não são, muitas vezes, compatíveis com as necessidades de consulta rápida e os conhecimentos de base do público-alvo a que aqui nos referimos.

Para terminar esta reflexão introdutória iremos abordar a bibliografia disponível, dando sequência à análise iniciada no parágrafo anterior. Não iremos apresentar uma lista bibliográfica exhaustiva⁶⁸, antes um percurso por algumas das obras consultadas no decurso desta investigação e, em alguns dos casos, obras que não foram consultadas diretamente, mas que entendemos merecer referência.

Iniciamos pela referência a textos de definição de conceito de arquivo religioso ou eclesiástico e do contexto da aplicação da arquivística a este universo. As especificidades dos contextos de produção, gestão e uso da informação no âmbito das instituições religiosas impõem algumas limitações à construção de uma bibliografia de apoio a um estudo. É certo que as ações de gestão documental e os princípios orientadores de atuação não se alteram em função de serem aplicados num arquivo de estado ou num arquivo eclesiástico; no entanto, as diferentes tradições ritmos e lógicas administrativas, assim como os diferentes ambientes

68 Para obter listagem bibliográfica mais profunda acerca deste tema, consulte o elenco apresentado por Maria de Lurdes Rosa, atendendo, contudo, ao facto de ter sido publicado em 2000. Cf. ROSA, Maria de Lurdes – *Bibliografia geral sobre arquivística religiosa*. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 267-277.

reguladores introduzem cambiantes nem sempre passíveis de integrar num estudo de carácter mais geral. Ainda assim, existe alguma produção bibliográfica específica da área dos arquivos religiosos⁶⁹, nomeadamente em Itália, Espanha e França, países de forte tradição e presença da Igreja Católica.

Uma pesquisa bibliográfica inicia frequentemente por obras de carácter mais geral e sintético, como manuais e dicionários, de forma a permitir ao investigador adquirir informação de contexto acerca do seu objeto de estudo. Neste campo, referimos os manuais italianos *Archivi e Chiesa*⁷⁰ e *Consegnare la memoria*⁷¹. No primeiro, de autoria de Gido Badini, são abordados aspetos particulares do funcionamento dos arquivos pontifícios, seculares – entre os quais dedica algumas páginas aos arquivos de santuários – e regulares. Aborda também, ainda que de forma muito breve, a realidade dos arquivos de outras Igrejas e religiões. O segundo, coordenado por Emanuele Boaga, Salvatore Palese e Gaetano Zito é construído em torno da fruição do valor patrimonial e memorialista dos arquivos, não deixando contudo de abordar aspetos como a legislação canónica.

Do contexto espanhol referimos igualmente duas obras. A primeira, de Agustín Hevia Ballina⁷², apresenta uma reflexão acerca das funções dos arquivos religiosos, nomeadamente a função pastoral e as suas potencialidades a nível de estudos histórico-patrimoniais. A segunda, de Agustín Vivas Moreno e Maria Guadalupe Pérez Ortíz, promove o estudo de vários tipos de arquivos religiosos – paroquiais, episcopais/diocesanos, catedralícios, monásticos, de associações de fiéis, congregações de vida ativa e seminários –, propondo quadros de classificação-tipo, para, na segunda parte, abordar a aplicação destes princípios ao arquivo diocesano de Mérida-Badajoz.

Em Portugal não possuímos manuais e estudos com o alcance dos acima referidos⁷³. Ainda assim, existe bibliografia nacional que nos permite uma abordagem introdutória ao tema.

69 Contudo, iremos centrar-nos somente no contexto da Igreja Católica.

70 Cf. BADINI, Gino – *Archivi e Chiesa: lineamenti di archivistica ecclesiastica e religiosa*.

71 Cf. BOAGA, Emanuele, PALESE, Salvatore, ZITO, Gaetano – *Consegnare la memoria: manuale di archivistica ecclesiastica*. Firenze: Giunti Editore, 2003.

72 HEVIA BALLINA, Agustín - *Los archivos de la Iglesia, memoria viva de la comunidad cristiana* [...].

73 É, no entanto, de referir o interessante manual de formação em gestão de arquivos administrativos, publicado em 2009 pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Não obstante as misericórdias, enquanto

Podemos, entre outros, referir as entradas «arquivos eclesiásticos», da autoria de Avelino Jesus da Costa⁷⁴, uma, e de Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado⁷⁵, outra. Nestes artigos, mais que a definição de um conceito, desenha-se, sobretudo, o seu contexto histórico. Igualmente de autoria de Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado, apontamos um artigo publicado em 2000 no volume XVI da publicação *Memoria Ecclesiae*⁷⁶, onde levam a cabo uma breve resenha da dinâmica dos arquivos diocesanos, paroquiais, de ordens e congregações e de associações de fiéis. Na mesma publicação, Paulo Fontes⁷⁷ publicou um artigo onde realizou um diagnóstico do trabalho feito até então em Portugal, nomeadamente o trabalho resultante da atividade do Centro de Estudos de História Religiosa.

A nível do estudo do ambiente regulador, são de referir dois artigos de José Paulo Abreu⁷⁸, que abordam diacronicamente as orientações e normativos que têm regulado direta ou indiretamente o funcionamento dos arquivos da Igreja Católica. De referir ainda, textos que, dentro do ambiente regulador, abordam aspetos muito específicos, como o caso do texto de Daniela Milani⁷⁹ sobre proteção de dados no direito canónico.

associações de fiéis, serem consideradas na esfera dos arquivos religiosos, optámos por não incluir este manual na bibliografia específica sobre este tipo de arquivos uma vez que a obra aborda conceitos e princípios gerais da arquivística, não se debruçando sobre as especificidades passíveis de se apresentar ao arquivista em funções numa estrutura eclesiástica. Cf. MANOEL, Francisco D'Orey *et al.* - *Arquivos administrativos: manual de formação*. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2009.

74 Cf. COSTA, Avelino Jesus da - Arquivos eclesiásticos. Em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa : Editorial Resistência, 1980. p. 515–553.

75 ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 118-133.

76 Cf. IDEM – *Os arquivos eclesiásticos em Portugal: ponto da situação*. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 118-133.

77 Cf. FONTES, Paulo – Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português.

78 Cf. ABREU, José Paulo - *Arquivos eclesiásticos: orientações e normas* ; IDEM – *A Igreja e os seus arquivos: história e normas até 1983*.

79 A autora aborda o tema tendo em consideração o alcance universal do normativo canónico de 1983, especificando, posteriormente, no caso italiano. Cf. MILANI, Daniela - *La tutela dei dati personali nell'ordinamento canonico: interessi istituzionali e diritti individuali a confronto* [Em linha]. [s.d.]: Osseatorio delle libertà ed istituzioni religiose, [s.d.]. [Acedido em 19 ago. 2014]. URL: <www.olir.it>.

A função pastoral dos arquivos, enquanto tema de reflexão, é uma linha de raciocínio identificável no discurso eclesial pelo menos desde o discurso de Paulo VI aos arquivistas em 1963; no entanto, a carta circular da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, de 1997⁸⁰, veio sistematizar o pensamento existente em torno deste tópico. Desde a sua publicação, a carta tem sido alvo de inúmeras referências e estudos, entre os quais a sistematização elaborada por Hevia Ballina e os artigos de Marchisano e Jacinto Guerreiro⁸¹.

Finalmente, devemos referir o contributo da produção académica, nomeadamente resultante de relatórios de estágio e dissertações conducentes à obtenção de graus, que têm reforçado o conhecimento produzido nesta área, sobretudo no âmbito dos instrumentos de descrição. Sem considerações de valor, referimos a título de exemplo o relatório de estágio de Clara Sá no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa⁸² ou a dissertação de Ana Paula Amorim sobre os arquivos das paróquias sitas no concelho de Sintra⁸³.

⁸⁰ IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja – A função pastoral dos arquivos eclesialísticos.

81 Cf. MARCHISANO, Francesco – La función pastoral de los archivos eclesialísticos.; HEVIA BALLINA, Agustín - *Los archivos de la Iglesia, memoria viva de la comunidad cristiana [...]*. p. 17-34.; GUERREIRO, Jacinto - A função pastoral dos arquivos eclesialísticos. *Lumen*. 60:1 (1999) p. 66–30.

82 Cf. SÁ, Clara Joana Freitas Pinto de - *O Acesso a arquivos paroquiais: proposta de modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Lisboa*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.

83 Cf. ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves – *Os arquivos das paróquias do município de Sintra: contributo para a sua reconstituição*. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado.

1.3 – Percursos e estratégias de investigação

A investigação na área da gestão da informação arquivística tem vindo a generalizar a referência a abordagem qualitativa proposta entre nós por Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro⁸⁴, como a linha orientadora do percurso de pesquisa e reflexão caracterizada pelo diálogo permanente entre as dimensões epistemológica⁸⁵, teórica⁸⁶, técnica⁸⁷ e morfológica⁸⁸. Estas constituem os quatro polos que dão nome à abordagem metodológica, defendida na senda de Bruyne, Herman e Schoutheete⁸⁹.

Entendemos a referência ao método qualitativo como o enunciar da visão e dos valores que orientam a pesquisa. Torna-se, assim, necessário estabelecer o itinerário e indicar as ferramentas.

A presente dissertação está estruturada em três diferentes núcleos. No primeiro núcleo integra-se o presente capítulo, dedicado à apresentação do projeto, dos seus objetivos e ao posicionamento crítico do autor face às problemáticas em torno do objeto de estudo. O segundo núcleo, composto pelos capítulos 2 e 3, promove o estudo diacrónico da Instituição analisada e do seu sistema de informação arquivística, permitindo uma perspetiva evolutiva da dinâmica

84 Entre outros nomes passíveis de referência, estes são os que mais se parecem destacar enquanto proponentes da metodologia qualitativa quadripolar, nomeadamente através da obra *Das 'ciências' documentais à ciência da Informação*. Cf. SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda - *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. p. 84-91; RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. vol 2. p. 55-57.

85 Dimensão ligada à definição do paradigma subjacente à análise.

86 A dimensão teórica corresponde à formulação de hipóteses, posteriormente confirmadas ou refutadas pela investigação e seleção.

87 A vertente técnica está relacionada com a observação e recolha de elementos para o estudo, ou seja, com o contacto entre o investigador e o seu objeto de estudo.

88 A dimensão morfológica está presente na dinâmica de estudo através da sua materialização, ou seja, no âmbito da representação formal do processo de investigação e reflexão.

⁸⁹ O modelo propõe a prática metodológica como um espaço quadripolar, foi originalmente proposto por P. De Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete, em 1975. Cf. LESSARD-HÉBERT; Michelle ; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald) – *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Prática*. 4.ª ed. Lisboa: Instituto Piaget. 2010.

orgânico-funcional da entidade. No último núcleo, composto pelo capítulo 4, avançamos a proposta de uma estrutura de classificação para organização da informação arquivística de caráter permanente da Instituição, bem como para a sua recuperação, como meio de promoção do seu acesso.

O itinerário acima proposto foi suportado por um conjunto de 'ferramentas'. A pesquisa não se pode fazer sem fontes de informação e, no contexto desta investigação, documentámo-nos bibliograficamente em diversos estudos no âmbito da ciência da informação, nomeadamente na área dos arquivos eclesiásticos. Consultámos legislação e outros normativos, quer civis quer eclesiásticos, de modo a perceber o ambiente regulador no qual se insere o objeto de estudo. Consultámos ainda informação administrativa de diversas entidades mas, sobretudo, do Santuário de Fátima, merecendo referência a grande utilidade que acabámos por reconhecer à informação de caráter contabilístico como suporte para a perceção da estrutura funcional.

2 – Contextos de produção da informação arquivística: evolução histórica, orgânica e funcional da instituição

Conteúdos

2 – Contextos de produção da informação arquivística: evolução histórica, orgânica e funcional da instituição

2.1 – Início do movimento religioso: uma centralidade improvável

2.2 – O nascimento de uma instituição

2.3 – Fábrica do Santuário, Reitoria e Isenção Paroquial: um caminho de redefinição e desenvolvimento institucional (1940-1973)

2.4 – Reitorado de Luciano Paulo Guerra: tempos de reestruturação (1973-2008)

2.5 – Atualidade: uma história que continua (2008 – 2014)

O fenómeno Fátima pode ser abordado de diversas perspetivas. Em primeiro lugar temos o acontecimento histórico ligado às manifestações sobrenaturais ocorridas entre maio e outubro de 1917⁹⁰. Uma segunda abordagem possível poderá ser feita na perspetiva da receção do fenómeno das aparições junto da população e da estrutura eclesial – seja na época, seja na sua evolução ao longo do tempo – e dos impactos religiosos, artísticos, económicos, urbanísticos

⁹⁰ Este âmbito cronológico poderia ser alargado ao período que medeia entre a primavera de 1916 a junho de 1929 se pretendêssemos incluir no contexto das manifestações de Fátima as chamadas aparições do Anjo (1916), as visões e aparições particulares a Jacinta Marto (até 1920), bem como as aparições particulares a Lúcia de Jesus em Tuy e Pontevedra (1925-1929). Estas manifestações foram reveladas por Lúcia nos manuscritos conhecidos como *Memórias da Irmã Lúcia* (primeira a quarta memórias) – redigidos entre 1935 e 1941 –, bem como em correspondência sua, da qual é exemplo a carta enviada a Manuel Pereira Lopes, seu confessor, onde relata uma visão de Jesus em Pontevedra. Cf. KONDOR, Luís; ALONSO, Joaquín Maria (Ed. lit.) - *Memórias da Irmã Lúcia*. 13.^a ed. Fátima : Secretariado dos Pastorinhos, 2007.

e mesmo políticos desta receção. Abordagem igualmente pertinente poderá ser feita na perspetiva da dimensão religiosa de Fátima, isto é, da interpretação e prática do conteúdo teológico das manifestações, correntemente denominado como *mensagem de Fátima*.

Em 1985 Luciano Cristino tentava sintetizar a história de Fátima sistematizando-a em sete momentos diferentes, a saber: «1. Das origens à véspera da primeira aparição de Nossa Senhora; 2. Da primeira aparição de Nossa Senhora à sua primeira imagem⁹¹; 3. Da primeira imagem de Nossa Senhora de Fátima à provisão episcopal de 1930⁹²; 4. Da «Magna Carta» de Fátima à coroação da imagem de Nossa Senhora⁹³; 5. Da coroação da imagem de Nossa Senhora à peregrinação de Paulo VI⁹⁴; 6. Da peregrinação de Paulo VI à de João Paulo II⁹⁵; 7. Da peregrinação de João Paulo II à actualidade»⁹⁶.

Numa outra análise, tendo como fio condutor o processo de urbanização do espaço, o mesmo autor sistematizou a história do Santuário em nove pontos: «Do arco rústico à Capelinha; [...] Primeiras edificações e planos de urbanização; [...] O fontanário; [...] Os hospitais (albergues), as casas de retiros, o Lausperene; [...] A basílica e colunatas; [...] A Capela das Confissões e o Pavilhão dos Doentes; [...] Remodelação do recinto (1950-1979); [...] As novas construções (1979-1992); [...] Da Cova da Iria à vila de Fátima»⁹⁷. Tomando igualmente o urbanismo como chave de interpretação – nomeadamente a edificação dos vários equipamentos do Santuário –, Maria José de La Fuente sistematizou o mesmo percurso histórico em sete diferentes períodos:

⁹¹ A primeira imagem de Nossa Senhora de Fátima, ainda hoje venerada na Capelinha das Aparições, chegou à Cova da Iria a 13 de maio de 1920 e foi entronizada um mês mais tarde. Cf. CRISTINO, Luciano – Síntese Histórica de Fátima. In CORSÉPIUS, Enrich. *Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985*. Fátima: Santuário, [1985]. p. 22.

⁹² Refere-se à provisão de 13 de outubro de 1930, pela qual D. José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, declara as aparições de Fátima dignas de crédito, autorizando de modo oficial o culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Carta Pastoral sobre o culto de Nossa Senhora da Fátima*. Lisboa: União Gráfica, 1930.

⁹³ A imagem foi coroada pelo legado do Papa Pio XII no dia 13 de maio de 1946.

⁹⁴ Realizada a 13 de maio de 1967, por ocasião do 50.º aniversário das aparições.

⁹⁵ O Papa João Paulo II deslocou-se em peregrinação a Fátima, pela primeira vez, no dia 13 de maio de 1982.

⁹⁶ Cf. CRISTINO, Luciano – Síntese Histórica de Fátima. In CORSÉPIUS, Enrich. *Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985*. p. 17.

⁹⁷ Cf. CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima, 1, Fátima. *A Pastoral de Fátima*. Fátima: Santuário, 1996. p. 51-61.

«1.º período - Até 1917 [...] 2.º período - De 1918 a 1927⁹⁸ [...] 3.º período - De 1928 a 1948⁹⁹ [...] 4.º período de 1949 a 1956¹⁰⁰ [...] 5.º período - De 1957 a 1966¹⁰¹ [...] 6.º período - De 1967 a 1979¹⁰² [...] 7.º período - de 1980 a 1987»¹⁰³.

Nos referidos textos os autores abordam a história da localidade e do Santuário tendo como ponto central a manifestação religiosa – no seu momento fundacional e na evolução da difusão da *mensagem* – e o modo como esta conduziu ao desenvolvimento do espaço e à construção de equipamentos religiosos e de apoio aos peregrinos. Esta não será, no entanto, a abordagem mais útil no âmbito do trabalho que estamos a desenvolver, uma vez que, ao estudo do sistema de informação será mais pertinente uma abordagem à evolução orgânica e funcional da instituição, na linha do pequeno estudo da evolução do estatuto jurídico-canónico do Santuário, incluído num dos textos aludidos anteriormente¹⁰⁴.

⁹⁸ 1927 é o ano da instituição da Capelania do Santuário de Fátima.

⁹⁹ A data de 1948 é passível de explicação, no contexto do artigo em apreço, pela publicação do Decreto-Lei n.º 37008, de 11 de agosto de 1948, que teve ampla influência no desenvolvimento urbanístico do espaço. Cf. DECRETO-LEI n.º 37008. *Diário do Governo. I Série*, 186(1948-08-11). p. 801-802.

¹⁰⁰ A opção pelo ano de 1956 para fazer o balizamento superior deste período não parece seguir o critério tomado pela autora nos períodos anteriores. De facto, em 1956 o evento mais importante foi o da inauguração do monumento comemorativo da aparição de agosto, nos Valinhos, não nos parecendo suficientemente marcante para se constituir como um ponto de viragem. Pelo contrário, a aprovação do ante-plano de Urbanização do Arq. Luís Xavier, em agosto de 1957, marcou um tempo novo na urbanização de Fátima e das povoações ao seu redor, conforme refere a própria autora no final deste ponto. Seguindo o critério da autora para os períodos anteriores, o quarto período deveria terminar em 1957 e não em 1956. Cf. FUENTE, Maria José de la - As construções no recinto do Santuário. In CORSÉPIUS, Enrich. *Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985*. Fátima: Santuário, [imp. 1992]. p. 76

¹⁰¹ O final do quinto período é justificado pelo final da vigência do plano de urbanização de Luís Xavier, mas a autora aponta igualmente as modificações realizadas no contexto do cinquentenário das aparições e pela visita do Papa Paulo VI, ocorridos em 1967. Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 83.

¹⁰² A escolha do ano de 1979 poderá ter sido motivada pelo início da obra de construção do Centro Pastoral de Paulo VI, cuja primeira pedra foi lançada a 13 de maio de 1979. Por outro lado, seguindo a lógica apresentada nos dois períodos anteriores, a justificação de limite superior deste período poderá ser o novo plano de urbanização, de autoria do Arq. Carlos Ramos, datado de 16 de abril de 1980 e que dita o início do período seguinte. Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 85.

¹⁰³ Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 55.

¹⁰⁴ Cf. CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 48-51.

No presente capítulo iremos proceder a uma breve abordagem da evolução histórica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, tomando como fio condutor a dimensão institucional que lhe subjaz a cada momento, atendendo igualmente aos desenvolvimentos orgânicos e funcionais que enformam essa mesma dimensão institucional. Iremos abordar sucintamente os desenvolvimentos iniciais, ocorridos entre os acontecimentos de 1917 e a nomeação de Manuel de Sousa para primeiro capelão do Santuário; em seguida estudaremos a instituição da Capelania, bem como as funções desenvolvidas pelos dois capelães que desempenharam essa função antes de 1941; as mudanças resultantes da nomeação de Amílcar Martins Fontes como reitor, da Isenção Paroquial de 1941 e da assinatura da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé; o período seguinte coincide com o reitorado de Luciano Paulo Guerra, promotor de uma importante reestruturação da pastoral e dos serviços da instituição, bem como de um programa de construções que alterou profundamente a vivência do espaço da Cova da Iria; para finalizar, abordaremos o período cronológico entre a aprovação do regulamento de 2009 e a atualidade.

2.1 – Início do movimento religioso: uma centralidade improvável

O trabalho que nos propomos levar a cabo não possui um pendor religioso, pois entendemos ser dever do investigador afastar do seu objeto de estudo as paixões, crenças ou descrenças que por ele possa nutrir. No entanto, a recusa de um cunho ideológico e militante não justificaria a não alusão aos acontecimentos de 1917¹⁰⁵. De facto, o estudo e compreensão do desenvolvimento orgânico-funcional de uma instituição pressupõe o entendimento da sua origem e o modo como esta influenciou os seus objetivos e, no caso da instituição em apreço, a génese está intimamente ligada à crença numa hierofania¹⁰⁶ e aos movimentos de piedade daí resultantes. Compete-nos assim abordar este tópico, não na perspetiva da sua sobrenaturalidade mas na da sua receção – positiva e negativa – e no modo como esta conduziu à construção do local e da instituição Santuário de Fátima. É este período genésico, compreendido entre os acontecimentos de 1917 e o reconhecimento eclesiástico da credibilidade dos mesmos em 1930¹⁰⁷, que iremos abordar no primeiro ponto deste capítulo.

De forma breve, poderemos dizer que a história da instituição conhecida por Santuário de

¹⁰⁵ Data que deverá ser entendida necessariamente de modo genérico, uma vez que, conforme referido anteriormente, segundo os testemunhos de Lúcia, terão existido revelações e visões em datas anteriores e posteriores.

¹⁰⁶ Termo que será aqui entendido na definição dada por Mircea Eliade de acto de manifestação do sagrado. «O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como qualquer coisa de absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o acto da manifestação do sagrado propusemos o termo hierofania. Este termo é cómodo, porque não implica qualquer precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo de sagrado se nos mostra». Cf. ELIADE, Mircea – *O sagrado e o profano*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999. p. 25.

¹⁰⁷ Em rigor, no âmbito eclesiástico o processo de receção e aceitação só pode ser considerado oficialmente concluído em 1930 com a declaração do fenómeno como digno de crédito. No entanto, a nomeação de um capelão para o Santuário em 1927 e o início de obras de grande dimensão em 1928 parecem indicar já um posicionamento não oficial.

Fátima começou no dia 13 de maio de 1917 quando três crianças de Aljustrel – uma aldeia serrana da freguesia de Fátima – apascentavam um rebanho junto aos terrenos que as suas famílias possuíam no local chamado de Cova da Iria¹⁰⁸ e aí terão experimentado uma hierofania¹⁰⁹. A notícia desse evento acabou por se espalhar, apesar do voto inicial das crianças em manter a aparição em segredo¹¹⁰, gerando movimentos antagônicos de aceitação e rejeição da veracidade do fenómeno¹¹¹.

Segundo os relatos das crianças, a manifestação repetiu-se por mais cinco meses, ao dia 13 de cada mês¹¹², a pedido expresso da mulher vestida de branco que lhes aparecia sobre uma azinheira e lhes disse que vinha do céu¹¹³. Antes da última *aparição*, em 13 de outubro do mesmo ano, já Fátima era um local de romaria, resultante da piedade popular ou simples

¹⁰⁸ Cf. KONDOR, Luís; ALONSO, Joaquín Maria (Ed. lit.) – *Op. cit.* p. 44.

¹⁰⁹ «[...] andava eu a guardar o gado no sítio da Cova da Iria [...] na companhia dos meus primos Francisco Marto e Jacinta Marto [...], quando vimos um relâmpago para o lado do nascente, e, receiando (sic) que viesse trovoada [...] eu disse ao Francisco que era melhor irmos para casa recolher o gado, quando chegamos ao meio da fazenda, deu outro relâmpago, e, dois passos adiante, vimos em cima duma carrasqueira [...] uma Senhora muito formosa [...] envolta num clarão mais brilhante que o sol.» Cf. Interrogatório oficial de Lúcia de Jesus feito em 8 de julho de 1924. In *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. Fátima : Santuário, 1999.. p. 138.

¹¹⁰ Cf. KONDOR, Luís; ALONSO, Joaquín Maria (Ed. lit.) – *Op. cit.* p. 45.

¹¹¹ Estas reações contraditórias são perceptíveis, por exemplo, em cartas, testemunhos e notícias recolhidas e publicadas nos vários volumes da obra Documentação Crítica de Fátima.

¹¹² Com exceção do mês de agosto, quando as crianças foram retiradas de Fátima para a residência do Administrador do Concelho em Vila Nova de Ourém. Nas palavras de Manuel Marques Ferreira, pároco de Fátima à época dos eventos, «a auctoridade depois de longo interrogatório das criancinhas em suas casas, manda-as conduzir, a titulo de algumas informações, para minha casa [...] d'onde em tempo que julgou oportuno as mandou subir para o carro e dizendo para os páes e circunstantes que as levava ao local das Aparições, parte á disfilada (sic) para Villa Nova d'Ourem». Nesse mês a hierofania terá ocorrido no dia 19, no local chamado de Valinhos, junto a Aljustrel, onde desde 1956 existe um pequeno monumento comemorativo. Cf. FERREIRA, Manuel Marques - Uma Carta. *A Ordem*. 2:468(1917.08.25). In *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. I. 2ª ed. Fátima : Santuário, 2013. p. 281.

¹¹³ «Depois viram uma mulher em cima de uma carrasqueira, vestida de branco [...]. Perguntou a Lúcia: - Que lugar é o de vocemecê? Ela disse: – O meu lugar é o céu. – Para que vem vocemecê cá ao mundo? – Venho cá para te dizer que venhas cá todos os mezes até fazer seis mezes e no fim de seis mezes te direi o que quero». Cf. Interrogatório de Manuel Marques Ferreira a Lúcia de Jesus Santos. In *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. I, p. 28.

curiosidade¹¹⁴.

Aos poucos o local foi sendo constituído enquanto santuário, conforme com o definido no Direito Canónico¹¹⁵. De início estaremos perante uma situação eminentemente *de facto*, uma vez que a cautela do patriarcado de Lisboa¹¹⁶ levou o Patriarca D. António Mendes Belo a proibir os sacerdotes de celebrar no local¹¹⁷, situação que durou até 14 de setembro de 1921¹¹⁸.

¹¹⁴ «Fora realmente maravilhosa a manifestação de fé dos milhares de pessoas, que ocorreram ao local durante os seis meses de Aparições – calculadas: - da primeira vez somente as creanças; da segunda Aparição, em cinquenta pessoas; da terceira Aparição em quatro a cinco mil pessoas; da quarta Aparição em quinze a dezoito mil pessoas; da quinta Aparição em vinte cinco a trinta mil pessoas; da sexta Aparição, em quarenta e cinquenta mil pessoas [...].» Cf. Relatório de Manuel Marques Ferreira, pároco de Fátima, sobre os factos ocorridos na sua freguesia nos dias 13 de maio a outubro de 1917. In *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. I, p. 261.

¹¹⁵ Can. 1230: «Pelo nome de santuário entende-se a igreja ou outro lugar sagrado aonde os fiéis, por motivos de piedade, em grande número acorrem em peregrinação, com aprovação do Ordinário do lugar.» Cf. *IGREJA CATÓLICA - Código de Direito Canónico* [de 1983]. 4.ª ed. Braga: Editorial Apostolado da Oração, [2007]. p. 212.

¹¹⁶ Após a extinção da diocese de Leiria em 1882, Fátima integrou a diocese de Lisboa até 1918, data em que foi restaurada *de iure*, ainda que somente em 1920 D. José Alves Correia da Silva, o primeiro bispo da diocese restaurada, tenha tomado posse.

¹¹⁷ «[...] Sua Eminência o Senhor Cardial Patriarca D. António Mendes Belo, que Deus haja, proibiu o Rev. Clero de animar e tomar parte em quaisquer manifestações religiosas relativas à Fátima, sábias prescrições que conservámos ainda algum tempo depois da nossa entrada neste Bispado» Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. V-6. Fátima : Santuário, 2013. p. 178.

¹¹⁸ Data em que o bispo de Leiria visitou pessoalmente a Cova de Iria tendo presidido à oração do Rosário. Note-se que Luciano Cristino, no artigo *síntese histórica de Fátima* aponta 12 de setembro de 1921 como sendo a data da primeira visita de D. José à Cova da Iria. Posteriormente, no artigo *o Santuário de Fátima*, o mesmo autor irá alterar a data para 14 do mesmo mês e ano, afirmando que o prelado terá assistido à assinatura das escrituras de compra. A documentação parece confirmar para a segunda hipótese. Em carta do início de setembro, Faustino Jacinto Ferreira diz a propósito da compra dos terrenos: «Já paguei a contribuição de registo das propriedades e as escrituras só no dia 14 do corrente podem ser feitas [...]. O meu Ex.^{mo} Bispo vem de S. Mamede da Serra, onde vai em visita pastoral, á C. da Iria no dia 14, mas não deseja que se saiba. [...] Não vou á Fatima no dia 13, mas sim no dia 14 para ultimar os documentos e estar com o meu Ex.^{mo} Prelado. As escrituras veem de ser assinadas em casa do Rev. Prior de Fatima pelas 11 horas». O próprio bispo terá anotado nos seus escritos «Fui á Cova de S. Iria a 14 de set.^o de 1921 a primeira vez. Rezei o terço na capella. Nesse dia foi feita a escriptura da compra pelo sr. Prior de St.^a Catharina, P.^e Neves.» Cf. CRISTINO, Luciano – Síntese Histórica de Fátima. In CORSÉPIUS, Enrich. *Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985*. p. 22.; IDEM – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima, *A Pastoral de Fátima*. p. 47; *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-3. Fátima : Santuário, 2005. p. 159-160, 177.

No entanto, apesar desta cautela inicial - que significa *de iure* a não existência da «aprovação do Ordinário do Lugar»¹¹⁹, logo a não existência de um santuário do ponto de vista do direito canónico -, as romarias e peregrinações «por motivos de piedade» aconteciam em número constante e continuamente no tempo, demonstrando o reconhecimento que, na prática, os populares faziam da sacralidade do espaço, ainda que à revelia da posição oficial da estrutura da Igreja.

O carácter popular dos primeiros tempos está ainda hoje patente no espaço do Santuário, visível nos traços arquitetónicos da Capelinha das Aparições que, ainda que reconstruída e alterada diversas vezes ao longo dos tempos, mantém os traços de uma arquitetura tradicional de espaço rural. De facto, a Capelinha, concluída em 1919 como cumprimento do pedido expresso na aparição de outubro de 1917¹²⁰, é ela própria uma manifestação material da piedade dos que ali acorriam, funcionando como versão não-efémera dos elementos protetores da azinheira, que tinham surgido ainda durante as aparições¹²¹. Neste mesmo espaço, a partir de 1920, passou a estar exposta à veneração a imagem esculpida por José Ferreira Thedim, que se tornou num ícone de Fátima. Estava concluído aquilo que poderá ser considerado como núcleo inicial do Santuário: a capela que marca e sacraliza o espaço da hierofania e a imagem que representa e dirige o sentir dos fiéis para a entidade *aparecida*.

A constância e a perseverança da devoção dos fiéis, ao contrário do que havia sucedido com

¹¹⁹ Vide Can. 1230. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 212.

¹²⁰ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. I, p. 133, 138, 141; Sobre esta construção poderá o leitor consultar a dissertação de Doutoramento defendida por Marco Daniel Duarte, nos tópicos relativos à construção da Capelinha das Aparições, ou ainda o artigo que o mesmo autor dedica à Capelinha, publicado na Enciclopédia de Fátima. Cf. DUARTE, Marco Daniel – *Fátima e a criação artística (1917-2007): o Santuário e a Iconografia: a arte como cenário e como protagonista de uma específica mensagem*. Vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. p. 47 e ss.; Idem – Capelinha, In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipia, 2007. p. 84-85.

¹²¹ Carlos Mendes, advogado de Torres Novas, visitou a Cova da Iria no dia 7 de setembro de 1917 na companhia dos três pequenos videntes. No dia seguinte descreveu a sua jornada, em carta enviada à sua futura esposa. Na referida missiva descreveu o local da manifestação. Referiu que «a carrasqueira (pequena azinheira) está reduzida á sua expressão mais simples. Em volta um muro de pedra. Rodeando-a um arco de verdura. Em cima do muro, vasos com manjerico e outras flores». Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. I, p. 364.

outros casos de supostas aparições marianas contemporâneas de Fátima¹²², terão certamente contribuído para a alteração da atitude da estrutura oficial da Igreja. No caso de Fátima, esta alteração começou a sentir-se, paulatinamente, após a restauração da Diocese de Leiria e a tomada de posse de D. José Alves Correia de Silva¹²³ como bispo a 5 de agosto de 1920¹²⁴.

Não obstante a sua reserva inicial¹²⁵, o mais tarde apelidado «bispo de Nossa Senhora»¹²⁶ terá reconhecido o caráter extraordinário dos acontecimentos de Fátima e o impacto que tinham junto da população. Em outubro de 1920, segundo comunicado por Faustino Jacinto Ferreira¹²⁷ a Manuel Nunes Formigão¹²⁸, bispo autorizara já a compra de «todos os terrenos na

¹²² Como no caso das manifestações marianas em Estarreja, no verão de 1917, ou das aparições do Barral a 10 e 11 de maio de 1917, ainda que estas últimas tenham alcançado um impacto mais duradouro que as de Estarreja, embora a uma escala sobretudo local ou regional. Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-1. Fátima: Santuário, 2002. p. 47-48; COSTA, Avelino Jesus da - *Aparições de Nossa Senhora, no Barral, a 10 e 11 de Maio de 1917*. Pontifícia Academia Mariana Internationalis. VI (Maria, Mater Ecclesiae, eiusque interventur decursus saeculorum...). p. 347-362.

¹²³ Padre da diocese do Porto, nascido em S. Pedro de Fins em 1872 e ordenado em 1894. Em 1920 foi ordenado bispo, sendo-lhe atribuída a recém restaurada diocese de Leiria. Faleceu em 1957 e está sepultado na basílica de Nossa Senhora do Rosário em Fátima.

¹²⁴ Cf. CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 46.

¹²⁵ Note-se que D. José classificou como «sábias» as medidas iniciais do Patriarcado e que Manuel Nunes Formigão descreveu a posição inicial do bispo leiriense como sendo de frieza e indiferença em relação ao assunto Fátima. Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 46.

¹²⁶ Epíteto que foi gravado no seu túmulo, localizado no presbitério da Basílica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Também é possível encontrar referências a este epíteto na documentação à guarda do Santuário, por exemplo, numa missiva recebida por D. José em 1941, em que se pode ler «Bispo de Nossa Senhora de Fátima, como todos os portugueses se habituaram a chamar a V. Ex. Rev.». Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Carta do P.^e Agostinho a D. José*. .04.01. Acessível em Arquivo do Santuário de Fátima (ASF). UI 10710.

¹²⁷ Pároco do Olival (Ourém) e vigário de Ourém, esteve ligado à aquisição de terrenos para o recinto inicial do Santuário. Integrou a comissão do processo canónico diocesano para o estudo dos fenómenos de 1917.

¹²⁸ Cónego da Sé de Lisboa, professor no Seminário de Santarém, Manuel Nunes Formigão nasceu em Tomar em 1883 e foi ordenado em 1908, em Roma, após doutoramento em Direito Canónico. Em 1917, foi um dos sacerdotes que se interessou pelos acontecimentos de Fátima e onde esteve e interrogou os videntes. Em 1922, integrou a comissão responsável pelo processo canónico diocesano que resultou no reconhecimento eclesástico da credibilidade das aparições de Fátima. Foi fundador da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima.

Cova da Iria junto ao oratório ali existente» pois pretendia fazer da Cova de Iria um «grande centro de piedade»¹²⁹. Este facto sugere que, apesar de cauteloso na sua atuação em relação aos acontecimentos de 1917, D. José teria a clara noção do potencial aproveitamento pastoral da piedade e devoção populares que convergiam naquele local e, eventualmente, do que isso significaria no contexto político-institucional que a Igreja portuguesa vivia¹³⁰.

Uma breve análise à atuação de D. José neste período permite-nos identificar duas linhas orientadoras no seu agir face a Fátima enquanto centro de piedade:

a) a tentativa de promover o enquadramento pastoral do movimento religioso espontâneo, propenso à promoção de superstições, procurando evitar o desvirtuar da manifestação religiosa;

b) investigação aos acontecimentos de 1917, que culminou com a aprovação oficial do culto, em 1930¹³¹.

O enquadramento pastoral é visível em duas perspetivas distintas, mas complementares. Por um lado, foi promovido o ordenamento do espaço físico e construção de equipamentos destinados à prática religiosa e apoio aos peregrinos. Por outro, foi sendo permitida e,

¹²⁹ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-3. Fátima: Santuário, 2005. p. 69.

¹³⁰ Fátima, enquanto local de piedade e religiosidade popular terá constituído um importante apoio na tarefa de evangelização, num contexto em que as tensas relações com o regime republicano instaurado em 1910 e o processo de laicização resultavam em ataques à religião e à estrutura regular e secular da Igreja Católica, promovendo a descristianização da sociedade. Alguns setores católicos mais politizados parecem ter levado a cabo um aproveitamento político do movimento religioso que se gerou em torno das aparições, procurando associar a religião e o culto mariano a ideologias políticas e mundividências específicas. Exemplo disso é António Correia que, em 1938, num livro apologético do regime então vigente, afirmava que «a visita de Maria à Sua terra de Portugal serviu para abrir uma nova clareira de Fé, para que os que andavam afastados se acercassem dos Altares; para que os que não criam, principiassem a crêr; para os que zombavam, ajoelhassem convictos. E o milagre fez-se! A propaganda dos racionalistas [...] começou a esbarrar com a trincheira das dos que menos afectos a elas podiam parecer. A pouco e pouco, enquanto a turba-multa dos desvairados pelas toxinas de Moscovo esbracejavam e se degladiavam com os maçónicos, que hoje são seus aliados [...], a grande massa da Nação se desinteressava dessas lutas mesquinhas e implorava a Nossa Senhora de Fátima que intercedêsse junto de Deus com o fim de Portugal se salvar da morte que parecia certa [...]». Cf. CORREIA, António – *Fátima e o ressurgimento de Portugal*. Lisboa : Edição do Autor, [1938]. p. 17.

¹³¹ Sobre a evolução do pensamento e ação de D. José Alves Correia da Silva poderá ser consultada o ponto 5 da introdução ao volume da *Documentação Crítica de Fátima* dedicado ao *Processo Canónico Diocesano*. Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. p. 19- 24.

posteriormente, assumida do ponto de vista da organização, a realização de atos de índole religiosa, culminando na nomeação de um sacerdote para o serviço do local.

O ordenamento físico do espaço, ou pelo menos o desejo de a ele proceder, data de outubro de 1920, quando, sendo inquirido acerca do destino a dar às esmolas e outras ofertas dos peregrinos, o bispo incumbiu o vigário de Ourém da aquisição do terreno onde decorreu a hierofania¹³². A compra efetuou-se apenas em setembro de 1921, tendo sido adquirida uma dimensão considerável de terreno¹³³ que, ainda que bastante inferior à atual dimensão do recinto e estruturas anexas, compreendia o espaço da Cova da Iria, ultrapassando ligeiramente a estrada da Batalha para Ourém em alguns pontos do seu limite oeste¹³⁴. As construções promovidas pela autoridade eclesiástica iniciaram somente após o atentado que destruiu parcialmente a primitiva capelinha em 1922¹³⁵. Após essa data, a construção de um muro em torno do recinto¹³⁶ viria a garantir uma delimitação do espaço pastoral. Foi neste espaço, ou nos seus limites imediatos, que se iniciaram trabalhos no sentido quer da melhoria das difíceis condições naturais da Cova da Iria, quer da criação de infraestruturas ligadas ao culto. Entre 1923 e 1927, assistiu-se à reconstrução da capelinha – acrescentando-lhe o alpendre que ostentou até à década de 80 do século XX –, à construção do poço (posteriormente um fontanário)¹³⁷, da futura casa do capelão¹³⁸, da capela das missas/pavilhão dos doentes, da

¹³² Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-3. p. 63-64.

¹³³ Cf. *IBIDEM*. p. 163-176; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 46-47.

¹³⁴ Esta estrada seguia sensivelmente o trajeto das atuais Rua Jacinta Marto, a norte do Santuário, e Rua Francisco Marto, na zona sul. A zona onde esta estrada atravessava a área do atual recinto continua a constituir-se enquanto eixo de circulação, somente pedonal, entre as duas ruas anteriormente referidas.

¹³⁵ A capelinha foi dinamitada na noite de 5 para 6 de março de 1922, tendo deflagrado vários dos cinco engenhos aí colocados. Foi reconstruída entre 13 de dezembro de 1922 e 13 de outubro de 1924. Cf. CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 47; TORRAL, Luís Filipe – *O sol bailou ao meio dia: a criação da Fátima*. TORRAL, Luís Filipe – *O sol bailou ao meio dia: a criação da Fátima*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. p. 183; DUARTE, Marco Daniel – *Fátima e a criação artística (1917-2007) [...]*. p. 57-62.

¹³⁶ Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 65; TORRAL, Luís Filipe – *O Sol bailou [...]*. p. 183; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 53.

¹³⁷ Cf. CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 54.

¹³⁸ Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 65; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 53;

capela das confissões¹³⁹, ao arruamento do recinto, ao lançamento do albergue para peregrinos doentes¹⁴⁰, à inauguração do posto de verificações médicas¹⁴¹, entre outras construções.

Em simultâneo com as primeiras tentativas de ordenamento do espaço foram sendo permitidos e assumidos diretamente os atos litúrgicos e os exercícios de piedade.

Dada a interdição do Patriarca de Lisboa, a capelinha não foi sagrada aquando da sua conclusão em 1919, nem ali se rezou missa até 1921. Em meados de setembro desse ano, D. José Alves Correia da Silva deslocou-se à Cova da Iria, naquela que seria a sua primeira visita ao local. Aí, o Bispo de Leiria rezou o terço e, posteriormente, autorizou o culto público a Nossa Senhora¹⁴² e a celebração de missa campal e distribuição de comunhão nos dias de maior afluência. A primeira missa oficialmente celebrada naquele espaço teve ocorrido no dia 13 de outubro de 1921¹⁴³, rezada na frente da capelinha, datando de 13 de janeiro de 1924 a primeira missa celebrada no interior do pequeno templo¹⁴⁴. Igualmente merecedor de referência, enquanto exemplo do enquadramento pastoral desenvolvido neste período, é o facto de desde 1922 existir já um programa-tipo das peregrinações aniversárias que, a partir de meados da década, incluía já elementos estruturantes ainda hoje existentes, como são a procissão das velas e a procissão do adeus¹⁴⁵.

É necessário, no entanto, estabelecer uma diferença entre a autorização do culto privado no local da Cova de Iria e a declaração das aparições como dignas de crédito e consequente

¹³⁹ Capela das missas foi a denominação pela qual ficou conhecido um alpendre construído para que os doentes pudessem assistir à missa. Por trás deste edifício foi iniciada, em 1927, a construção da capela das confissões. Ambos os edifícios estavam localizados ente a Capelinha e a atual Basílica de Nossa Senhora do Rosário e foram já demolidos. Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 66; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 56.

¹⁴⁰ O albergue acabaria por dar origem a um hospital. Foi inaugurado a 13 de maio de 1929, tendo sido par aí transferido o posto de verificações médicas. Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 66; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 55;

¹⁴¹ Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 66.

¹⁴² Cf. CRISTINO, Luciano - *Voz da Fátima*. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Princípiã, 2007. p. 622.

¹⁴³ Cf. CRISTINO, Luciano - <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 47-48; *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. p. 13-14, 47.

¹⁴⁴ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. p. 15.

¹⁴⁵ Cf. CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 61; CABECINHAS, Carlos – *Liturgia e Fátima*. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Princípiã, 2007. p. 310-311.

aprovação do culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, que viriam a ocorrer em 1930. O «grande centro de piedade» desejado por D. José não seria necessariamente uma declaração de fidedignidade dos eventos de 1917, mas sim o enquadramento da piedade popular e do culto mariano que de forma espontânea ali se desenvolvera.

Tal como aconteceu em relação ao ordenamento físico do espaço, também em relação à investigação dos acontecimentos de 1917, o atentado de 1922 parece ter funcionado como ponto de viragem. Até essa data, tinham sido realizados interrogatórios aos videntes – dois deles entretanto falecidos¹⁴⁶ –, levados a cabo por diversas personalidades, bem como inquéritos de índole oficial, no âmbito do processo paroquial de Fátima e dos inquéritos vicariais de Porto de Mós e Ourém¹⁴⁷. No entanto, cerca de dois meses depois do atentado bombista, o bispo de Leiria nomeou uma comissão composta por sete sacerdotes para «estudar este caso e organizar o processo segundo as leis canónicas»¹⁴⁸, pois considerava que, a serem verdadeiros os factos passados «na Fátima», era dever dos crentes agradecer «a Nosso Senhor que se dignou mandar-nos visitar por Sua Santíssima Mãe para aumentar a nossa fé e corrigir os nossos costumes» e, a serem falsos, seria conveniente que fosse apurada essa falsidade já que, «nos tempos de duvida e desorganização que atravessamos, é de tal importância julgarmo-nos e estar na posse da verdade que esta consciencia basta para resistir a todas as contrariedades e vencer todos os obstáculos»¹⁴⁹.

A referida comissão teve como órgão de comunicação o jornal *Voz da Fátima*, iniciado em 1922 e que ainda hoje se publica¹⁵⁰. Este jornal desempenhou um papel de grande relevo no contexto do processo que conduziu à declaração de fidedignidade dos eventos de 1917, pois permitiu que, paralelamente aos inquéritos realizados sobretudo nos anos iniciais de atividade

¹⁴⁶ Francisco Marto, de dez anos de idade, faleceu no dia 4 de abril de 1919 e a sua irmã Jacinta Marto, de nove anos, a 20 de fevereiro de 1920.

¹⁴⁷ Estes interrogatórios e inquéritos oficiais constituem o primeiro volume da coleção *Documentação Crítica de Fátima*.

¹⁴⁸ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. p. 47.

¹⁴⁹ Cf. *IDEM - Ibidem*. p. 49.

¹⁵⁰ Em março de 1974 este jornal passou para a posse do Santuário, até lá foi propriedade de Manuel Marques dos Santos – membro da comissão canónica episcopal – até 1929, daí até 1954 foi propriedade da União Gráfica de Lisboa e, desta data até 1974, da Gráfica de Leiria. Cf. CRISTINO, Luciano – *Voz da Fátima*. p. 622.

da comissão, fossem sendo recolhidos e partilhados milagres e curas extraordinárias atribuídos ao fenómeno de Fátima¹⁵¹.

Este processo serviria de base para que, em 1930, o Bispo D. José declarasse as aparições dignas de crédito e aprovasse o culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima¹⁵². No entanto, se do ponto de vista religioso a declaração de fidedignidade é um elemento estruturante que justifica uma divisão cronológica, do ponto de vista institucional e administrativo, adotado aqui como chave de leitura, a data não tem especial relevância. A afirmação do Santuário enquanto instituição teve um carácter muito mais fluido e demorado no tempo, num processo, não totalmente coincidente com o da afirmação de uma centralidade de índole religiosa e que será abordado no ponto seguinte.

¹⁵¹ No relatório final do processo diocesano foram indicados 17 casos de curas extraordinárias, sem que no entanto fossem descritos os casos pormenorizadamente. Ao invés disso o relator remeteu para o jornal *Voz da Fátima*, onde tinham sido primeiramente relatados.

¹⁵² Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. V-6. p. 169-180.

2.2 – O nascimento de uma instituição

Abordámos anteriormente o modo como o fenómeno Fátima se foi constituindo em torno dos eventos extraordinários de 1917, dando origem a movimentos de piedade popular, manifestados no local que se foi tornando progressiva e oficialmente um santuário.

Baseando a nossa leitura numa perspetiva maioritariamente institucional, sentimo-nos obrigados a considerar este santuário inicial como uma realidade sobretudo de âmbito topográfico. Deste ponto de vista, nesta época o santuário seria simplesmente «uma série de edificações que permitiam a vida religiosa»¹⁵³, à qual não estava subjacente uma dimensão organizacional própria, ou seja, uma entidade administrativa autónoma que se pudesse confundir com o Santuário.

Passamos, a partir deste momento, ao estudo do modo como se processou a construção desta dimensão organizacional do Santuário, naquele que foi um processo longo, com evoluções distintas na vertente *de facto* e na vertente *de iure*.

O processo de construção organizacional e afirmação do santuário como instituição de direito terminou somente em 1940 com a ereção da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, entidade abstrata dotada de personalidade jurídica, à qual ficou, desde então, ligada a gestão do espaço e bens do Santuário de Fátima. Com a ereção desta pessoa moral, assumiu-se de direito a existência de uma entidade administrativa identificável com o Santuário-físico. No entanto, este foi o culminar de um processo, já que, conforme referimos

¹⁵³ Numa abordagem teológica do fenómeno dos santuários, João Duque define a dimensão topográfica do Santuário como sendo a qualidade de espaço físico de mediação com o sagrado. Na abordagem institucional que aqui fazemos, mais que uma leitura religiosa do espaço, apontamos para uma leitura utilitária, expressa na citação de Marco Daniel Duarte acima transcrita. Cf. DUQUE, João – Santuário. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipia, 2007. p. 514-517; IDEM – O Santuário transfiguração do espaço e do tempo. In CARVALHO, José Carlos (coord.) *A Consagração como dedicação na Mensagem de Fátima*. Fátima: Santuário, 2014. p. 297-298; DUARTE, Marco Daniel – *Fátima e a criação artística (1917-2007)* [...]. p. 110.

anteriormente, a realidade *de facto* e *de iure* evoluíram em diferentes ritmos.

Na prática, a inexistência legal de uma entidade administrativa identificável com o santuário na sua dimensão topográfica, não implica a inexistência de uma entidade responsável ou coordenadora do espaço, nem implica que, socialmente, não fosse associada uma dimensão institucional ao local. São realidades *de facto*, nem sempre consideradas nas abordagens arquivísticas mais tradicionais e tecnicistas¹⁵⁴, mas que importa estudar, de modo a perceber em profundidade a génese da instituição e, conseqüentemente, do seu sistema de informação arquivística.

Partindo da investigação realizada, entendemos poder dividir o processo de construção e afirmação organizacional do santuário-instituição em duas fases distintas:

- a) antes da nomeação do primeiro capelão do Santuário em 1927¹⁵⁵;
- b) entre esta data e a ereção da Fábrica do Santuário.

Apesar dos primitivos inquéritos e do interesse de alguns sacerdotes nos acontecimentos de 1917 e posteriores desenvolvimentos, até 1921 a posição oficial da Igreja em relação a Fátima foi de uma aparente reserva. Em 1921, conforme referido anteriormente, efetivou-se a compra dos terrenos da Cova da Iria e o bispo visitou o lugar, permitindo que ali se celebrasse missa. Só a partir daqui se pode falar de uma intervenção direta e formal das estruturas eclesíásticas na gestão do espaço e, portanto, só a partir desta data será lógico procurar vislumbrar o início do santuário-instituição.

O período entre 1921 e 1927 poderá ser caracterizado como um período de receção popular do fenómeno Fátima e de enquadramento do mesmo por parte da estrutura eclesíástica. Nesta

¹⁵⁴ «a) Para produzir um fundo de arquivo [...] um organismo [...] deve possuir um nome e uma existência jurídica próprias resultantes de um acto [...] preciso e datado. b) Ele deve possuir atribuições precisas e estáveis, definidas por um texto legal ou regulamentar. c) A sua posição no seio da hierarquia administrativa deve ser definida com exactidão através do acto que lhe deu origem; em particular, a sua subordinação a outro organismo de nível mais elevado deve ser claramente conhecida. d) Deve ter um chefe responsável, gozando do poder de decisão correspondente ao seu nível hierárquico. [...] e) A sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma.» Cf. ROSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol - *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 92-94.

¹⁵⁵ Coincidindo em grande parte com o período cronológico que abordámos no ponto 2.1.

fase do processo de afirmação organizacional não existia ainda uma entidade identificável com o espaço que, conforme abordaremos de seguida, parece ser gerido por entidades externas ao local. Ainda assim, detetamos na *vox populi* a referência ao Santuário-físico como se fosse uma instituição. Por exemplo, nesta fase, a par de faturas referindo genericamente «a Fátima» ou a «Cova da Iria»¹⁵⁶, existem outras passadas ao Santuário. Refiram-se os casos da firma Ferreira Antunes, que, a 9 de julho de 1924, faturou 20 prumos de madeira, tendo substituído o «Il.^{mo} Sr.» do formulário por uma clara referência ao «Santuário de Nossa Senhora do Rosário da Fátima»¹⁵⁷ ou o da Antunes & Reis que no mesmo ano alterou o seu formulário de faturas, substituindo o texto «nota dos transportes feitos ao Sr.» por «nota dos transportes feitos ao Santuário da Fátima»¹⁵⁸.

A gestão do Santuário-físico era levada a cabo de modo complexo, podendo, dentro daquilo que é o nosso conhecimento, ser descrita como uma rede de intervenientes a cuja cabeça estava, naturalmente, o bispo de Leiria. Parece-nos aceitável afirmar que D. José Alves Correia da Silva teve uma forte presença em Fátima, sensível não só no início do Santuário como em fases posteriores, sendo notória a sua influência, por exemplo, através da permissão das celebrações litúrgicas e promoção de atos de piedade, ou na promoção da urbanização do local e na criação de condições para o estudo da validade do fenómeno. Para Luciano Cristino «até 1927, altura em que passou a haver no Santuário uma Capelania fixa, era o Bispo da diocese que geria directamente o Santuário, situação que aliás se manteve»¹⁵⁹

A afirmação de Luciano Cristino parece-nos bastante fundamentada. Percorrendo os documentos justificativos de despesa atribuídos a D. José, encontram-se faturas e recibos relativos a despesas assumidas relativas a Fátima, cujo pagamento foi, aparentemente, assumido pelo prelado ou pela diocese. Exemplos destes documentos de despesa podem ser consultados no ASF, patenteando informação relativa à aquisição de bens e serviços direta ou indiretamente relacionados com Fátima (transporte, louças, equipamentos, arquitetura). As faturas, cujo

¹⁵⁶ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – [Documentos justificativos de despesa]. 1924-1957. Acessível em ASF. UI 1093.

¹⁵⁷ Cf. IDEM – *Ibidem*. doc. 'DS 1093.16'.

¹⁵⁸ Cf. IDEM – *Ibidem*. doc. 'DS 1093.21'.

¹⁵⁹ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - [Acta da 31.^a reunião da Comissão Científica da Documentação Crítica de Fátima]. 2003-04-05. Disponível em ASF.

pagamento terá sido assumido pelo bispo ou pela diocese, foram passadas em nome do bispo, do vigário-geral ou do paço episcopal. A dispersão temporal das mesmas, entre 1923 e 1957, atesta a grande ligação do bispo aos destinos de Fátima, antes e depois da nomeação do capelão¹⁶⁰.

Na mesma rede de intervenientes na gestão do Santuário estão os membros da Comissão Canónica incumbida de estudar os acontecimentos de 1917 na Cova da Iria, a saber: «Rev. João Quaresma, Vigário Geral da Diocese [de Leiria] / Rev. Faustino José Jacinto Ferreira, Prior do Olival e Vigário da Vara de Ourem / Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos, Professor do Seminário [de Leiria] / Rev. Dr. Joaquim Coelho Pereira, Prior da Batalha / Rev. Dr. Manuel Nunes Formigão Junior, Professor do Seminário Patriarchal [...] / Rev. Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra / Rev. Agostinho Marques Ferreira, Paroco da Fátima / [...] Nomeamos o Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos promotor da Fé [...]»¹⁶¹.

Na perspetiva de Francisco Pereira de Oliveira¹⁶² - exposta no memorando que este elaborou no início do reitorado de Luciano Guerra, a fim de inteirar o novo reitor da realidade do Santuário – os membros da referida comissão, apesar da sua missão oficial estar relacionada com a investigação dos acontecimentos de 1917, terão funcionado como se fossem uma

¹⁶⁰ O mais antigo registo de despesa, à guarda do ASF, que refere explicitamente o nome do bispo data de 18 de outubro de 1923. No entanto, no mesmo conjunto documental à guarda do ASF, a despesa mais antiga cujo pagamento poderá ser atribuído ao bispo/diocese, data de 9 de janeiro de 1922. Chamamos a atenção para o pagamento de «4 camas c/ colchões d'arame p.^a creanças», cuja fatura, passada em nome do «Santuário de N. Senhora do Rosario de Fatima» em junho de 1929, tem aposta a nota «recebemos de sua Ex.^a o Sr. Bispo de Leiria a quantia de E.^{dos} 320\$00 tresentos e vinte escudos importância d'esta conta». O AEL disporá de registos que documentam esta relação de D. José com o Santuário em datas anteriores às documentadas no ASF, nomeadamente o registo da despesa com a deslocação de Gerardus Van Krieken – arquiteto da futura basílica de Nossa Senhora do Rosário - à Cova da Iria em 24 de agosto de 1921, referido por Luciano Cristino num dos seus trabalhos historiográficos. Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Documentos justificativos de despesa]*. docs. 'DS 1093.1', 'DS 1093.5', 'DS 1093.185'.

¹⁶¹ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. II. p. 47-48.

¹⁶² Francisco Pereira de Oliveira foi funcionário do Santuário durante mais de meio século. Entrado ao serviço em 1940 com a função de sacristão, veio a assumir um papel de relevo na instituição ao secretariar vários reitores.

comissão administrativa do Santuário¹⁶³, ainda que não o fossem de direito. Compreendemos a opinião do referido autor, uma vez que os membros da comissão canónica - ou pelo menos, alguns deles - são, na prática, quem secunda o bispo de Leiria na administração do espaço.

No entanto, a delegação de competências de gestão que o bispo faz nos membros da comissão não parece ser feita a título colegial mas individual, como modo de contornar a falta de personalidade jurídica de uma instituição que o era *de facto* mas não *de iure*. Na verdade, a colaboração dos elementos da comissão na gestão dos destinos de Fátima começou antes da constituição oficial da mesma, o que parece reforçar a índole não-colegial daquela colaboração. Será necessário mencionar ainda que, aparentemente, nem todos os membros da referida comissão tiveram um papel ativo no apoio à gestão do Santuário, salientando-se, pelo contrário, o papel desempenhado por Manuel Nunes Formigão, Faustino Jacinto Ferreira, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Agostinho Marques Ferreira ou Manuel Marques dos Santos.

A colaboração destes indivíduos com o bispo deu-se, por exemplo, na compra de terrenos, adquirindo-os em seu nome, dado o Santuário não o poder fazer, na ausência de personalidade jurídica¹⁶⁴. Esta situação parece estar exposta de modo bastante claro nas palavras de Manuel Nunes Formigão quando, ao registar na sua agenda a compra dos terrenos da Cova da Iria, afirma que, nesse dia, «às 11 horas da manhã na presença do notario Manuel Rodrigues de

¹⁶³ «A esta comissão incumbia averiguar a parte canónica dos fenómenos sobrenaturais, mas na verdade foi também a primeira comissão administrativa do futuro santuário». Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário de 1917 a 1972* [memorando]. 1973-12-31. Acessível em ASF. UI 341. p. 4.

¹⁶⁴ A 12 de outubro de 1920, após discussão do memorando enviado por Faustino Jacinto Ferreira referindo o valor acumulado de ofertas deixadas na Cova da Iria e propondo constituição de uma comissão para as gerir, o bispo incumbiu-o da compra dos terrenos onde decorreria a hierofania. Conforme abordado no ponto 2.1, a transação teve lugar em setembro de 1921, tendo os terrenos ficado em nome de Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves. Também Manuel Marques dos Santos teria terrenos do Santuário em seu nome, existindo fatura relativa aos honorários devidos pela «passagem de dezoito prédios na matriz predial para o nome do Senhor Padre Doutor Manoel Marques dos Santos». Também, Agostinho Marques Ferreira, pároco de Fátima, detinha terrenos do Santuário sitos na Cova do Linha, a nordeste da atual Basílica de Nossa Senhora do Rosário, conforme comprova registo de pagamento do Santuário ao referido sacerdote, datado de 3 de fevereiro de 1928. Cf. CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 46.; *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-3. p. 163-176; SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [Fatura 2]. 1927-07-26. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251. ; IDEM – [Livro de receita e despesa de 1928]. 1928. Acessível em ASF. UI 2002. fl. 2.

Deus, de V.N. d'Ourem, realizaram-se as escripturas para o efeito da cedencia dos terrenos da Cova da Iria, que ficaram pertencendo á igreja em nome do Rev. Prior de Santa Catharina da Serra, P. Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, por ordem do Sr. Bispo de Leiria¹⁶⁵».

O mesmo se parece ter passado com o outro elemento daquilo que apelidámos de rede de intervenientes na gestão do Santuário, a corporação local do culto católico¹⁶⁶, da qual temos indícios documentais de ter, pelo menos numa ocasião, desempenhado um papel de representação legal, em virtude do Santuário não ter personalidade jurídica *per se*.

Em rigor, a autorização de celebração de missa e distribuição de comunhão no espaço da Cova da Iria, em 1921, não eximiu aquele espaço à dependência da paróquia e do seu pároco. A eventual ingerência paroquial no espaço do Santuário teria que ser realizada no contexto de uma corporação cultural como resultado do ambiente regulador da I República, no qual Estado Português passou a reconhecer estatuto jurídico não diretamente às Igrejas - entre as quais a Católica -, mas às pessoas coletivas que esta organizava para o cumprimento das suas funções¹⁶⁷.

Como referido anteriormente, o papel da corporação do culto católico na gestão dos assuntos do Santuário, parece ter incidido somente no aspeto da representação legal. Ainda

¹⁶⁵ Cf. *DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima*. vol. III-3. p. 161.

¹⁶⁶ Assumiremos esta designação no âmbito do presente estudo, já que na documentação consultada não existe uma denominação uniforme e, aparentemente, existem duas instituições que funcionaram em paralelo, uma dedicada em exclusivo à gestão das obras da igreja paroquial e das despesas e elas associadas e outra uma instituição 'friqueira'. A primeira será a Comissão Paroquial Religiosa, criada pelo pároco em 1915, com o intuito de gerir as obras da igreja paroquial e em cuja primeira reunião se refere que a Irmandade do Santíssimo Sacramento é a instituição friqueira, provavelmente no cumprimento do art. 17 da Lei da separação do Estado das Igrejas. A corporação criada em 1926 poderá ter vindo substituir a Irmandade como friqueira, uma vez que o livro de atas da Comissão Paroquial Religiosa continua a apresentar registos de atas até 1933. Cf. COMISSÃO PAROQUIAL RELIGIOSA [*Livro de atas*]. 1915-1933. Registo de atas e dívidas da comissão encarregue das obras da Igreja Paroquial. Cópia acessível em ASF. UI 459. fl. 2 e ss; LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) - *Estatutos: Corporação Paroquial encarregada do Culto*. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DC 74.68'; LEI da separação do Estado das Igrejas. *Diário do Governo. I Série*, 92(1911-04-21). p. 1620; NEVES, José Manuel Poças das – *a Fátima dos inícios do Século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*. Fátima: Rotary Club, 2005. p. 251-255.

¹⁶⁷ Cf. LEI de separação do Estado das igrejas. p. 1620-1621; DECRETO n.º 3856. *Diário do Governo. I Série*, 34(1918-02-23). p. 129 e ss; DECRETO n.º 11887. *Diário do Governo. I Série*, 152(1926-07-15). p. 789-792. p. 790.

assim, no decorrer da nossa pesquisa, apenas identificámos uma situação de ingerência da corporação na gestão do Santuário. Tratou-se da demanda judicial para o cumprimento do legado de José Vicente do Sacramento ao Santuário, no decorrer da qual a corporação nomeou Manuel Nunes Formigão e António Alves Martins seus procuradores¹⁶⁸. Não temos conhecimento de nenhum bem móvel ou imóvel do Santuário estar em nome da corporação, no entanto, legal e estatutariamente¹⁶⁹, isto poderia acontecer.

Sistematizando os elementos anteriormente apresentados, podemos referir que no período entre setembro de 1921¹⁷⁰ e julho de 1927¹⁷¹ a estrutura eclesiástica iniciou um processo de enquadramento pastoral do fenómeno de Fátima, intervindo diretamente no espaço e nos atos devocionais e de culto ali praticados. O espaço era, aparentemente, gerido pelo bispo diocesano com a colaboração de sacerdotes que vieram a integrar a comissão que levou a cabo o processo canónico diocesano de investigação aos fenómenos de 1917 e da corporação local de culto católico¹⁷², constituindo aquilo a que chamámos de rede de intervenientes. Assim, o espaço do Santuário é, neste período, gerido na totalidade por um conjunto de entidades externas e não por uma entidade que conforme uma dimensão institucional do Santuário, ainda que incipiente. Apesar disso, parece existir por parte da população a perceção do Santuário como uma

¹⁶⁸ Note-se que estas nomeações ocorreram em 1936, uma delas, e a outra entre 1933 e 1936, portanto, já após a nomeação do capelão para o Santuário, data que entendemos ser um marco no desenvolvimento do santuário-instituição. Ainda assim, quisemos fazer aqui a referência pois a rede de intervenientes existente antes de 1927 continuou a estar presente e a exercer as mesmas funções que anteriormente exercia. Cf. COMISSÃO PAROQUIAL ENCARREGADA DO CULTO – [Procurações].]. 1933(?)-1936. Cópia acessível em ASF. UI 316, doc. 'DC 316.8'.

¹⁶⁹ «Á direcção compete o que respeita à administração do fundo do culto e dos mobiliários e imobiliários da Corporação». Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) - *Estatutos: Corporação Paroquial encarregada do Culto*. fl. 1.

¹⁷⁰ Data da compra do primeiro terreno e da autorização para celebração de missa na Cova da Iria. Poderá ser interpretada como data do reconhecimento canónico do santuário, segundo o disposto no can. 1230 do Código de Direito Canónico. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 212.

¹⁷¹ Data da criação de uma Capelania no Santuário, conforme se abordará *infra*.

¹⁷² Note-se que, conforme referido anteriormente, apenas temos documentada ingerência desta entidade em data posterior aos limites cronológicos apontados. No entanto, só em 1941 o Santuário foi isentado da tutela paroquial, pelo que, pelo menos em teoria a entidade detentora da personalidade jurídica da paróquia deverá ser considerada.

instituição¹⁷³, o que, ainda que discutível, terá que ser tido em conta numa tentativa de estabelecer o momento genésico *de facto* do Santuário-instituição.



Ilustração 1 – Rede de intervenientes na gestão do Santuário de Fátima, 1921-1927.

Um dos passos fundamentais na constituição do Santuário-instituição, como hoje o conhecemos, foi dado em 13 de julho de 1927¹⁷⁴. Nesse dia, D. José Alves Correia da Silva decretou a criação de uma capelania permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, nomeando Manuel de Sousa como seu primeiro capelão¹⁷⁵. Entre as funções confiadas a este sacerdote estavam a celebração diária da Eucaristia, a oração pelas intenções confiadas ao Santuário, bem como o acolhimento e atendimento aos peregrinos.

A criação da Capelania significa a existência *de iure* de uma instituição associada ao espaço do Santuário. No entanto, a dimensão organizacional de direito que aí podemos vislumbrar resume-se ao âmbito eclesiástico e não ao âmbito civil, nomeadamente no que respeita à

¹⁷³ Facto que pretendemos demonstrar com recurso a faturas passadas diretamente ao Santuário de Fátima, como se fora uma entidade e não como uma mera referência toponímica.

¹⁷⁴ «O Ex.^{mo} Sr. Bispo de Leiria [...] criou uma Capelania permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima». Cf. <A> *VOZ da Fátima*. vol. 5, n.^o 58(1927-07-13). p. 2.

¹⁷⁵ Note-se que, apesar da nomeação datar somente de 1927, segundo Maria José de La Fuente a construção da casa do capelão iniciou-se em 1923, parecendo apontar para uma intenção do bispo em nomear um sacerdote para as referidas funções num período mais recuado, eventualmente no contexto da estratégia de enquadramento pastoral já referida. Cf. FUENTE, Maria José de la – *Op. cit.* p. 65.

administração de bens. Assim, este desenvolvimento não fez cessar a gestão do Santuário com recurso ao que descrevemos como rede de intervenientes encabeçada pelo bispo. De facto, a figura de D. José e, depois dele, de outros bispos, continuou a ser bastante presente no quotidiano da instituição¹⁷⁶, os antigos membros da comissão canónica continuaram a representar, a título pessoal, os interesses do Santuário em atos administrativos até ereção canónica da Fábrica do Santuário em 1940¹⁷⁷ e a corporação local para o culto católico continua a ter, em teoria pelo menos, influência sobre o espaço do Santuário já que este se encontra sob jurisdição da paróquia de Fátima, cuja personalidade jurídica aquela instituição detém¹⁷⁸.

A propósito da nomeação de Manuel de Sousa, Francisco Pereira de Oliveira referiu que, em 1927, «mais que cuidar das obras e dos operários, tornava-se necessário ter no local um sacerdote que pudesse prestar assistência religiosa aos inúmeros peregrinos que diàriamente vinham à Cova da Iria cumprir promessas e fazer súplicas à Mãe de Deus, e também para tomar conta das esmolas e ex-votos, preparar as cerimónias das peregrinações dos dias 13, providenciar os meios indispensáveis para que ao local não faltassem condições humanas, e ainda dispor as coisas para os primeiros retiros»¹⁷⁹. As funções desempenhadas pelo capelão, ainda que a sua área de atuação principal fosse a do culto, seriam tanto de ordem pastoral como

¹⁷⁶ A título de exemplo, existem comprovativos de pagamentos de bens e serviços prestados ao santuário efetuados pelo bispo e por outros elementos ligados à gestão diocesana em datas posteriores à criação da Capelania. A proximidade do prelado ao Santuário está também patente no facto de, em anos de défice contabilístico (ex. 1931), o bispo ter coberto o valor em falta. Para além disso, em 1941, o bispo declara-se representante legal da Fábrica do Santuário. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Documentos justificativos de despesa]*; OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário*. p. 10; SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *[Certidão de venda]*. 1941-08-11. Acessível em ASF. UI 292, doc. 'DS 292.7'. fl. 3v-4.

¹⁷⁷ Até à ereção da Fábrica do Santuário, as propriedades continuaram a estar em nome de indivíduos que emprestavam a sua personalidade jurídica ao Santuário que a não possuía, nomeadamente a Manuel Marques dos Santos que parece ter concentrado a propriedade de todos os terrenos e edifícios que compunham o Santuário e o seu recinto. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *[Certidão de venda]*. fl. 1-3v.

¹⁷⁸ De facto, o único exemplo que conhecemos de atuação da corporação em relação a interesses do Santuário data do período de vigência da Capelania. Cf. CORPORAÇÃO PAROQUIAL ENCARREGADA DO CULTO – *[Procurações]*; IDEM – *Testamento cerrado*. 1926. Cópia acessível em ASF. UI 316, doc. 'DC 316.10'.

¹⁷⁹ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de - Para a história de Fátima. In *Cinquentenário de Fátima: Homenagem aos Reitores do Santuário*. [Fátima: s.n., 1969]. p. 13.

administrativa, como parece confirmar Francisco Pereira de Oliveira que refere, a propósito de Manuel de Sousa, «era o ‘mestre de obras’, sim, mas foi sobretudo o sacerdote que devotamente celebrava a missa e rezava o terço diàriamente, confessava e atendia os peregrinos, providenciando para que o Santuário se preparasse para ser [um] verdadeiro centro de devoção mariana»¹⁸⁰. Em 29 de setembro de 1937¹⁸¹, após resignação a pedido de Manuel de Sousa, foi nomeado capelão Amílcar Martins Fontes, que permaneceu em funções até 1957¹⁸².

Segundo Luciano Cristino¹⁸³, na sua época Manuel de Sousa era já apelidado de reitor do Santuário¹⁸⁴. Fruto da nossa interpretação da documentação consultada, entendemos que a sua designação oficial terá sido sempre a de capelão, apesar da assunção *de facto* do título de reitor¹⁸⁵. Esta não será meramente uma questão de escolha de vocabulário, uma vez que por capelão se designa um sacerdote incumbido de celebrar eucaristia em determinada capela, ou

¹⁸⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 13-14.

¹⁸¹ Cf. CRISTINO, Luciano – Capelania. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncípa, 2007. p. 83.

¹⁸² Amílcar Martins Fontes foi capelão do Santuário até 1941, ano em que foi nomeado oficialmente como seu reitor. Exerceu essa função até 1957.

¹⁸³ Cf. CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 49; IDEM – *Capelania*. p. 83.

¹⁸⁴ No entanto, é de referir que o próprio terá utilizado, pelo menos ocasionalmente, o título de reitor. Exemplo disso é o relatório do movimento religioso e de doentes do ano de 1934, publicado no jornal *Voz da Fátima*, no qual assina «O Reitor - Pe Manuel de Sousa». Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - Movimento religioso e de doentes no Santuário de Fátima, durante o ano de 1934. In *Boletins de estatística*. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55. fl.4.

¹⁸⁵ Note-se que, ao suceder a Manuel de Sousa em 1937, Amílcar Martins Fontes foi nomeado capelão e não reitor. A nomeação como reitor só ocorreu em 18 de agosto de 1941, aquando da isenção do Santuário da jurisdição paroquial de Fátima. Na realidade, a hipotética situação de um capelão designado por reitor antes de o ser oficialmente, não seria caso único de assunção espontânea de realidades que se verificariam de direito apenas em momento posterior. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário era frequentemente referida como basílica durante a sua construção, ainda que o título de basílica menor só tenha sido atribuído em 1954. O mesmo se poderá dizer em relação à Igreja da Santíssima Trindade, por vezes referida como basílica, antes da concessão oficial do título de basílica menor em 2012. Cf. CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 50; IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – *Concessão do título de basílica menor à Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. 1954. Acessível em ASF. UI 74, doc. ‘DS 74.62(1)’; IGREJA CATÓLICA. Papa, 2005-2013 (Bento XVI) – *Concessão do título de basílica menor à Igreja da Santíssima Trindade*. 2012. Acessível em ASF. UI 74, doc. ‘DS 74.70’.

de prestar acompanhamento pastoral a determinada comunidade (hospital, regimento, etc)¹⁸⁶, ao passo que um reitor é o elemento que administra uma instituição religiosa ou escolar. Do ponto de vista canónico, a definição de reitor¹⁸⁷ parece aproximar-se da definição de capelão anteriormente aludida, apontando para o responsável por uma igreja que não seja paroquial nem capitular, podendo assim englobar, por exemplo, a responsabilidade sobre santuários¹⁸⁸. No entanto, «os reitores de igrejas distinguem-se dos simples capelães»¹⁸⁹, podendo, na nossa opinião, a utilização destes diferentes termos resultar, neste caso concreto, na distinção entre um grau de maior ou menor formalidade e complexidade da administração do Santuário¹⁹⁰.

Estas alterações no modelo de gestão do Santuário constituem um marco incontornável na história da instituição pois, se antes de 1927 existia a perceção popular de uma instituição identificável com o Santuário de Fátima, somente com a nomeação do capelão parece existir a afirmação eclesialística dessa mesma realidade, ainda que numa realidade meramente *de facto*. A

¹⁸⁶ Cf. *ENCICLOPÉDIA Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. vol. 5. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. p. 1204.

¹⁸⁷ Deve notar-se que o texto normativo utiliza o termo mais específico de *reitor de igreja*. Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. can. 556-563, p. 104-105.

¹⁸⁸ «The head of a church wich is neither a parish church nor a capitular one or one used by a religious community for divine worship, e.g. a church dedicated for worship by pilgrims.» Cf. BROEDERICK, Robert C. - *The Catholic Concise Encyclopedia*. St. Paul: Catechetical Guild Educational Society, 1957. p. 287; «Con el nombre de rectores de iglesias se entienden aquí los sacerdotes a quienes se encomienda el cuidado de alguna iglesia que no sea ni parroquial ni capitular, ni está aneja a la casa de una comunidad religiosa que celebre en la misma los ofícios» Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Derecho Canónico* [de 1917]: y *legislacion complementaria*. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Católica, 1954. Can. 479, p. 191; «Com o nome de reitores de igrejas designam-se aqui os sacerdotes, aos quais é confiado o cuidado de alguma igreja, que não seja paroquial nem capitular, nem anexa a alguma casa de uma comunidade religiosa ou de uma sociedade de vida apostólica, para que nela celebre os ofícios.» Cf. IGREJA CATÓLICA - *Código de Direito Canónico* [de 1983]. Can. 556, p. 104.

¹⁸⁹ Cf. GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. vol. XXIV. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia Lda, [s.d.]. p. 905.

¹⁹⁰ Cristino refere o facto de Manuel de Sousa ser referido como reitor mas, simultaneamente, aborda as suas funções de capelania. De modo semelhante, em relação a Amílcar Martins Fontes, Cristino aponta funções de capelão, distinguindo-as de outras mais administrativas. Contudo, distingue o período de capelania do seu período de reitorado do mesmo prelado. Atualmente, o Santuário dispõe de um corpo de capelães... Cf. CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 49; IDEM – *Capelania*. p. 83.

existência de faturas do Santuário a partir de 1929¹⁹¹ corrobora a tese anteriormente exposta, ao demonstrar que, nessa data, à revelia dos estatutos legais, o Santuário de Fátima se assumia como uma instituição.

Do ponto de vista das construções e da organização do espaço, foi neste período que, em 13 de maio de 1928, se iniciou a construção da basílica desenhada por Gerardus Van Krieken¹⁹² - note-se, contudo, que o título de basílica menor só lhe foi atribuído em 1954¹⁹³. Datam desta fase a capela das missas¹⁹⁴ e os equipamentos de assistência hospitalar e apoio aos retiros, bem como algo semelhante a um plano de urbanização e desenvolvimento do Santuário e dos seus arredores com delimitação do pórtico de entrada, avenidas, a fonte¹⁹⁵, entre outras edificações.

No campo religioso/pastoral o marco determinante deste período foi a publicação da Carta Pastoral de 13 de Outubro de 1930, na qual D. José Alves Correia da Silva, após findado o processo canónico diocesano iniciado em 1922, declarou as aparições de Fátima como dignas de crédito à luz dos critérios da Igreja e, como tal, aprovou o culto mariano sob a invocação da Senhora do Rosário de Fátima¹⁹⁶.

Assumindo que, ao longo deste período se está, na prática, a formar uma instituição que, mais que gerir o espaço do Santuário, se identifica com ele, deveríamos ser capazes de vislumbrar algo das suas estruturas orgânica e funcional. No entanto, se, através da informação arquivística, nos é possível perceber um conjunto de funções desempenhadas no Santuário, reconstruir a estrutura orgânica deste período inicial não é tarefa fácil e resultará sempre

¹⁹¹ Não temos conhecimento da existência destes documentos em data anterior a 12 de agosto de 1929. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [Venda a António da Silva Portela]. 1929-08-12. Disponível em ASF. UI 2004.

¹⁹² Cf. DUARTE, Marco Daniel – *Op. cit.* p. 111.

¹⁹³ «Ecclesiam principalem Beatae Mariae Virginis a Sacratissimo Rosario, in loco Fatima eius honori consacratam, titulo ac dignitate Basilicae Minoris afficamus ac decoramus» Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – *Op. cit.*

¹⁹⁴ Cf. DUARTE, Marco Daniel – *Op. cit.* p. 110.

¹⁹⁵ Encimada por imagem do Sagrado Coração de Jesus, benzida em 13 de maio de 1932. Cf. IDEM – *Ibidem.* p. 115.

¹⁹⁶ Cf. DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima. vol. V-6. p. 169-180.

parcelar, devido ao carácter informal que da gestão¹⁹⁷.

No período em que Manuel de Sousa é Capelão é-nos possível identificar o desempenho das seguintes funções¹⁹⁸:

- Acolhimento e acompanhamento pastoral, diretamente associado ao capelão. Constituíam acompanhamento pastoral a celebração de atos litúrgicos, o acompanhamento de práticas devocionais, acompanhamento de retiros, das peregrinações mensais e das peregrinações individuais e coletivas;
- Administração, associada ao capelão e auxiliares como João Carreira e, na fase final da Capelania, Francisco Pereira de Oliveira¹⁹⁹;
 - Controlo contabilístico, aparentemente a cargo do capelão, dando origem a livros de receita e despesa e a coleções de documentos justificativos de despesas;
 - Recolha e contagem das esmolas, assumida por Maria Carreira desde 1917²⁰⁰, posteriormente com apoio de João Carreira e José da Assunção²⁰¹;
 - Economato, nomeadamente compra e fabrico de hóstias²⁰² ou bens alimentares;
 - Gestão de património, nomeadamente a gestão agrícola;
 - Gestão de recursos humanos²⁰³;

¹⁹⁷ Note-se que só na década de 70 do século passado existe a preocupação de pensar o Santuário e desenhar uma estrutura de serviços conducente ao cumprimento dos objetivos organizacionais. Atente-se ainda no facto de, antes dessa data, 'nenhuma unidade orgânica, à exceção do Museu-biblioteca, ter uma *certidão de nascimento*, datável e com os objetivos claramente definidos.

¹⁹⁸ Esta estrutura funcional permanecerá sem alterações, pelo menos até ao final do período da Capelania. Maioritariamente, as funções aqui enunciadas permaneceram até ao presente.

¹⁹⁹ Francisco Pereira de Oliveira entrou ao serviço do Santuário em setembro de 1940, como sacristão, mas desde logo começou a auxiliar o capelão em funções de secretaria. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [Livro de receita e despesa de 1940]. 1940. Acessível em ASF. UI 2017. fl. 41v; OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 8, 20.

²⁰⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

²⁰¹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 10.

²⁰² Foi comprado ferro de cortar partículas no dia 8 de agosto de 1927. No entanto, existem situações em que estas são compradas, a título de exemplo refere-se o pagamento de 95\$00 de hóstias e partículas feito em 14 de julho de 1931. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [Livro de receita e despesa de 1927]. 1927. Acessível em ASF. UI 2001. fl. 4v; IDEM – [Livro de receita e despesa de 1931]. 1931. Acessível em ASF. UI 2006. fl.12.

- Acompanhamento de obras, competência do capelão, que era auxiliado por João Carreira²⁰⁴;
 - Gestão de materiais²⁰⁵;
- Comércio de artigos religiosos²⁰⁶, por João Carreira e António Romeiro;
- Cuidados Médicos, aparentemente assegurados pelos Servitas²⁰⁷;
 - Prestação de cuidados de saúde aos peregrinos;
 - Recolha e verificação de curas extraordinárias.

A estrutura orgânica que permitia a execução destas funções seria encabeçada pela Capelania – termo que utilizamos para qualificar a unidade orgânica composta pelo capelão e pelos seus colaboradores, destinada à execução das funções de gestão daquele. Na dependência desta podemos identificar o hospital/posto de verificações médicas²⁰⁸ ou as casas de retiros/albergue que, sendo equipamentos, não deixam de poder ser encaradas como uma unidade orgânica, com fins próprios, concorrentes à realização dos objetivos gerais da instituição.

O início do desempenho das funções de capelão por Amílcar Martins Fontes em 1937,

²⁰³ Cf. IDEM – *Livro do pomto dos peçoal dos serviços na Cova da Iria*. 1927. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251.

²⁰⁴ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Op. cit.* p. 5-6.

²⁰⁵ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Caderno das despesas do anno de 1927*. 1927. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251.

²⁰⁶ Embora esteja documentada a compra de artigos religiosos em grande escala por parte do Santuário desde 12 de julho de 1927, não existem registos de venda antes de 2 janeiro de 1928. O funcionário António Rodrigues Romeiro, que se dedicava ao comércio de artigos religiosos, tem vencimentos registados desde janeiro de 1929, sob a entrada «ordenado do Romeiro», no entanto é possível que se encontrasse ao serviço anteriormente e o seu vencimento estivesse diluído na entrada «féria do pessoal». Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Livro de receita e despesa de 1927]*; IDEM - *[Livro de receita e despesa de 1928]*; IDEM - *[Livro de receita e despesa de 1929]*. 1929. Acessível em ASF. UI 2003.

²⁰⁷ Por servitas designam-se os elementos da associação de Servos de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, fundada a 13 de junho de 1924 e assegurava o apoio aos peregrinos, sobretudo aos doentes. Hoje, a associação é conhecida como Associação de Servitas de Nossa Senhora de Fátima e continua a colaborar com o Santuário prestando apoio aos peregrinos durante as peregrinações anuais de maio a outubro. Cf. SERÔDIO, Frederico da Silva – Servitas. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncípia, 2007. p. 532.

²⁰⁸ O posto de verificações médicas iniciou o seu funcionamento em 1926, antecedendo, portanto, a instituição da Capelania. Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 532.

coincide com a alteração do modo como a contabilidade do Santuário era elaborada. Ao organizar as contas em duas alíneas – «culto e obras» e «artigos religiosos»²⁰⁹ -, esta nova estrutura contabilística permite-nos vislumbrar o modo como a instituição percecionava a sua estrutura funcional. No entanto, não nos parece que se possam fazer coincidir estas alíneas a unidades orgânicas. Assim, entendemos que a estrutura orgânica do período da Capelania 1927-1940(1941) se poderá representar da seguinte forma:

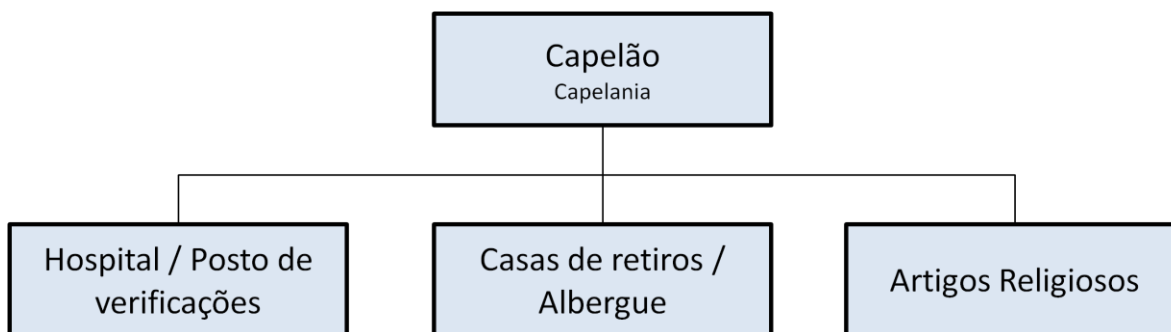


Ilustração 2 – Representação da estrutura orgânica do Santuário de Fátima, 1927-1940(1941).

Conforme indicámos no início deste ponto, entendemos que a data da compra dos primeiros terrenos do Santuário e da autorização para a celebração de missas naquele espaço – 14 de setembro de 1921 – inaugurou o um longo processo de construção da dimensão organizacional do Santuário que culminou em 1940, com a ereção canónica da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Este processo sofreu evoluções distintas na vertente *de facto* e na vertente *de iure*, pelo que, para as poder estudar, dividimos o período cronológico num antes e num depois da constituição de uma capelania permanente no Santuário em 1927.

Caracterizámos o primeiro dos dois períodos, entre setembro de 1921 e julho de 1927, como uma fase do desenvolvimento organizacional da instituição em que à percepção externa da

²⁰⁹ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *A vida administrativa do Santuário* [...]. p. 8.

existência *de facto* de um Santuário-instituição²¹⁰, não corresponde uma afirmação ‘interna’ dessa mesma realidade, pois o espaço é gerido com recurso a uma rede de intervenientes. Do ponto de vista orgânico, a criação da Capelania permanente em 1927, o Santuário assume uma dimensão organizacional concreta, ainda que tal não constituísse uma realidade de direito do ponto de vista civil. Prova desta afirmação ‘interna’ de dimensão organizacional está patente na emissão de recibos pelo Santuário a partir, pelo menos, de 1929.

A situação *de iure* era, assim, mais complexa e só ficou definida com alguma clareza a partir de 1940, conforme abordaremos no ponto seguinte.

²¹⁰ Constatada, por exemplo, na existência de faturas passadas ao Santuário em 1924. Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Documentos justificativos de despesa]*. doc. ‘DS 1093.16’.

2.3 – Fábrica do Santuário, Reitoria e Isenção Paroquial: um caminho de redefinição e desenvolvimento institucional (1940-1973)

O ano de 1940 marca o início de uma nova fase no desenvolvimento organizacional do Santuário, uma fase de afirmação institucional cujos principais momentos foram a ereção da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, a isenção em relação à Paróquia de Fátima e a constituição do Conselho Nacional.

A 7 de maio de 1940 a Santa Sé e a República Portuguesa assinaram um conjunto de acordos que regularizaram a relação entre o Estado Português e a Igreja Católica, abalada desde 1911²¹¹. O primeiro destes acordos, a chamada concordata de 1940, continha dois artigos que vieram a ter grande importância na afirmação *de iure* da dimensão institucional do Santuário de Fátima, a saber, os artigos 3.º e 4.º, que estabeleciam o modo como o Estado Português iria reconhecer e regular a personalidade jurídica das organizações nas quais a Igreja Católica em Portugal se organizava e do modo como estas iriam administrar sem a ingerência estatal do passado²¹².

Em resultado das novas disposições, foi regularizada a situação *de facto* do Santuário-instituição, passando a ser plenamente reconhecido como instituição possuidora de personalidade jurídica e habilitada à posse e gestão do seu próprio património. De acordo com o disposto nos referidos artigos da concordata de 1940, para existir reconhecimento da instituição por parte do Estado Português teria que existir comunicação por parte da diocese. No caso do Santuário, a personalidade jurídica foi reconhecida através da ereção canónica da pessoa moral denominada de Fábrica de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, cuja comunicação ao Estado

²¹¹ Trata-se da *Concordata* e do *Acordo Missionário*. Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – Inter Sanctam Sedem et Republicam Lusitanam Sollemnes Conventiones. *Acta Apostolica Sedis: commentarium officiale*. [Vaticano]: Typis Vaticanis. vol. XXX, n.º 7 (1940-07-01). p. 217-244.

²¹² Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 219-220.

Português data de 7 de novembro de 1940²¹³. Ao simbolizar o reconhecimento *de iure* civil da dimensão institucional do Santuário, esta data marca o fim do processo de construção institucional. Enceta, nessa ocasião um outro processo, que poderíamos chamar de redefinição e afirmação institucional.

Em virtude da alteração jurídica da situação do Santuário deixou de ser necessário o recurso à representação legal de figuras que, em nome pessoal, assumem a representação do Santuário, utilizadas desde 1921 para garantir a propriedade de imóveis e o pagamento de taxas e licenças, tendo iniciado o processo de regularização dessa situação. É emblemática a transferência de propriedade que, em maio de 1941, Manuel Marques dos Santos fez da posse dos terrenos e edifícios que constituíam o Santuário, do seu nome para o da Fábrica²¹⁴.

Como reconhecimento do elevado número de pessoas que pretendiam celebrar casamentos e batizados no Santuário, sendo necessário que o pároco ali se deslocasse, em 22 de janeiro de 1941 o capelão do Santuário foi autorizado a administrar os sacramentos do batismo e do matrimónio, mantendo os respetivos livros de registo²¹⁵.

O passo seguinte na redefinição e afirmação da instituição foi dado no dia 18 de agosto de 1941²¹⁶: redefinição, pela nomeação oficial de um reitor em substituição da de capelão²¹⁷; afirmação, pela isenção do Santuário e os seus bens móveis e imóveis da jurisdição paroquial que estava sujeito em relação à Paróquia de Fátima, ficando diretamente sujeito ao bispo diocesano.

O processo de afirmação face à paróquia continuou em 1946, com D. José a promulgar nova

²¹³ Desconhecendo se a ereção canónica ocorreu em data anterior à da comunicação oficial, iremos assumir a data desta como data fundacional da Fábrica do Santuário. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Certidão*. 1979-02-28. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.47'.

²¹⁴ Cf. IDEM - [*Certidão de venda*].

²¹⁵ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – [*Provisão Episcopal*]. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.59(5)'.
²¹⁶ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Provisão*. 1941-08-18. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.60(1)'.

²¹⁷ Para o cargo de reitor foi nomeado Amílcar Martins Fontes, capelão do Santuário desde 1937. Ao longo do período abordado neste ponto, o cargo foi desempenhado por Joaquim Lourenço, reitor interino entre 1957 e 1959, ano em que foi nomeado reitor efetivo António Antunes Borges que exerceu o seu reitorado até 1970, sendo substituído interinamente por António dos Reis, que assegurou a gestão até ao início do reitorado de Luciano Guerra em 1973.

provisão sobre a isenção paroquial do Santuário. Ao contrário do documento de 1941 onde o tópico era tratado de forma sumária, nesta provisão são-lhe dedicados cinco artigos²¹⁸, sendo estabelecido que o Santuário seria desmembrado da Paróquia de Fátima e que a jurisdição paroquial desse espaço seria confiada ao seu reitor²¹⁹. Foi ainda estabelecido que o Santuário passaria a ter «registo próprio para baptismos, casamentos e óbitos, como se fosse paróquia» e somente os enterramentos seriam efetuados no cemitério paroquial de Fátima²²⁰. Em suma, esta segunda provisão de isenção paroquial, na prática, subtrai o Santuário à jurisdição paroquial de Fátima para o transformar numa quase-paróquia²²¹.

Em 21 de julho de 1958, o reconhecimento da sua centralidade no viver religioso nacional e internacional²²² levou à criação do Conselho Nacional do Santuário de Fátima, por decreto do Papa Pio XII²²³. No documento estabeleceu-se que o referido Conselho seria composto pelos metropolitas portugueses e pelo bispo de Leiria, sendo o patriarca de Lisboa o presidente nato. Até esta data, o Santuário, que tinha ligação oficial apenas ao bispo de Leiria, passou então a ter ligação indireta a todo o episcopado nacional, através dos seus metropolitas. O processo de afirmação do Santuário junto do episcopado culminou em 2006 com o seu reconhecimento estatutário como santuário nacional.

Esta situação, embora resultasse do reconhecimento da importância do Santuário, acabou por resultar numa limitação à autonomia de gestão que a Instituição teria. Uma das áreas que o Conselho Nacional supervisionava e emitia pareceres era a da gestão pastoral do

²¹⁸ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Isenção paroquial do Santuário de N. Senhora do Rosário da Fátima: Provisão*. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS 74.60(3)'.

²¹⁹ Cf. IDEM - *Ibidem*. fl. 1-1v.

²²⁰ Cf. IDEM - *Ibidem*. fl. 1v.

²²¹ «Cân. 516 — § 1. Se outra coisa não for determinada pelo direito, à paróquia equipara-se a quase-paróquia, que é uma certa comunidade de fiéis na Igreja particular, confiada a um sacerdote como pastor próprio e que, em virtude de circunstâncias peculiares, ainda não foi erecta em paróquia.

§ 2. Onde certas comunidades não possam ser erectas em paróquias ou quase-paróquias, providencie o Bispo diocesano de outro modo ao serviço pastoral das mesmas». IGREJA CATÓLICA – *Código de Direito Canónico* [de 1983]. p. 95.

²²² Entendemos que do reconhecimento e afirmação do local de culto resulta igualmente a afirmação da dimensão institucional que lhe está associada.

²²³ Trata-se do Protocolo 33552/D, da Sagrada Congregação do Concílio, ao qual não conseguimos ter acesso.

Santuário²²⁴. Mais limitativa, porém, parece ser a supervisão a nível orçamental e de planos de construção, resultando daqui condicionalismos sensíveis a nível da liquidez financeira e acumulação de saldos, financiamento de novas edificações, etc.²²⁵. No entanto «com o desenrolar do tempo, deixou de reunir-se, por motivos vários»²²⁶.

Junto da figura do Papa é perceptível a afirmação da importância do Santuário, tanto como local de peregrinação como na sua dimensão institucional. A título de exemplo, podemos indicar a atribuição da Rosa de Ouro – uma distinção papal – ao Santuário, em 1964, entregue pelo legado papal em 1965. Outro exemplo, mais significativo, foi a visita do Papa Paulo VI a Fátima, quando, num período em que os papas não tinham o atual costume de viajar ao encontro das comunidades e num momento tenso da relação entre a Santa Sé e o governo português a propósito da situação colonial, se deslocou a Fátima para presidir à cerimónias do cinquentenário da primeira hierofania na Cova da Iria no dia 13 de maio de 1967.

No plano material, a crescente importância do Santuário como local de peregrinação levou a que fossem realizadas obras de remodelação do recinto, como o seu alargamento e regularização, a construção da colunata, construção de arruamentos, a remodelação do primitivo hospital e a ligação às redes de distribuição de água e eletricidade, a construção da praça de Santo António, entre outras. Algumas, por força de lei, tiveram colaboração de entidades públicas, apontando para o reconhecimento da importância das dimensões religiosa e institucional do Santuário²²⁷.

²²⁴ Cf. GOMES, Manuel Saturino da Costa – Estatuto jurídico do Santuário de Fátima. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipe, 2007. p. 200.

²²⁵ «[O Conselho Nacional] passou a reservar para si a aprovação de obras de construção e a submeter os gastos a orçamento anual a elaborar e submeter à sua aprovação para poder ser executado.[...] O documento da Santa Sé concedia à Comissão Episcopal nomeada para o Santuário a faculdade de dispor dos saldos do exercício anual para as despesas das várias dioceses na seguinte proporção: um terço para a Diocese de Leiria, dois terços e entregar ao cardeal patriarca de Lisboa. Assim se procedeu a partir do ano de 1959» Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de - *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 13-14.

²²⁶ Desconhecemos data da suspensão de atividade. Cf. GOMES, Manuel Saturino da Costa – *Op. cit.* p. 200.

²²⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 9, 16; CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima. *A Pastoral de Fátima*. p. 56-57.

O processo de redefinição e afirmação institucional do Santuário teve, obviamente, impacto nas suas estruturas orgânica e funcional. Do ponto de vista funcional é perceptível a introdução dos seguintes itens:

- Expediente geral, a cargo da secretaria, com existência documentada, pelo menos, desde 1960²²⁸;
- Prestação de informações aos peregrinos, nomeadamente estrangeiros²²⁹;
- Assessoria de imprensa;
 - Elaboração de notas de imprensa²³⁰;
 - Creditação de jornalistas e fotógrafos desde, pelo menos, 1965²³¹;
- Vigilância do recinto desde, pelo menos, 1955²³²;
- Recolha, gestão e conservação de espécies museológicas, bibliográficas e arquivísticas²³³;
- Administração dos sacramentos do batismo e matrimónio, desde 1941²³⁴;
- Gestão do registo paroquial do Santuário, desde 1941²³⁵;

²²⁸ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - Movimento de peregrinos de Fátima durante o ano de 1960. In *Boletins de estatística*. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55. fl. 1.

²²⁹ Detetada pela primeira vez no relatório do movimento de estrangeiros de agosto e setembro de 1957. Cf. IDEM - Movimento de estrangeiros no Serviço de Informações - Agosto - Setembro de 1957. In *Boletins de estatística*. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55.

²³⁰ Francisco Pereira de Oliveira refere que, desde 1943, tinha a seu cargo a responsabilidade de enviar notas de imprensa a várias agências. Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 9, 16; CRISTINO, Luciano – *Op. cit.* p. 64.

²³¹ No folheto do programa da peregrinação de maio de 1965 – entrega da Rosa de Ouro – estava patente, na secção de avisos, que «os fotógrafos e jornalistas não podem introduzir-se nas exposições e espaços reservados, sem estarem devidamente autorizados, devendo ocupar somente os lugares que lhes forem indicados pela Secretaria». Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Programa das cerimónias da entrega da Rosa de Ouro e da peregrinação nacional]*. 1965. Acessível em ASF. UI430, doc. 'DS430.169'.

²³² Existe referência ao pagamento de guardas que faziam serviço ao Domingo. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *[Livro de receita e despesa do ano de 1950]*. 1950. Acessível em ASF. UI 2029.

²³³ Sistematização das funções criadas com a ereção do *Museu-Biblioteca* em 1955. Cf. DUARTE, Marco Daniel – *Museu. Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipe, 2007. p. 362; LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora de Fátima: Provisão de D. José Alves Correia da Silva Bispo de Leiria (Fátima)*. 1955-08-13. Acessível em ASF. UI 71, doc. 'DS 74.73'.

²³⁴ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Provisão episcopal]*.

- Gestão de retiros e cursos;
- Administração do alojamento nos dias de peregrinação, anteriormente assumidos pelo próprio bispo D. José²³⁶.

Da introdução de algumas destas funções terão surgido alterações à estrutura orgânica do Santuário; outras terão sido provocadas pela crescente exigência da administração de um centro de peregrinação que se afirmava à escala mundial. A orgânica do Santuário não é facilmente perceptível, sendo sensível um elevado grau de informalidade, *i.e.*, mais do que unidades orgânicas claramente definidas, parece existir aquilo que, anos mais tarde, Luciano Guerra descreveu como setores humanos²³⁷. Note-se que, neste período, a única unidade orgânica claramente definida e cuja fundação é datável e documentável inequivocamente é o Museu-Biblioteca, criado por vontade do bispo de Leiria em 1955²³⁸. Ainda assim, estruturando a informação recolhida, identificamos a introdução ou reformulação dos seguintes ‘setores’:

- a figura de capelão é substituída pela de reitor;
- o apoio ao capelão, que definimos como capelania, transforma-se em secretaria, onde são desempenhadas funções ligadas ao culto²³⁹, à contabilidade²⁴⁰ e à tesouraria²⁴¹;

²³⁵ Existem registos de casamento e batismo desde 1941. Os registos de óbito iniciaram apenas após a provisão de 1946. Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 1; LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Isenção paroquial do Santuário de N. Senhora do Rosário da Fátima: Provisão*.

²³⁶ «A idade e a doença do Sr. D. José fizeram com que os serviços de marcação de datas e retiros e distribuição de quartos nos dias de peregrinação passassem para o Santuário, pois, durante muitos anos foi o Sr. Bispo quem, pessoalmente, se ocupava deste trabalho». Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 21.

²³⁷ Comentando a inexistência de uma orgânica de serviços claramente definida, como estabeleceu no período inicial do seu reitorado, Luciano Guerra referiu que, antes da sua chegada ao Santuário, em fevereiro de 1973, «as pessoas organizavam-se por sectores humanos sob a responsabilidade de um chefe ou do reitor directamente», Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Estudo de estruturação pastoral*. p. 16.

²³⁸ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora de Fátima[...]*.

²³⁹ «[Nos anos 60 do século XX] os serviços da secretaria aumentavam consideravelmente. O registo de casamentos e baptismos, as intenções de missas, os próprios movimentos de Receita e Despesa [...]» Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 14-15.

²⁴⁰ Durante anos a contabilidade foi executada por Francisco Pereira de Oliveira, que ainda a assumia no início do reitorado de António Antunes Borges, em 1959. Terá sido substituído nessa função por Eleutério

- Museu-Biblioteca, criado como uma «instituição [...] que terá a sua sede no Santuário da Cova da Iria»²⁴², como se fora algo separado da Fábrica do Santuário. No entanto, aparentemente, não foi assumido desse modo pelo Santuário.
- Livraria, cuja referência como secção é feita por Francisco Pereira de Oliveira para o reitorado de António Antunes Borges²⁴³;
- Secretariado de Informações do Santuário, dedicado à assessoria de imprensa, documentado em 1960, mas incidindo sobre funções existentes em datas anteriores;
- Serviço de informações, dirigido aos peregrinos, nomeadamente estrangeiros²⁴⁴;
- Deixa de ser referido o posto de verificações médicas e surgem o *lava-pés*, como posto de atendimento ao peregrino a pé, e o posto de socorros, aparentemente subordinados ao Hospital²⁴⁵.

de Magalhães em 25 de março de 1962. Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 13; SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Relação nominal dos empregados*. 1968-08-24. Acessível em ASF. UI 277.

²⁴¹ Segundo Francisco Pereira de Oliveira, Amílcar Martins Fontes e Joaquim Lourenço, respetivamente reitor e reitor interino, assumiam eles próprios o trabalho de tesouraria em conjunto com João Carreira, a sua mãe Maria ‘da capelinha’ e com ele próprio. «O dinheiro recebido do Sr. João Carreira era conferido pelo reitor (tanto notas como moedas). Era ainda o reitor quem fazia os pagamentos aos operários e aos fornecedores de materiais de construção e outros, fazia os depósitos nos Bancos e cambiava moedas estrangeiras. Em todo este serviço era auxiliado pelo empregado Francisco P. Oliveira que foi durante muitos anos o único empregado da secretaria. [...] Com o falecimento da Sra. Maria da Capelinha, o trabalho da abertura dos cofres e contagem do dinheiro (notas e moedas) continuou a ser feito pelo Sr. João Carreira. O Sr. Dr. Lourenço fazia a conferência do dinheiro ajudado pelo empregado Francisco Pereira de Oliveira. Era o reitor [interino] quem, pessoalmente fazia a distribuição dos depósitos pelos Bancos» Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 11-12.

²⁴² Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora de Fátima [...]*. p. 4.

²⁴³ OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 16.

²⁴⁴ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *Movimento de estrangeiros no Serviço de Informações - Agosto - Setembro de 1957*.

²⁴⁵ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – Movimento de Fátima em 1959. In *Boletins de estatística*. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55. fl. 3.

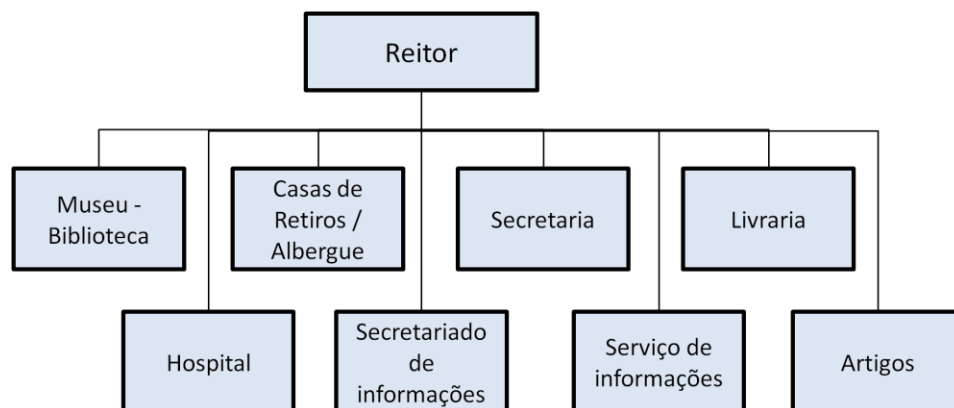


Ilustração 3 - Representação da estrutura orgânica do Santuário de Fátima, 1941-1973.

2.4 – Reitorado de Luciano Paulo Guerra: tempos de reestruturação (1973-2008)

No dia 13 de fevereiro de 1973, após cerca de dois anos de gestão interina assegurada por António Reis, o Bispo de Leiria nomeou Luciano Guerra como reitor do Santuário de Fátima²⁴⁶.

Logo no início do reitorado, Luciano Guerra encetou um processo de reestruturação pastoral que viria a ter amplas implicações quer nos equipamentos e na configuração e usabilidade dos espaços físicos do Santuário, quer na estrutura orgânica da Instituição. Em 2 de maio de 1973, cerca de três meses após a provisão de nomeação do novo reitor, o mesmo promoveu uma reunião de reflexão sobre a pastoral de Fátima, para a qual convidou o clero diocesano. Reunião semelhante ocorreu no dia 3 do mês seguinte, desta feita, congregando as «religiosas da Cova da Iria»²⁴⁷.

Fruto de reflexão pessoal e das reuniões promovidas, o reitor elaborou um documento, datado de 13 de fevereiro de 1974²⁴⁸, divulgando a sua visão do que poderia ser a (re)estruturação pastoral do Santuário. Como princípio básico do texto, o reitor assumia que «todos os serviços, pessoas e lugares que constituem o Santuário de Fátima ou estão com ele mais ou menos intimamente relacionados devem tender para a criação de condições que permitam, a todos os que se interessam por Fátima, poder responder ao apelo divino que aqui lhes é dirigido – quer os que visitam o Santuário, quer os que desejam, ao longe, receber a

²⁴⁶ Cf. LEIRIA. Bispo, 1972-1993 (Alberto Cosme do Amaral) – *[Provisão]*. 1973.02.13. Acessível em ASF. UI. 74.

²⁴⁷ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *Reflexão sobre a Pastoral de Fátima*. 1973.05.02. Acessível em ASF. UI. 4740; IDEM - *Reunião do senhor reitor com as religiosas da Cova da Iria*. 1973.06.03. Acessível em ASF. UI. 4740.

²⁴⁸ Existem diversas cópias deste documento, nem sempre contendo as 21 páginas do original, acondicionados em diversas unidades de instalação. A título de exemplo apontamos apenas o exemplar acondicionado na UI 4740. Cf. IDEM - *Serviços, pessoas, lugares e obras*. 1974.02.13. Acessível em ASF. UI. 4740.

Mensagem»²⁴⁹. Partindo deste pressuposto – que a missão do Santuário era responder às necessidades daqueles que se sentiam interpelados pela *mensagem de Fátima* –, desenvolveu uma série de propostas relativas à gestão dos recursos humanos, materiais e, sobretudo, à maneira como estes se articulariam de modo a concretizar os objetivos da Instituição.

Nesta proposta, o reitor lançava as bases para o que se viria a materializar num programa de construção de grande fôlego, que resultou na renovação do recinto (Capelinha das Aparições, Presbitério do recinto de oração), renovação/reconstrução e adaptação para outros usos dos hospitais/casas de retiros de Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora das Dores, construção do Centro Pastoral de Paulo VI e, já no século XXI, na concretização da construção do GECA²⁵⁰. No entanto, do ponto de vista da evolução das estruturas organizativas, o aspeto mais importante desta proposta foi a novidade da introdução de uma estrutura orgânica formalmente definida, em torno não de pessoas específicas como até então²⁵¹, mas de serviços. Nas palavras do então reitor, a adoção da nova estrutura justificou-se, em primeiro lugar, pela dimensão da Instituição, dos bens que geria e das atividades que organizava²⁵² e, em segundo lugar, pela necessária autonomia que tinha que ser dada aos agentes do Santuário, uma vez que o reitor não podia «acompanhar a atividade diária dos Serviços»²⁵³.

O documento de fevereiro deu depois origem a nova versão, que poderíamos apelidar de definitiva, apresentada em setembro do mesmo ano sob o título de *Estudo de estruturação pastoral (ensaio)*.

O grande legado desta fase da história do Santuário foi, certamente, a estruturação dos

²⁴⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*. fl.1.

²⁵⁰ Grande Espaço Coberto para Assembleias, já delineado nos pontos 7.44 e 7.45 da proposta de abril de 1974, veio a dar origem ao complexo da igreja da Santíssima Trindade - hoje basílica - e capelas anexas no piso subterrâneo. Cf. IDEM – *Ibidem*. fl. 17.

²⁵¹ «[...] Sistema vigente em Fevereiro de 1973: [...] A organização assentava mais em pessoas do que em serviços. [...] As pessoas organizavam-se por sectores humanos sob a responsabilidade de um chefe ou do reitor directamente», Cf. IDEM – *Estudo de estruturação pastoral*. 1974-09. Acessível em ASF. fl. 16.

²⁵² «Por ter um conjunto muito vasto de terrenos, lugares sagrados, peregrinos e actividades [...] o Santuário necessitava de organizar-se em departamentos vários, a que chamámos Serviços». Cf. IDEM – *[Estrutura Pastoral]*. 2005-09-29. Acessível em ASF. p. 1.

²⁵³ «Não podendo o Reitor acompanhar a actividade diária dos Serviços, tinha de conceder-lhes alguma autonomia, o que foi feito através da criação de directores de Serviço» Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 1.

serviços, que promoveu uma alteração profunda no modelo de administração, tornando-o menos centralizado em pessoas-chave e estruturando-o em torno de unidades orgânicas organizadas hierarquicamente e responsáveis pelo desenvolvimento de funções – nucleares ou de suporte – previamente definidas²⁵⁴. Juntamente com a estruturação dos serviços, foram ainda instituídos diversos conselhos, cuja função era a de assessorar o reitor, sendo por isso referidos genericamente como conselhos da Reitoria. Estes conselhos «inspiraram-se no Código de Direito Canónico²⁵⁵, abarcando os campos da pastoral e da administração dos bens materiais, e assegurando a coesão do corpo dos capelães e dos trabalhadores em geral»²⁵⁶

Apesar da autonomia de atuação concedida a cada serviço, os seus diretores «seriam chamados a trabalhar em estreita união com a Reitoria, através de: [...] Elaboração de Plano e Relatório anuais de actividades do próprio Serviço, os quais seriam tidos em conta no Plano e Relatório da Reitoria; [...] Participação no ou nos Conselhos da Reitoria; [...] Contactos mais ou menos diários, facilitados pelo facto de os directores de Serviço serem geralmente capelães»²⁵⁷.

A orgânica proposta em fevereiro de 1974 recuperava a estrutura funcional do período anterior, bem como alguns ‘setores’ já existentes, estruturando-os na lógica de serviços que o novo reitor pretende instituir:

- Reitoria;
- Secretaria;
- Serviço de Estudos e Difusão de Fátima (SESDIFA);
- Associações de Fátima (ASFA);
- Serviço de Informações do Santuário (SIS);
- Serviço de Informações aos Peregrinos (SEIPE);
- Serviço de Obras e Limpeza (SEOL);
- Serviço de Economia (SEEC);

²⁵⁴ As funções atribuídas a cada serviço e a própria estrutura organizacional evoluíram ao longo do tempo, especialmente nos primeiros anos após a estruturação. Esta evolução será abordada adiante.

²⁵⁵ À data da implementação da nova orgânica do Santuário o *Código de Direito Canónico* em vigor datava de 1917.

²⁵⁶ Cf. *IDEM* – Ibidem. p. 1.

²⁵⁷ Cf. *IDEM* – Ibidem. p. 1.

- Serviço de Proteção do Ambiente²⁵⁸ (SEPRAM);
- Serviços de Retiros e Encontros (SERE);
- Serviço de Alojamentos (SEAL);
- Serviço de Peregrinos Isolados (SEPEIS);
- Serviço de Peregrinos Organizados (SEPEOR);
- Serviço de Peregrinos dos dias 13;
- Serviço de Arquitetura (SEAR)²⁵⁹.

A estrutura orgânica então proposta permitia a operacionalização mais eficaz de um conjunto de conteúdos funcionais já perceptível antes do reitorado de Luciano Guerra, nomeadamente ao nível do apoio ao contexto pastoral e práticas devocionais²⁶⁰, de relações públicas²⁶¹ e acolhimento ao peregrino²⁶², da administração e da gestão do espaço e do edificado²⁶³.

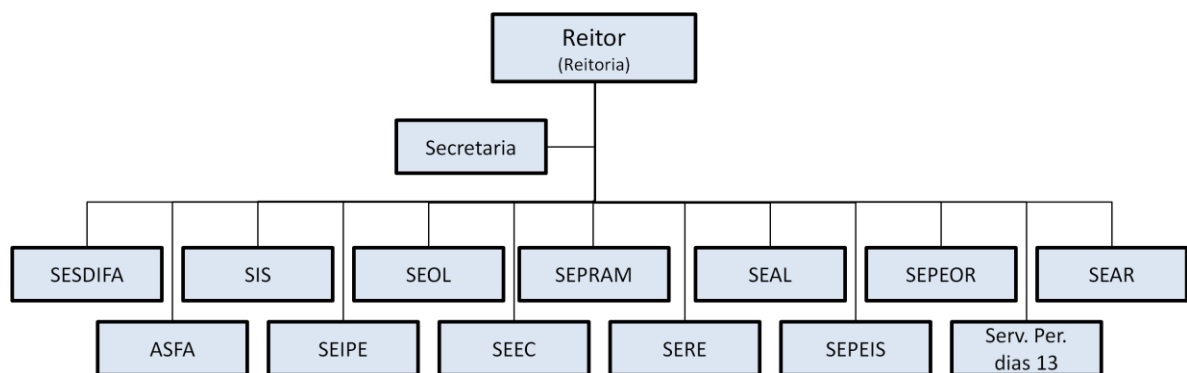


Ilustração 4 - Representação da estrutura orgânica proposta em fevereiro de 1974

²⁵⁸ Note-se que o ambiente aqui referido não se refere ao contexto natural, mas à construção de um entorno propício à prática dos atos litúrgicos e devocionais.

²⁵⁹ Cf. IDEM - *Serviços, pessoas, lugares e obras*. fl. 1-2.

²⁶⁰ Serviço de Estudos e Difusão (SEDIFA), Associações de Fátima (ASFA) Serviço de Preservação do Ambiente (SEPRAM) e Serviço de Retiros e Encontros (SERE). Note-se que não estava originalmente previsto um serviço dedicado em exclusivo a uma área pastoral, como, por exemplo, a da liturgia.

²⁶¹ Serviço de Informações do Santuário (SIS) e Serviço de Informações aos Peregrinos (SEIPE).

²⁶² Serviço de Informações aos Peregrinos (SEIPE), Serviço de Preservação do Ambiente (SEPRAM), Serviço de Peregrinos Isolados (SEPEIS), Serviço de Peregrinos Organizados (SEPEOR) e Serviço de Peregrinos dos dias 13.

²⁶³ Serviço de Obras e Limpeza (SEOL), Serviço de Economia (SEEC), Serviço de Alojamentos (SEAL) e Serviço de Arquitetura (SEAR).

Entretanto, a orgânica presente no documento de fevereiro de 1974 foi revista e, na versão seguinte do documento, de setembro do mesmo ano, a estrutura proposta tinha diferenças consideráveis, acrescentando novos serviços e reorganizando a lógica exposta no documento anterior:

- Serviços Gerais (SEGE), incluindo a Reitoria, Secretaria e Conselhos da Reitoria²⁶⁴. Não é perceptível como se estruturaria e funcionaria este serviço. Contudo, não chegou a ser aplicado conforme previsto neste plano;
- Serviço de Liturgia (SELI);
- Serviço de Estudos e Difusão de Fátima (SESDIFA);
- Serviço de Associações de Fátima (SEASFA);
- Serviço de Economia (SEEC);
- Serviço de Ordem e Preservação do Ambiente (SEORPRAM)²⁶⁵;
- Serviço de Retiros e Cursos (SERE);
- Serviço de Alojamentos (SEAL);
- Serviço de Peregrinos (SEPE);

²⁶⁴ A proposta não especifica quais são os conselhos, no entanto, em documento de 1977 indicam-se o Conselho Geral da Reitoria (COGERE), o Conselho Restrito da Reitoria (CORERE) e o Conselho de Capelães (COCA). No ano seguinte, o responsável pelo SEEC, António Marques Simão, referia a existência de um Conselho Económico, ao qual considerava subordinado o seu serviço. É possível que o Conselho Económico seja a primeira denominação do COAD, do qual, em 2008, se dizia «está formado desde 27 de Março de 1973. Até 1 de julho de 1994 este conselho era presidido pelo Reitor. Com a nomeação do P. António Lopes de Sousa como Ecónomo [...] o Conselho de Administração sofreu uma remodelação que passou pela substituição do Reitor pelo Ecónomo na presidência [...]». O COCA, que foi extinto em data incerta por os capelães integrarem o Conselho Pastoral (nome que o COGERE adquiriu em 1980), foi recuperado pelo regulamento de 2009. Cf. IDEM - *[Reitoria: Princípios de estruturação]*. 1977-12-26. Acessível em ASF. p. 3; IDEM - *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*. 2008-09-15. Acessível em ASF. p. 8; IDEM - *Regulamento*. 2009-03-13. Acessível em ASF. p. 4; IDEM - <O> *SEEC e o Plano Quinquenal do Santuário: Apontamentos* [memorando]. 1978-11-13. Acessível em ASF. Livro de atas do COGERE n.º1. p. 186; IDEM - *[COGERE: Reunião n.º 15 – 1/80]*. 1980-01-11. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.º 2. p. 4-5.

²⁶⁵ Em fevereiro de 1980 foi adotada a denominação de Serviço de Promoção e Preservação do Ambiente, ainda em vigor atualmente. Cf. IDEM - *[COGERE: Reunião n.º 16 – 2/80]*. 1980-02-01. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.º 2. p. 9.

- Serviços de Peregrinações Aniversárias (SEPEAN);
- Serviço de Arquitetura (SEAR)²⁶⁶.

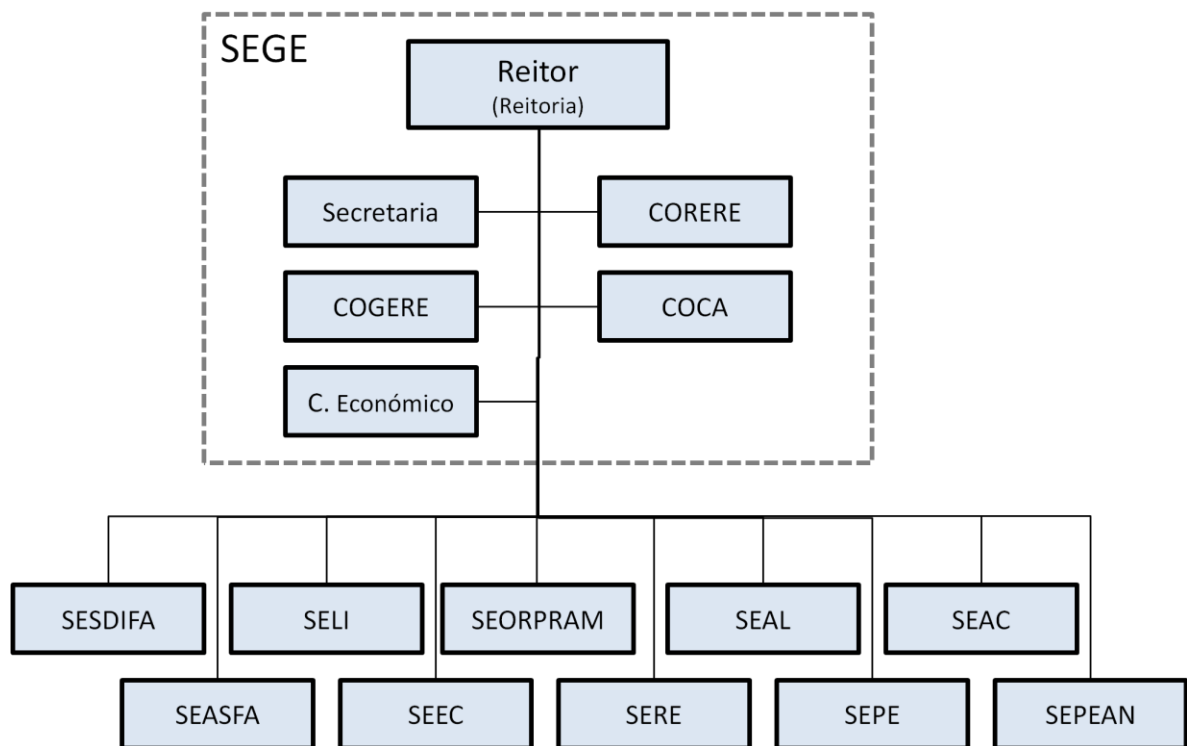


Ilustração 5 - Representação da estrutura orgânica proposta em setembro de 1974

Não são conhecidos planos de estruturação posteriores, pelo que assumimos que, ainda que com alterações, esta terá sido a estrutura básica que começou a ser aplicada em 1975. Ainda que definidos, os conteúdos funcionais de cada serviço sofreram ajustes ao longo do tempo, em resultado de 4 processos diferentes:

a) Correção de sobreposição entre estrutura e práticas administrativas anteriores e a nova estrutura de serviços. A título de exemplo refira-se o processo de definição de funções entre a Reitoria, a Secretaria e o SEEC/SEAD que decorreu até aos anos 90²⁶⁷. Inicialmente, o Serviço de

²⁶⁶ Cf. IDEM – *Estudo de estruturação pastoral*. 1974-09. Acessível em ASF. fl. 3-4.

²⁶⁷ A nossa perceção é a de que esta definição culminou na criação da figura do Administrador do Santuário, aparentemente em 1997, quando a função de administração económica passa do reitor para o diretor do SEAD. Note-se que o SEEC terá alterado a designação para SEAD entre novembro de 1978 e dezembro de 1979. Cf. IDEM – *[COGERE: Reunião n.º 97 – 9/97]*. 1997-11-12. Acessível em ASF. Livro de

Economia era, na prática, entendido como um serviço de economato ao qual se juntava a área da manutenção e limpeza. As funções de administração e controlo contabilístico e financeiro parecem ter permanecido na esfera da secretaria que, inclusive, se terá constituído como serviço autónomo durante um breve período. Progressivamente, a secretaria foi sendo reduzida ao apoio direto ao reitor na figura do secretário e sub-secretário da Reitoria²⁶⁸.

b) Especialização de serviços (ex. a criação do SEDO a partir do SEALRE/SEAL). Este processo é visível também na criação da secção de gestão de recursos humanos²⁶⁹, dentro do SEAD²⁷⁰.

atas do Cogere/COPA n.º 4. p. 3; IDEM – <O> *SEEC e o Plano Quinquenal do Santuário[...]*. p. 186-188; IDEM - [COGERE: *Reunião n.º 14 – 1/79*]. 1979-12-28. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.º 1, p. 242.

²⁶⁸ Nas reuniões do Conselho Geral da Reitoria, órgão que congrega os responsáveis pelos vários serviços, a Secretaria aparece frequentemente referida no conjunto dos serviços do santuário, não sendo, no entanto, explícito se lhes é equiparado ou se é referência a uma secção. Em junho de 1976, aparece referência ao SESE – Serviço de Secretaria. É, no entanto, difícil datar o período em que terá funcionado como serviço autónomo, já que a informação arquivística resultante da atividade deste serviço não se distingue da produzida pela Reitoria. Entendemos que, provavelmente, o serviço teve existência de direito mas não *de facto*, confundindo-se progressivamente com a Reitoria, onde, na proposta de *plano de classificação* elaborado por Luciano Guerra para a Reitoria, aparece integrada como «Secção de Secretaria Geral». No mesmo documento, o reitor referia que a Reitoria era integrada, para além dele e do vice-reitor, por Francisco Pereira de Oliveira e adjuntos (secretaria) e pelos membros dos conselhos da Reitoria, indiciando que se entendia por Reitoria o conjunto de unidades orgânicas que, em setembro de 1974, estava congregado sob o nome de Serviços Gerais. Cf. IDEM - [COGERE: *Reunião n.º 3 – 2/76*]. 1976-06-29. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.º 1, p. 16; IDEM - [COGERE: *Reunião n.º 14 – 1/79*]. p. 242; IDEM – [Reitoria: *Princípios de estruturação*]. p. 2-4.

²⁶⁹ Ainda que não constitua data de criação da secção, refere-se que o plano preliminar de reorganização do SEAD previa, em 2002, a criação de uma unidade orgânica dedicada à gestão de recursos humanos. Informações obtidas através dos funcionários parecem corroborar a oficialização desta secção no início do corrente século. Cf. IDEM - *Serviço de administração da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima: Manual de Organização (versão preliminar)*. 2002-22-26. Disponível em ASF. UI 4995. cap. 3, p. 2.

²⁷⁰ Ao contrário de outras instituições, nas quais os serviços são as unidades orgânicas com menor expressão hierárquica, no Santuário os serviços são as unidades orgânicas mais abrangentes, compostas por secções. Assim, a título de exemplo, na estrutura orgânica de 2014, o Serviço de Estudos e Difusão é composto pelas secções de arquivo, de arquivo fotográfico, de arte e património, de biblioteca e de investigação.

c) «Princípio da simplificação de circuitos»²⁷¹, baseado na complementaridade funcional dos serviços. A título de exemplo, podemos referir a proximidade prática que existe entre SELI/SEPALI, SEORPRAM/SEPRAM e SEPE no que respeita ao acolhimento e acompanhamento de peregrinos. Podemos ainda referir a proximidade existente entre o SESDIFA/SESDI e o SEPE, nomeadamente a nível da produção de informação para divulgação e de exposições;

d) Revisão de conteúdos funcionais, ou tentativa de a ela proceder. Exemplo deste processo é a redefinição do serviço dedicado à liturgia que em 1976 viria a ser renomeado para Serviço de Pastoral e Liturgia, posteriormente Serviço de Pastoral Litúrgica (SEPALI)²⁷². Aparentemente, esta será simples alteração da nomenclatura, no entanto, a inclusão da conjunção «e» no novo nome, parece denunciar o desejo de ver este serviço a coordenar não só o campo da pastoral litúrgica, mas a globalidade da ação pastoral desenvolvida no Santuário. O exemplo da gestão das publicações noticiosas ligadas ao Santuário poderá ilustrar como a revisão de conteúdos funcionais de uma unidade orgânica conduziu à reestruturação orgânica de duas unidades. Quando, em 1974, o jornal 'Voz da Fátima' passou a ser propriedade do Santuário, ficou sob a alçada do Serviço de Estudos e Difusão, que coordenava igualmente o Sistema/Serviço de Informação do Santuário (SIS), herdado da estrutura anterior. No entanto, as funções ligadas à gestão de títulos noticiosos e à relação com outros órgãos de imprensa viriam a ser incluídas no Centro de Comunicação Social, diretamente sob alçada da Reitoria.

Em 2005, antes da entrada em vigor dos Estatutos do Santuário, a estrutura orgânica consolidada era a seguinte:

²⁷¹ «O princípio da simplificação de circuitos aplica-se sobretudo nas tarefas realizadas em favor de pessoas estranhas ao Santuário. Quando possível o Serviço a quem mais propriamente compita acolher a pessoa ou instituição obterá dos restantes Serviços o que for necessário, para que a pessoa estranha não tenha a impressão de ser jogada dum lado para o outro, antes verifique que todos no Santuário sabem conjugar-se para a servir.» Cf. IDEM - *Delimitação e relacionamento de serviços*. 1980-04-26. Acessível em ASF. UI 11653. p. 1.

²⁷² «Entende o responsável que trata também de assuntos que entram na actividade Pastoral e sugere que o Serviço passe a designar-se por Serviço de Liturgia e Pastoral (SELIPA). O Conselho aceita esta sugestão mas altera a ordem das palavras, passando o Serviço a ser designado por SEPALI (Serviço de Pastoral e Liturgia)» Cf. IDEM – [COGERE: *Reunião n.º5 – 4/76*]. 1976-11-09. Acessível em ASF, livro de atas do COGERE n.º1. p. 26.

- Reitoria, à qual competia: a direção, dinamização e superior coordenação de toda a atividade desenvolvida no Santuário; representação do Santuário junto de pessoas e entidades civis e religiosas, exceto nos casos reservados ao Ordinário Diocesano²⁷³;
 - Eram consideradas secções da secretaria a Secretaria-geral da Reitoria, o Centro de Comunicação Social do Santuário de Fátima (CENCOSF) – posteriormente conhecido somente por Centro de Comunicação Social (CCS) – e a secção de objetos preciosos e artísticos²⁷⁴. Existe ainda referência a uma secção de apoio aos serviços e contacto com autoridades civis e religiosas, no entanto, entendemos estar perante funções da secretaria e não secções da Reitoria²⁷⁵;
 - Consideramos integrante da Reitoria o Conselho Pastoral, conselho de apoio ao reitor, composto por diretores de serviço e alguns chefes de secção, totalizando dez sacerdotes. Este conselho tinha trinta reuniões anuais previstas, das quais era elaborada ata²⁷⁶;

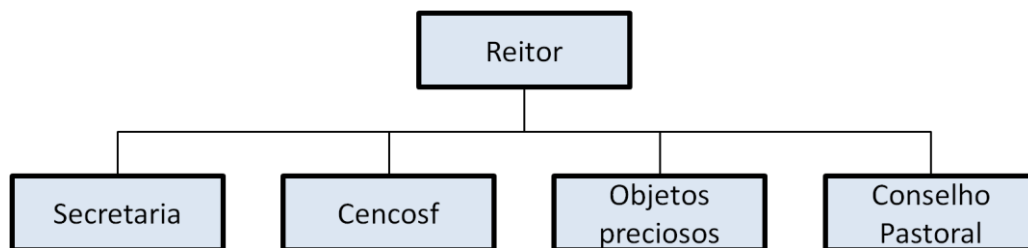


Ilustração 6 - Representação da estrutura orgânica da Reitoria em 2005

- Serviço de Ambiente e Construções (SEAC), antigo Serviço de Arquitetura (SEAR). Tinha como função a programação, adjudicação e execução de novas construções e restauros

²⁷³ Cf. IDEM – [Estrutura Pastoral]. p. 2.

²⁷⁴ Aparente sobreposição com as funções que caberiam ao SESDI, esta situação verificou-se até à criação de uma secção de Arte e Património no SESDI, em 2008.

²⁷⁵ Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 2.

²⁷⁶ Este conselho deu continuidade ao Conselho Geral da Reitoria existente na década de 70 do século passado e que alterou a sua designação em janeiro de 1980. Cf. IDEM - *Ibidem*, p. 2; IDEM- [COGERE: Reunião n.º 15 – 1/80]. p. 4-5.

de grande dimensão. A coordenação deste serviço era diferente da dos restantes, uma vez que à figura do diretor (um arquiteto) se juntava a do presidente, desempenhada pelo reitor. A par destes, o serviço era composto por um engenheiro civil, nas funções de consultor, e dois capelães, um deles obrigatoriamente o diretor do Serviço de Administração (SEAD)²⁷⁷;

- Serviço de Alojamentos (SEAL), ao qual competia a administração dos espaços de alojamento e acolhimento a peregrinos a pé a cargo do Santuário²⁷⁸;
- Serviço de Associações (SEAS), com função de apoio a santuários, associações, movimentos, congregações e outras instituições nacionais e estrangeiras dedicadas a Nossa Senhora de Fátima²⁷⁹;
- Serviço de Administração (SEAD), antigo serviço de Economia (SEEC), que superintendia a administração dos bens do Santuário, organização e execução do orçamento do Santuário e respetivas contas (sujeitas a aprovação da Reitoria e Cúria Diocesana), gestão das ofertas dos peregrinos, gestão das lojas, gestão do património imóvel rústico e urbano, gestão de economato, manutenção e limpeza e ainda a coordenação das ações de solidariedade do Santuário²⁸⁰. O diretor deste serviço era denominado de administrador do Santuário²⁸¹. Nesta data, o SEAD estava organizado internamente nas seguintes áreas e secções e tinha o apoio dos seguintes conselhos:
 - Área Financeira e Controlo de gestão:
 - Contabilidade;
 - Tesouraria;
 - Aprovisionamento e património;
 - Área administrativa e de recursos humanos:
 - Pessoal;
 - Expediente;

²⁷⁷ Cf. IDEM – *[Estrutura Pastoral]*, p. 3.

²⁷⁸ Cf. IDEM – *Ibidem*, p. 3.

²⁷⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*, p. 3.

²⁸⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*, p. 3-4.

²⁸¹ Cf. IDEM – *Ibidem*, p. 4.

- Recepção;
 - Informática:
 - Aplicações e Infraestruturas;
 - *Help desk*;
 - Manutenção:
 - Oficinas;
 - Limpeza;
 - Jardinagem;
 - Área comercial:
 - Livraria;
 - Loja de artigos religiosos;
 - Fabrico de hóstias²⁸²;
- Conselho de Administração (COAD), integrado Serviço de Administração, por cujo diretor era presidido. Era composto pelo presidente e quatro conselheiros, dois dos quais leigos especializados em gestão e outros dois sacerdotes da diocese de Leiria-Fátima. Este conselho tinha oito reuniões anuais ordinárias²⁸³;
 - Conselho de Finanças (COFI), igualmente pertencente ao Serviço de Administração, era composto pelos membros do COAD aos quais se juntavam dois leigos especializados na área financeira. Tinha quatro reuniões ordinárias anuais²⁸⁴;
 - Comissão do Fundo de Caridade (FUNCA), com a função de gerir as verbas consignadas no orçamento para este fundo. Era presidido pelo diretor do SEAD, a cujo serviço consideramos anexo. Esta comissão era composta ainda por dois leigos, uma assistente

²⁸² Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

²⁸³ Este conselho deu continuidade ao antigo Conselho Restrito da Reitoria, que alterou a designação em janeiro de 1980. Note-se que inicialmente o conselho de administração era um conselho da Reitoria, sendo, em 2005, considerado anexo ao SEAD, provavelmente como resultado do que considerámos ser um processo de correção de sobreposição entre estrutura e práticas administrativas anteriores a 1973 e a nova estrutura implementada a partir dessa data. Cf. IDEM - *Ibidem*. p. 4; IDEM - [COGERE: Reunião n.º 15 – 1/80]. p. 4-5.

²⁸⁴ Cf. IDEM – [Estrutura Pastoral]. p. 4

social e uma religiosa e reunia com frequência bimestral²⁸⁵;

- Comissão sócio-caritativa, que era igualmente presidida pelo diretor do SEAD, apoiado por uma assistente social, duas religiosas e uma leiga consagrada. Tinha como função o apoio a casos de necessidades sociais urgentes na cidade de Fátima e sua periferia. Reunia ordinariamente com frequência bimestral²⁸⁶;
- Serviço de Promoção e Preservação do Ambiente (SEPRAM), antigo Serviço de Ordem e Preservação do Ambiente (SEORPRAM), do qual é, na prática, uma simples alteração de nome, uma vez que mantém a totalidade das funções de promoção do ambiente humano nos espaços pastorais integrantes e anexos ao Santuário;
- Serviço de Pastoral Litúrgica (SEPALI), ao qual competia assegurar o exercício da liturgia e das devoções populares oficiais no Santuário, nomeadamente a celebração de missas oficiais e particulares, confissões, recitação do rosário, procissões, música sacra, gestão dos leitores, ministros extraordinários da comunhão, acólitos, sacristães e paramentaria²⁸⁷;
- Serviço de Peregrinos (SEPE), ao qual competia o apoio aos peregrinos, quer isolados quer em grupo, nomeadamente a nível do conhecimento do fenómeno das aparições, da mensagem de Fátima e do Santuário²⁸⁸;
- Serviço de Peregrinações Aniversárias (SEPEAN), ao qual competia – em colaboração direta com o bispo diocesano - a preparação e organização das peregrinações evocativas das aparições do ciclo mariano, de maio a outubro²⁸⁹;
- Serviço de Estudos e Difusão (SESDI), antigo Serviço de Estudos e Difusão de Fátima (SESDIFA), ao qual cabia interpretar a mensagem de Fátima e promover meios para a sua difusão, nomeadamente através da investigação e estudo de fontes, da animação cultural

²⁸⁵ Do texto citado não é explícito se terá obrigatoriamente que se integrado por uma assistente social e uma religiosa ou se essas poderão ser substituídas por homens. Provavelmente, ao utilizar o feminino, o autor referia-se à composição do colégio à data da escrita do texto e não, necessariamente, de uma regra. Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

²⁸⁶ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

²⁸⁷ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4-5.

²⁸⁸ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 5-6.

²⁸⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 6.

e promoção de edições²⁹⁰;

- Serviço de Doentes (SEDO), que desenvolvia a pastoral dos doentes no Santuário, promovendo o seu acolhimento material e espiritual. Nas peregrinações aniversárias este acolhimento é prestado com o apoio da Associação dos Servitas²⁹¹;

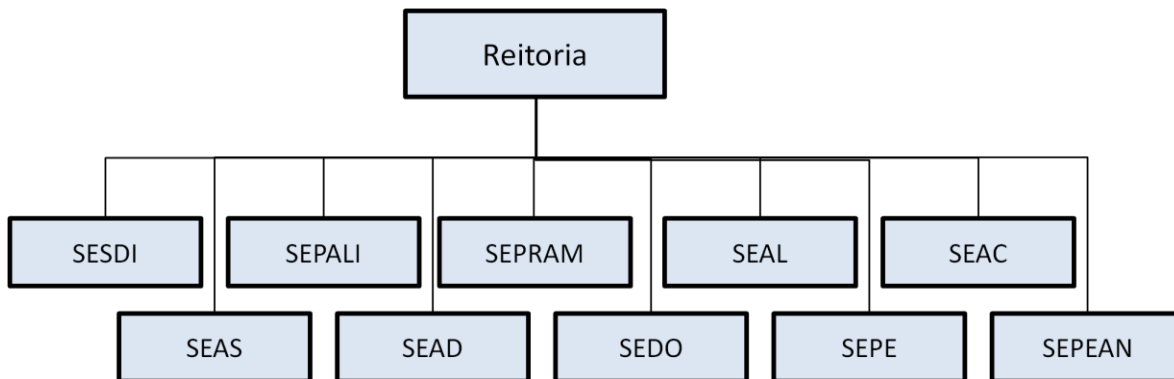


Ilustração 7 - Representação da estrutura orgânica do Santuário de Fátima em 2005 (somente serviços²⁹²)

Em 27 de abril de 2006 a Conferência Episcopal Portuguesa aprovou os novos estatutos do Santuário, que, após homologadas pela Congregação do Clero em setembro do mesmo ano, substituíram as disposições do decreto de Pio XII de 1958²⁹³.

Estatutariamente, o Santuário ficou sob jurisdição da Santa Sé - através da Congregação do Clero -, da Conferência Episcopal Portuguesa, do Conselho Nacional e do bispo de Leiria-Fátima.

À Santa Sé compete, em relação ao Santuário:

- a) a aprovação de textos estatutários, após aprovação pela conferência episcopal nacional;
- b) receber trienalmente, do Conselho Nacional, informação «sobre a vida e o estado

²⁹⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 6.

²⁹¹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 6-7. Para Associação de Servitas *vide* SERÔDIO, Frederico da Silva – Servitas. p. 532-534.

²⁹² Esta estrutura mantém-se até à atualidade (fevereiro de 2015), à exceção do SEPEAN, cuja função foi assumida diretamente pela Reitoria. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*.

²⁹³ Cf. GOMES, Manuel Saturino da Costa – *Op. cit.* p. 200.

geral do Santuário»²⁹⁴.

A ligação da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) ao Santuário, resultante da classificação como santuário nacional, confere àquela poderes para:

- c) aprovar estatutos e suas alterações;
- d) apreciar orientações pastorais;
- e) prestar colaboração com o bispo de Leiria-Fátima e o reitor na dinamização do Santuário;
- f) aprovar ou não o elemento proposto pelo bispo diocesano para a função de reitor;
- g) designar os representantes da CEP em órgãos estatutários em que esteja prevista essa faculdade²⁹⁵.

O Conselho Nacional para o Santuário de Fátima foi instituído por Pio XII em 1958, tendo o seu funcionamento revisto pelo *estatuto* de 2006. A sua composição passa a integrar o presidente da conferência episcopal nacional, não existente na configuração de 1958, que o preside. A este juntam-se os metropolitas das arquidioceses portuguesas (Lisboa, Braga e Évora), o bispo de Leiria-Fátima e o reitor do Santuário²⁹⁶. Constituem competência do Conselho Nacional:

- a) colaborar na vida e funcionamento do Santuário;
- b) apreciar e formular pareceres sobre aspetos colocados à discussão pelo bispo de Leiria-Fátima, nomeadamente sobre os elementos propostos pelo Ordinário para a função de reitor;
- c) aprovar planos de atividade, orçamentos e relatórios de contas;
- d) apreciar e formular pareceres sobre obras ou investimentos de maior importância e sobre alterações estatutárias²⁹⁷.

Finalmente, a figura do bispo de Leiria-Fátima também possui estatutariamente jurisdição sobre o Santuário, nomeadamente:

²⁹⁴ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. Fátima: Santuário, [2006]. art. 5, p. 5.

²⁹⁵ Cf. IDEM – *Ibidem*. art. 6, p. 6-7.

²⁹⁶ Cf. IDEM – *Ibidem*. art. 7, al. 2-3, p. 7-8.

²⁹⁷ Cf. IDEM – *Ibidem*. art. 7, al. 4, p. 7-8.

- a) regulando as competências canónicas entre o reitor e a paróquia de Fátima em relação aos residentes no Santuário e aos peregrinos que ali acorrem;
- b) nomeando o reitor, nos termos previstos nos *estatutos*;
- c) nomeando o administrador do Santuário, bem como dos membros da comissão económico-financeira (órgão estatutário);
- d) superintendendo a estrutura organizativa do Santuário e vigiando a administração dos seus bens temporais (jurisdição ordinária²⁹⁸);
- e) colaborando na dinamização pastoral²⁹⁹.

O documento introduziu algumas alterações na (macro)estrutura orgânica do Santuário, nomeadamente a introdução de dois novos conselhos de apoio ao reitor:

- Conselho Pastoral (COPA), tomando o nome de um conselho já existente e obrigando-o, por sua vez, a alterar a designação para Conselho de Diretores de Serviço (CODIS)³⁰⁰. O novo COPA é composto pelo reitor do Santuário – que preside –, por um representante da Conferência Episcopal Portuguesa, por um representante da diocese de Leiria-Fátima e por representantes das várias áreas da ação pastoral do Santuário. São funções deste conselho assessorar, consultivamente, na coordenação da ação pastoral do Santuário, nomeadamente na preparação de planos anuais e plurianuais³⁰¹;
- Comissão de gestão económico-financeira (COGESF) que presta assessoria ao reitor na sua função de gestão. A comissão é composta pelo reitor, que preside, pelo administrador do Santuário, por um representante da Conferência Episcopal Portuguesa e por técnicos nas áreas de contabilidade e gestão económico-financeira. O estatuto

²⁹⁸ Cf. GOMES, Manuel Saturino da Costa – *Op. cit.* p. 200.

²⁹⁹ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. art. 8, p. 8-9.

³⁰⁰ Em setembro de 2008, no final do reitorado de Luciano Guerra, o novo Conselho Pastoral não estava ainda constituído pois «o Santuário de Fátima já tinha o seu próprio Conselho de Pastoral, constituído pelo Reitor, que preside, os directores dos serviços do Santuário, bem como os capelães responsáveis pelas várias secções de atividade». O conselho descrito na citação é atualmente (fevereiro de 2015) conhecido como Conselho de Diretores de Serviço (CODIS). Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*. p. 7-8.

³⁰¹ Cf. IDEM – *Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. art. 11, p. 10-11.

fixava como competências da COGESF a preparação de orçamentos e relatórios de contas, o acompanhamento do uso dos fundos do Santuário e a proposta de medidas de política financeira³⁰².

Na fase final do seu reitorado, Luciano Guerra iniciou o processo de elaboração de um regulamento que completasse os estatutos de 2006, conforme previsto nesse mesmo texto³⁰³. Uma primeira versão foi colocada à discussão na reunião do Conselho Nacional de dezembro de 2007. Da discussão suscitada surgiria nova versão em junho do ano seguinte, tendo sido opinião que o texto definitivo deveria ser fixado no reitorado seguinte, uma vez que o novo reitor iria entrar em funções dentro de pouco tempo³⁰⁴.

Luciano Guerra terminou nesse ano o seu reitorado, o mais longo reitorado da história do Santuário de Fátima, num total de 35 anos de duração. Ao seu sucessor, Virgílio Antunes, legou um Santuário com uma estrutura orgânica definida e com um conjunto de colaboradores que incluía 215 trabalhadores e 417 voluntários³⁰⁵.

No entanto, a figura de Luciano Guerra não ficou na história do Santuário somente pela construção de uma estrutura de serviços, ou pelo seu longo reitorado, mas também pelo seu esforço de construção física do espaço pastoral. Entre outras obras levadas a cabo no decorrer do seu reitorado, afiguram-se incontornáveis a construção do atual alpendre da Capelinha da Aparições em 1982³⁰⁶, a construção do Centro Pastoral de Paulo VI e a Basílica da Santíssima Trindade, inaugurada em 2007.

³⁰² A COGEF não estava ainda em funcionamento, encontrando-se ativa, desde 1998, uma Comissão de Finanças de apoio ao SEAD. Cf. IDEM – *Ibidem*. art. 12; IDEM - *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*. p. 8.

³⁰³ Cf. IDEM – *Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*. art. 4, p. 5.

³⁰⁴ Cf. IDEM - *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*. p. 7.

³⁰⁵ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 2.

³⁰⁶ Cf. DUARTE, Marco Daniel - *Fátima e a criação artística (1917-2007)* [...]. p. 103.

2.5 – Atualidade: uma história que continua (2008-2014)

Em 2008, ao tomar posse como reitor, Virgílio Antunes não era já um estranho ao Santuário, pois já aí desempenhava as funções de diretor do Serviço de Peregrinos e do Serviço de Alojamentos³⁰⁷.

O início do seu reitorado coincide com a elaboração do regulamento do Santuário, que já possuía duas versões preliminares elaboradas no reitorado anterior. O texto definitivo data de março de 2009, tendo merecido aprovação do bispo de Leiria-Fátima, D. António Marto, em 26 de maio do mesmo ano³⁰⁸.

Organicamente, o texto estipula, colocando em execução os estatutos, os seguintes Conselhos, caracterizados de estatutários:

- Conselho Pastoral (COPA), com reuniões ordinárias bianuais em março e junho³⁰⁹;
- Comissão Técnica de Gestão Económico-Financeira (COGEF), com reuniões ordinárias bianuais em maio e novembro³¹⁰.

Alterando a visão expressa em 2005 por Luciano Guerra, em que a Reitoria assumia uma composição bastante alargada em número e função dos seus elementos³¹¹, no regulamento de 2009 a Reitoria é composta somente pelo reitor, por eventuais vice-reitores e pelo secretário³¹².

A Reitoria tem previstos os seguintes Conselhos, considerados auxiliares:

- Conselho Restrito da Reitoria (CORERE), composto pelo reitor, pelo vice-reitor ou um membro do Conselho de Diretores de Serviço – referido adiante – e do administrador. Aconselha o reitor em assuntos que este entenda pertinentes. Existem referências à existência deste conselho em épocas anteriores³¹³, no entanto, temos conhecimento bastante deficitário do seu funcionamento;

³⁰⁷ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *[Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]*. p. 4.

³⁰⁸ Cf. IDEM – *Regulamento*.

³⁰⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 1-2.

³¹⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 2-3.

³¹¹ Cf. IDEM – *[Estrutura Pastoral]*. p. 2.

³¹² Cf. IDEM – *Regulamento*. p. 1.

³¹³ Cf. IDEM - *[Reitoria: Princípios de Estruturação]*. p. 3.

- Conselho de Diretores de Serviço (CODIS), sucedendo ao antigo Conselho Pastoral, em virtude de se ter instituído um conselho estatutário homónimo, este conselho é composto pelos diretores de serviços do Santuário e outros elementos que o reitor entender convidar. Possui reunião mensal cujas atas são assinadas pelos membros permanentes e enviadas cópias ao bispo de Leiria-Fátima³¹⁴;
- Conselho de Capelães, extinto em data incerta e novamente recuperado com a função de dar parecer sobre assuntos relacionados com as práticas litúrgicas e devocionais e à disciplina da comunidade sacerdotal. Possui reunião bianual, cujas atas são assinadas por todos e as cópias enviadas ao bispo de Leiria-Fátima³¹⁵;

A administração, que entendemos ser confundível com o nível de topo do Serviço de Administração (SEAD)³¹⁶, é composta pelo reitor, pelo administrador e pelo secretário do SEAD³¹⁷. Possui os seguintes Conselhos auxiliares:

- Conselho de Administração (COAD), herdado do passado, presidido pelo reitor ou, por delegação sua, pelo administrador/diretor do SEAD. Integram-no o reitor, o vice-reitor (se existir), o administrador, um representante da diocese e pelo menos três membros escolhidos pelo administrador com aprovação do reitor. Apoia a administração na gestão orçamental. Possui reuniões ordinárias mensais secretariadas pelo secretário do SEAD³¹⁸;
- Conselho de Finanças (COFI), também existente anteriormente, presidido pelo reitor ou, por delegação sua, pelo administrador/diretor do SEAD. Integram-no, o reitor, o vice-reitor (se existir), o administrador, um membro do COGEF e dois elementos convidados pelo reitor. Tem como função a gestão dos rendimentos de capitais do Santuário e a contratação de eventuais empréstimos. Reúne trianualmente, sendo secretariado pelo

³¹⁴ Cf. IDEM – *Regulamento*. p. 4.

³¹⁵ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 4.

³¹⁶ Ao sistematizar os serviços do Santuário, o regulamento prevê a Reitoria como serviço, não o fazendo para a administração. Assim, entendemos que devemos fazê-la coincidir com o SEAD. Note-se que a função de administração do Santuário cabe, em primeiro lugar, ao reitor, e que a figura de administrador substitui o que em outras situações se chamaria de Ecnómo.

³¹⁷ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 8.

³¹⁸ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 5-6.

secretário do SEAD. Deve enviar cópia das suas atas à Reitoria³¹⁹;

- Conselho Restrito da Administração (CORAD), presidido pelo reitor e composto igualmente pelo vice-reitor (se existir), pelo administrador e por um membro do COAD escolhido pelo reitor com o acordo do administrador. Tem por função a decisão de assuntos urgentes da administração³²⁰;
- Comissão do Fundo de Caridade (FUNCA) , dando continuidade à sua atividade, passa a ser presidida pelo reitor ou, por delegação sua, pelo administrador/diretor do SEAD³²¹;

Em 28 de abril de 2011, Virgílio Antunes, reitor do Santuário, foi nomeado bispo da diocese de Coimbra³²². Carlos Cabecinhas, diretor do serviço de pastoral litúrgica do Santuário deste 2010, foi nomeado reitor pelo bispo de Leiria, tomando posse em 11 de junho de 2011.

Neste reitorado assistiu-se à nomeação de dois vice-reitores, figura inexistente ao longo do reitorado de Virgílio Antunes. Desempenharam essa função Emanuel Silva, da diocese de Portalegre-Castelo Branco, entre 2013 e 2014³²³, e Vítor Coutinho³²⁴, da diocese de Leiria-Fátima, atualmente em funções.

³¹⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 6.

³²⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 6.

³²¹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 3.

³²² Cf. LEIRIA. Bispo, 2005- ... (António dos Santos Marto) – *Comunicação à Diocese da nomeação do Padre Virgílio Antunes como Bispo de Coimbra*. 2011-04-28. Acessível em <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/424/2011.04.28_ComunicadoBispoCoimbra.pdf> [Acedido em 2015-01-15].

³²³ Cf. IDEM - *Mudanças no serviço eclesial, em setembro de 2014*. 2014-09-26. Acessível em <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/8819/2014.09.26_Comunicado.pdf> [Acedido em 2015-01-15].

³²⁴ Vítor Coutinho foi nomeado capelão do Santuário em junho de 2014. Cf. IDEM - *Nomeações do Bispo diocesano* [Em linha]. 2014-06-16. [Acedido em 2015-01-15] Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/8662/2014-06-16_nomeacoes_if.pdf>

3 – A gestão da informação e documentação arquivísticas no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

Conteúdos

3 – A gestão da informação e documentação arquivísticas no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

3.1 – Constituição e evolução do ambiente regulador subjacente ao sistema de informação arquivística

3.2 – Políticas e estratégias de gestão da informação arquivística

A tarefa da gestão da informação arquivística é, tradicionalmente, imputada aos serviços produtores, numa primeira fase, e aos arquivos, numa fase final da vida do “documento”. No entanto, assim como o tempo fez evoluir a noção de arquivo como local de custódia de documentos para a noção de arquivo como conjunto de informação resultante da acção de determinada entidade, também a adoção da teoria sistémica e do modelo do *records continuum* como chaves de leitura despoletaram a revisão do conceito de arquivo, procurando atualmente defini-lo como «sistema semi-fechado de informação produzida/recebida por uma entidade activa (ou desactivada) no decurso da sua actividade em cumprimento dos seus objetivos gerais e específicos»³²⁵.

Estamos, assim, perante a evolução do conceito de arquivo para um modelo sistémico³²⁶

³²⁵ Cf. SILVA, Armando Malheiro da - *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006. p. 137.

³²⁶ O pensamento sistémico parte do princípio de que «os fenómenos da realidade devem ser observados e interpretados com “input” e “output” de um processo de algum sistema dinâmico, organizado ou combinatório, isto é, qualquer evento, [...] dado, [...] etc. deve ser pensado não como dado isolado, mas como algo associado a um processo de que será ou um “input” ou um “output”». Cf. MELLA, Piero – *Dai*

que entende o arquivo como a parte integrante de um sistema mais lato, que tem como funções gerir a informação³²⁷, *i.e.*, como um sistema de informação. Por outras palavras, poderemos entendê-lo como o conjunto de meios técnicos, científicos, humanos e financeiros que permitem a criação, utilização e a gestão de informação arquivística por parte de uma pessoa singular ou coletiva.

Entendemos dever especificar a dimensão técnica, adjectivando como arquivística a informação gerada e gerida pelo sistema que abordamos neste estudo, ainda que se possa entender que as tradicionais divisões da informação entre as áreas arquivística e biblioteconómica refletem uma visão sectária, justificadora de uma especialização profissional³²⁸. Utilizaremos, assim, a expressão sistema de informação arquivística.

Após a abordagem à evolução das estruturas orgânica e funcional do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, propomo-nos, neste capítulo, a refletir sobre o modo como se estruturou e desenvolveu o sistema de informação arquivística da Instituição, ou seja, o modo como foi gerada e gerida informação. Esta reflexão será realizada em torno de dois eixos, sendo o primeiro o do ambiente regulador que o condiciona e o segundo o da abordagem diacrónica

Sistemi al pensiero sistémico: per capire i sistemi e pensare com i sistemi. p. 175. APUD SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.* 2.ªed. Porto: Afrontamento: 2008.p. 103.

³²⁷ «Por “sistemas de informação” Hayes entendeu “aquele conjunto de um sistema geral (um fenómeno natural, um constructo físico ou um constructo lógico) que é identificado como produzindo informação». Cf. HAYES, Robert M. – Information Science education, In *ALA world exyclopedia of library and information services.* p. 359. APUD SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação [...].* p. 37.

³²⁸ Não significa, contudo, que estas distinções não sejam fundamentadas, nomeadamente em aspetos extrínsecos do continente e que, ainda que a distinção prática entre arquivos e bibliotecas deva ser progressivamente relativizada em face dos novos padrões de produção, distribuição e uso da informação, esta relativização não implicará que a tradicional delimitação dos *tipos* documentais seja menosprezada e relegada para o domínio das práticas obsoletas. A afirmação e valorização dos conteúdos informacionais, e a crítica do *documentocentrismo* não se poderão furtar ao facto de o documento ser necessário à gestão da informação, pois, ao promover a sua materialização, permite que esta seja transmitida no espaço e no tempo. Como consequência, dificilmente poderemos dispensar na totalidade a divisão entre arquivo e biblioteca, ainda que a venhamos a considerar, em parte, artificial. Acreditamos, portanto, ser possível afirmar a centralidade da informação sem no entanto abdicar de noções mais tradicionais, ligadas à dimensão técnica, como a distinção entre documentos administrativos e informativos, *etc.*

das práticas gestionárias.

3.1 – Constituição e evolução do ambiente regulador subjacente ao sistema de informação arquivística

A ação de uma entidade, seja singular, coletiva, pública ou privada, insere-se continuamente num contexto normativo pluridimensional³²⁹ que a permite compreender nas suas possibilidades, limitações e modos de atuação. O Santuário de Fátima, na sua dimensão institucional, isto é, enquanto entidade administrativa, esteve – à parte de questões éticas e morais –, ao longo da sua existência, sujeito a um conjunto de determinações e exigências legais que condicionaram e dirigiram a sua atuação e a sua configuração jurídica e orgânica³³⁰. É a este conjunto, a que chamamos de ambiente regulador, que nos propomos efetuar uma breve abordagem³³¹.

Uma das principais características identificável no ambiente regulador desta entidade é o facto de este respeitar, necessariamente, normativos de duas origens distintas: eclesiástica e civil.

O desenvolvimento do Santuário ocorreu num momento de forte tensão entre o Estado Português e as estruturas da Igreja Católica. Um dos modos como vemos manifestar-se esta tensão é na promulgação de leis que visam a separação entre o Estado Português e as Igrejas, com especial destaque para a Igreja Católica. Esta legislação, com especial destaque para a de 1911³³², teve um carácter estatizante e fortemente anticlerical, intervindo diretamente nas bases de sustentação e gestão financeira associadas às atividades da Igreja. As leis seguintes, datadas de 1918³³³ e 1926³³⁴, refletem alguma moderação face ao normativo inicial, não deixando, contudo, de limitar o modo como se fazia a gestão dos assuntos eclesiásticos, nomeadamente

³²⁹ Referimo-nos a questões de ordem ética, moral e legal.

³³⁰ Conforme abordado no capítulo anterior.

³³¹ Remete-se para o anexo 2 quadro onde se sistematiza e apresenta cronologicamente o ambiente regulador do Santuário de Fátima.

³³² Cf. LEI da separação do Estado das igrejas. *Diário do Governo. I Série*, 92(1911-04-21). p. 1619-1624.

³³³ Cf. DECRETO n.º 3856. *Diário do Governo. I Série*, 34(1918-02-23). p. 128-131.

³³⁴ Cf. DECRETO n.º 11887. *Diário do Governo. I Série*, 152(1926-07-15). p. 789-792.

pelo facto de o Estado Português não reconhecer existência jurídica diretamente à Igreja, mas sim às entidades que esta formava para gerir os seus bens e atividades.

No âmbito eclesiástico, o principal normativo do período de desenvolvimento inicial do Santuário é o *Código de Direito Canónico* de 1917, que compilou e sistematizou as várias fontes de direito canónico existentes em períodos anteriores e viria a ser substituído somente em 1983. A nível diocesano salientam-se os atos que, respetivamente em 1927 e 1930, criaram uma capelania permanente no Santuário de Fátima e declararam os acontecimentos de 1917 como dignos de crédito perante a Igreja. São documentos fundacionais e incontornáveis, pois o primeiro significa a criação *de iure* de uma instituição identificável com o espaço físico do Santuário, ainda que não possuísse personalidade jurídica segundo as leis civis, e o segundo autoriza oficialmente o culto a Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

No ano de 1940 o ambiente regulador do Santuário de Fátima sofreu uma importante alteração com a promulgação da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português³³⁵. Este normativo regularizou as relações institucionais, removendo algumas limitações impostas pelo anterior regime republicano à Igreja Católica e à gestão do seu património. De acordo com o espírito do texto concordatário, em novembro o bispo de Leiria comunicou a ereção da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima³³⁶, entidade cuja personalidade jurídica era reconhecida do ponto de vista civil e que, ainda hoje, encarna a dimensão institucional do Santuário.

Nos anos seguintes o Santuário passou por um processo de afirmação que conduziu, progressivamente, à isenção paroquial e ao desmembramento da paróquia de Fátima, com o capelão a ser nomeado oficialmente de reitor e a assumir o cuidado pastoral sobre os que viviam no espaço do Santuário. Estes desenvolvimentos tornaram-se possíveis em virtude de provisões dadas por José Alves Correia da Silva em 1941 e 1946³³⁷. A afirmação do Santuário é igualmente

³³⁵ Cf. IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – Inter Sanctam Sedem et Republicam Lusitanam Sollemnes Conventiones. *Acta Apostolica Sedis: comentarium officiale*. [Vaticano]: Typis Vaticanis. vol. XXX, n.º 7 (1940-07-01). p. 217-244.

³³⁶ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Certidão*. 1979-02-28. Acessível em Arquivo do Santuário de Fátima (ASF). UI 74, doc. 'DS 74.47'.

³³⁷ Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Provisão Episcopal]* 1941-01-22. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.59(5)'.; IDEM – *Provisão*. 1941-08-18. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS

perceptível a nível nacional, com repercussões no ambiente regulador civil através da promulgação do Decreto-Lei n.º 37008, de 11 de agosto de 1948, que determinou o plano de urbanização de Fátima, compreendendo uma zona de proteção ao Santuário³³⁸.

O ano de 1958 trouxe uma alteração significativa ao ambiente regulador, no âmbito religioso, pela instituição do Conselho Nacional para o Santuário de Fátima, que, na prática, limitou a atuação do Santuário, nomeadamente a nível de gestão financeira, complementado por um «regulamento geral da Fábrica da Igreja e do Benefício Paroquial», promulgado pelo episcopado nacional, que passou, a partir de 1962, a servir de guia à elaboração dos orçamentos anuais do Santuário³³⁹.

A revolução de 1974-1976 e o novo regime por ela instaurado trouxeram algumas alterações ao direito concordatário, alterado por duas vezes, em 1975³⁴⁰ e 2004³⁴¹, ainda que do primeiro não resultem alterações que afetem o diretamente o Santuário.

Devemos ainda apontar o último quartel do século XX como uma época em que, tanto no âmbito civil como no âmbito eclesial, se fez sentir a importância crescente da valorização cultural do património arquivístico, ainda que, por vezes, com dificuldades de entendimento, de que é exemplo a lei do Património Cultural Português, de 1985³⁴², considerada pelo episcopado português como estatizante³⁴³. No âmbito dos normativos civis, destacamos ainda o Decreto-Lei n.º 16/93, que estabeleceu o regime geral do património arquivístico nacional, e a Lei n.º 107/2001, que estabeleceu o regime de proteção do património cultural, nomeadamente do património arquivístico³⁴⁴. No âmbito eclesial, também a diocese de Leiria-Fátima refletiu

74.60(1)'; IDEM – *Isenção paroquial do Santuário de Nossa Senhora de Fátima*. 1946-08-10. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS 74.60(3)'.

³³⁸ Cf. DECRETO-LEI n.º 37008. *Diário do Governo. I Série*, 186(1948-08-11). p. 801-802.

³³⁹ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário de 1917 a 1972* [memorando]. 1973-12-31. Acessível em ASF. UI 341. p. 13.

³⁴⁰ Cf. DECRETO n.º 187/75. *Diário do Governo. I Série*, 79/1975(1975-04-04). p. 517.

³⁴¹ Cf. RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.º 74/2004. *Diário da República. I Série A*, 269(2004-11-16). p. 6741-6750.

³⁴² Cf. LEI n.º 13/85. *Diário da República. I Série*, 12/1985(1985-01-15). p. 1865-1874.

³⁴³ Cf. ABREU, José Paulo - Arquivos eclesiais: orientações e normas. *Theologica*. 35:1(2000). p. 207.

³⁴⁴ Cf. DECRETO-LEI n.º 16/93. *Diário da República. I Série*, 19/1993(1993-01-23). p. 264-270; LEI n.º 107/2001. *Diário da República. I Série*, 209/2001(2001-09-08). p. 5808-5829.

acerca da necessidade de preservar e valorizar o património cultural, dando origem a um breve conjunto de normas relativas ao tema³⁴⁵.

³⁴⁵ Cf. LEIRIA. Bispo, 1993-2006 (Serafim Ferreira e Silva) – *Notas gerais sobre o património cultural* [Em linha]. 2002-12-04. [Acedido em 2015-01-15]. Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/224/2002-12-04_Normas_Patrimonio.pdf>

3.2 – Políticas e estratégias de gestão de informação arquivística

Como se verificou no segundo capítulo deste estudo, existe alguma dificuldade na cronologia da génese da dimensão institucional associada ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. No entanto, apesar das implicações óbvias entre a questão institucional e a definição do sistema de informação arquivística que lhe está subjacente, esta dificuldade não é impeditiva de, assumindo operatoricamente a fundação da Capelania como momento genésico do sistema de informação arquivística do Santuário, se proceder ao estudo do modo como foi sendo gerada e gerida, ao longo dos anos, a informação arquivística daquela entidade.

Os registos mais antigos da Capelania do Santuário de Fátima são sobretudo de índole contabilística, documentando o quotidiano da entidade, e algum material arquitetónico, refletindo os processos de edificação em curso³⁴⁶. Não era, no entanto, inédita a existência deste tipo de material relativo à gestão do local do Santuário. De facto, referimos anteriormente a existência de um lato conjunto de informação comprovativa de despesas efetuadas pelo bispo ou pela diocese, grande parte delas explicitamente referentes a Fátima³⁴⁷. Do mesmo modo, existe um pequeno caderno onde se encontram anotados os donativos efetuados na capelinha entre novembro de 1925 e dezembro de 1926, cuja caligrafia poderá ser atribuída a João Carreira³⁴⁸ mas que não é certo para que entidade foi produzido, já que, apesar de a fase final do

³⁴⁶ Lembramos que decorriam obras de construção no espaço do Santuário, iniciadas antes da entrada do capelão, como a reconstrução da Capelinha das Aparições após a dinamitação, a casa do capelão, a delimitação do recinto, o posto de verificações médicas e os hospitais. No ano seguinte à entrada do capelão teve início a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, posteriormente Basílica. Cf. CRISTIANO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima, 1, Fátima. *A Pastoral de Fátima*. Fátima: Santuário, 1996. p. 53-54.

³⁴⁷ Cf. LEIRIA, Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Documentos justificativos de despesa]*. 1924-1957. Acessível em ASF. UI 1093.

³⁴⁸ A atribuição dos referidos registos ao punho de João Carreira é da nossa responsabilidade. Com base na comparação da caligrafia deste caderno com a caligrafia do livro de ponto do pessoal e dos registos de materiais para as obras, que Francisco Pereira de Oliveira afirmou terem sido responsabilidade daquele.

registo coincidir com o período de vigência da Capelania, em 1925, segundo Francisco Pereira de Oliveira, o responsável por receber de Maria Carreira as esmolas ofertadas em Fátima seria Faustino José Jacinto Ferreira, vigário de Ourém³⁴⁹. A novidade, a partir da criação da Capelania, é que existe uma entidade – ainda que reconhecida somente do ponto de vista canónico –, com um responsável e sobre a qual existe a preocupação de recolher e gerir de modo sistemático a informação gerada no decorrer das normais atividades: «Diariamente fazia o P<adre> Sousa os lançamentos da receita e da despesa; a primeira proveniente das esmolas da capelinha (não havia outra), e a segunda respeitante aos salários dos operários, compra dos materiais de construção, terrenos para alargamento do recinto. [...] O “ti João Carreira” ocupava-se do registo dos materiais para as obras (as cantarias que eram extraídas no Moimento e transportadas para o Santuário, por carros de bois da freguesia de Fátima, à jorna), e do “ponto” dos operários»³⁵⁰.

A entrada de Amílcar Martins Fontes ao serviço de capelão, em 1937, coincide com início de organização contabilística, dividida em duas secções que podemos fazer coincidir *grosso modo* com a organização funcional e com a entrada ao serviço de funcionários para o coadjuvar nas tarefas administrativas: «A escrituração fê-la durante vários anos o próprio reitor. Depois passou a ser feita pelo sr. Rui de Freitas [...]. Anos adiante, a escrituração passou a ser feita por Francisco Pereira de Oliveira, que entrou ao serviço do Santuário em Setembro de 1940»³⁵¹.

Amílcar Martins Fontes era capelão aquando da ereção da Fábrica do Santuário, entidade que, dando continuidade prática à Capelania, tem reconhecimento civil da sua personalidade jurídica, e foi o primeiro capelão a assumir, *de iure*, o título de reitor a partir de agosto de

Note-se, igualmente, que Maria Carreira, ou Maria da Capelinha – mãe de João Carreira – ficou, ainda durante o período da hierofania, responsável pela recolha das esmolas da capelinha. Parece-nos plausível que João Carreira pudesse efetuar o registo dos bens recolhidos pela mãe, ainda que disso não exista prova cabal. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Caderno das despesas do ano de 1927*. 1927. Acessível em ASF. UI 2001 ; IDEM - *Livro do pomto dos peçcoal dos serviços da Cova da Iria*. 1927. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251; CARREIRA, João (atribuído a) – *[Livro de registo de receitas]*. 1925-1926. Acessível em ASF. UI 2000; OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário* [...]. p. 2-4, 7.

³⁴⁹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 3-4.

³⁵⁰ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 7.

³⁵¹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 8.

1941³⁵².

Nesta nova fase da vida institucional do Santuário, com o desenvolvimento físico das instalações, em desenvolvimento desde a década de 20, e o aumento do impacto junto dos crentes nacionais e estrangeiros, vislumbra-se o crescimento de uma estrutura de apoio ao reitor³⁵³: a secretaria³⁵⁴. Esta estrutura que, aparentemente, concentrava o trabalho administrativo e de gestão de informação arquivística da instituição, desde o expediente geral à assessoria de imprensa, passando pela gestão do registo paroquial do Santuário e pela administração do alojamento nos dias de peregrinação³⁵⁵.

Deverá ser igualmente referido que, por provisão de 13 de agosto de 1955, D. José Alves Correia da Silva criou no Santuário de Fátima um «Museu-biblioteca», em cujas funções estava incluída a recolha, gestão e conservação de espécies arquivísticas³⁵⁶. No entanto, assim como, apesar de o documento de ereção canónica poder ser interpretado como criador de uma entidade distinta da Fábrica, o museu-biblioteca foi integrado na estrutura pré-existente, também, a nível da recolha e gestão de informação não sendo detetáveis alterações. Aparentemente, a visão do bispo era mais próxima de um centro de documentação que de um arquivo, não sendo seu desejo proceder à criação de uma unidade orgânica que gerisse a informação produzida pelo Santuário-instituição, mas sim que apoiasse a investigação, procedendo à documentação do fenómeno de Fátima, próximo do trabalho encetado na década seguinte e que iria resultar na publicação dos 16 volumes da *Documentação Crítica de Fátima*,

³⁵² Cf. LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *Provisão*. 1941-08-18. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS 74.60(1)'.

³⁵³ Vejam-se, no ponto 2.3, as principais alterações às estruturas orgânica e funcional, detetadas para o período de 1941 a 1973.

³⁵⁴ Classificamos a secretaria como informal, pois, ainda que seja perceptível o desempenho das funções de apoio, nomeadamente por Francisco Pereira de Oliveira, só mais tardiamente existem referências diretas à secretaria. Note-se que a referência expressa mais antiga que detetámos ao longo da nossa investigação data de 1960, não sendo claro se se refere à secretaria enquanto unidade orgânica ou enquanto espaço físico. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - Movimento de peregrinos de Fátima durante o ano de 1960. In *Boletins de estatística*. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55. fl. 1.

³⁵⁵ Cf. IDEM - *Ibidem*. fl. 1; OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário [...]*. p. 9, 14-16, 21; LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – *[Provisão episcopal]*. p. 1.

³⁵⁶ Cf. Idem - *Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora de Fátima: Provisão de D. José Alves Correia da Silva Bispo de Leiria (Fátima)*. 1955-08-13. Acessível em ASF. UI 71, doc. 'DS 74.73'.

entre 1992 e 2013³⁵⁷.

A análise dos elementos recolhidos sobre o sistema de informação arquivística anterior à reorganização orgânica do reitorado de Luciano Guerra, poderíamos classifica-lo como um sistema unicelular e centralizado³⁵⁸, já que, em virtude do trabalho administrativo estar direta ou indiretamente concentrado na secretaria, também ali se centralizava a gestão da informação arquivística. Estamos ainda perante um arquivo ativo, onde, apesar da criação da Fábrica do Santuário em 1940, não existem indícios de o sistema de informação arquivística da Capelania ter sido considerado desativado – se preferirmos, um fundo fechado –; pelo contrário, parece ter sido assumida a coincidência entre Capelania e Fábrica que, na prática, encarnavam a mesma entidade, ainda que com diferentes implicações do ponto de vista legal. De facto, a análise de documentação relativa às intervenções realizadas na Capelinha das Aparições demonstra como existiu continuidade nos processos, mas também reorganização da informação produzida³⁵⁹. Também os estudos de apoio à tomada de decisão, teoricamente constituídos por Francisco Pereira de Oliveira, ao concentrarem registos originais (entre algumas cópias) de informação produzida desde a década de 20, demonstram não só a inexistência de uma fratura institucional entre a Capelania e a Fábrica, como a reorganização da informação que integrava o sistema.

O início do reitorado de Luciano Guerra, em 1973, despoletou um processo de reorganização administrativa do Santuário, substituindo os semiformais «setores humanos»³⁶⁰ existentes anteriormente por serviços. Este processo teve igualmente consequências no modo como era gerida a informação, nomeadamente:

- a) a reorganização imposta à informação, que foi progressivamente sendo controlada

³⁵⁷ Em 1966 o bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio, encomendou uma série de estudos a Joaquín Maria Alonso. Este sacerdote continuou a trabalhar temas de Fátima e, em 1974, iniciou uma coleção que denominou de *Fatimae monumenta historica* que esteve na génese do repertório que foi publicado sob o título de *Documentação Crítica de Fátima*. Cf. PENTEADO, Pedro – *Arquivo*. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipia, 2007. p. 47, 52-53.

³⁵⁸ Utilizamos o modelo concetual apresentado em SILVA, Armando Malheiro da; *et al - Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. p. 214-217.

³⁵⁹ Referimos o exemplo de pasta relativa preparatória de intervenção na *Capelinha*, que promoveu a reorganização e reutilização de informação de índole arquitetónica produzida entre 1927 e 1977. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [*Capela das aparições*]. 1927-1977. Acessível em ASF. UI 5096.

³⁶⁰ Cf. IDEM – *Estudo de estruturação pastoral*. 1974-09. Acessível em ASF. p. 16.

- pelos serviços produtores que desempenhavam a função à qual aquela se referia;
- b) a tentativa de introdução de metodologias eficientes para a gestão da informação, baseadas em critérios técnicos.

A reorganização é perceptível de diversas formas. Uma delas é através das notas e memorandos dos serviços. Por exemplo, uma nota atribuível a Francisco Pereira de Oliveira, indica que «a partir de 1980 (Fev<ereiro>?) foi dada nova ordenação³⁶¹ à guarda do arquivo de correspondência do Santuário [...]»³⁶². Também em reunião do Conselho Geral da Reitoria, em 1976, é perceptível a intenção de proceder à reorganização da informação, pretendendo o arquivo realizar a «inventariação por locais [...] dos arquivadores, dossiers, livros, álbuns, caixas... existentes» para, a partir daí, iniciar a «classificação sumária, por serviço, secção e sub-secção, de todo o material inventariado na 1.ª fase» e, posteriormente, levar a cabo uma «arrumação, por serviço, secção e sub-secção do material classificado na 2.ª fase»³⁶³. Em memorando preparatório da reunião de apresentação do programa para o ano de 1976/77, Luciano Cristino³⁶⁴ informou Francisco Pereira de Oliveira acerca da reorganização que deveria ser levada a cabo, dizendo-lhe que, «quanto aos arquivos findos, poder-se-á, em oportunidade futura, atribuir cada dossier (sem o desfazer) a um dos 10 serviços agora existentes, para arrumação ao menos geral do arquivo do Santuário que como o Sr. Francisco sabe está muito disperso»³⁶⁵.

Outro modo como podemos perceber a existência desta reorganização da informação é o simples confronto da atual organização física e intelectual atribuída aos registos custodiados como arquivo definitivo com inventários atribuíveis a Francisco Pereira de Oliveira, ou à sua

³⁶¹ Não foi possível detetar evidências materiais desta intervenção a fim de detetar a sua dimensão e impacto.

³⁶² Cf. IDEM – *Localização (sic) do arquivo da correspondência*. Post. fev. 1980. Acessível em ASF. UI 28. p. 1.

³⁶³ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *[Plano de atividades do SESDIFA para o ano de 1976/77]*. 1976. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.º 1. p. 152.

³⁶⁴ Luciano Coelho Cristino, foi diretor do Serviço de Estudos e Difusão desde a sua fundação até Dezembro de 2013. É atualmente (fevereiro de 2015) capelão do Santuário e Cónego da Sé de Leiria.

³⁶⁵ A dispersão referida pelo autor é física, pois o arquivo encontrava-se distribuído por um conjunto de salas da Casa de Nossa Senhora das Dores. Apesar dessa dispersão física, a sua gestão era levada a cabo pela secretaria, não contradizendo a classificação que demos ao sistema de informação pré-Luciano Guerra como sendo unicelular e centralizado. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Memorando a Francisco Pereira de Oliveira]*. c. 1976-10-29. Acessível em ASF, Livro de atas do Cogere n.º 1. p. 84.

iniciativa, provavelmente no final da década de 70 do século XX. Fazendo este exercício, percebemos que, por exemplo, o livro de receita e despesa do Santuário para o ano de 1927³⁶⁶, do punho do primeiro capelão, à data da elaboração do inventário encontra-se na sala 105 da Casa de Nossa Senhora das Dores, provavelmente ainda sob a alçada da Secretaria³⁶⁷. Continuando a confrontação verificamos que, provavelmente no contexto da transição dos serviços para o novo edifício da reitoria em meados dos anos 80 e a propósito da transferência das funções de contabilidade e tesouraria da esfera da secretaria, o referido livro de registo foi integrado no conjunto de documentação atribuída ao Serviço de Administração (SEAD). Exercícios semelhantes são facilmente efetuáveis com informação de carácter arquitetónico que, independentemente da data de produção, foi atribuída ao Serviço de Arquitetura (SEAC)³⁶⁸, numa reorganização baseada em critérios funcionais, ou seja, em que se atribuiu determinada informação aos serviços que desempenhavam a função à qual a informação respeitava.

Ao longo do reitorado de Luciano Guerra é igualmente notória a introdução de medidas conducentes à melhoria dos processos de gestão da informação. Esta preocupação é visível, por exemplo, na tentativa de introdução de planos de classificação, chamados de “organigramas”. Existem vários estudos destes planos, elaborados parcialmente, serviço a serviço³⁶⁹, distantes, portanto, de uma perspetiva sistémica. Foram elaborados planos de classificação com códigos alfanuméricos a aplicar aos documentos. A sua aplicação, no entanto, mostrou-se complicada já que, na sua conceção, os planos eram tendencialmente temáticos³⁷⁰, levando a que num mesmo

³⁶⁶ Cf. SANTUÁRIO de FÁTIMA - *[Livro de receita e despesa de 1927]*.

³⁶⁷ Cf. IDEM – *Arquivo de livros e documentos da contabilidade do Santuário de Fátima*. c. 1979. Acessível em ASF. UI 29. p. 2.

³⁶⁸ Esta atribuição é perceptível num inventário elaborado em data posterior a 1979. Cf. IDEM - *SEAC: Inventário de peças escritas e gráfica existentes no arquivo*. c. 1980. Acessível em ASF.

³⁶⁹ Vejam-se, por exemplo, os esboços da classificação proposta para a reitoria e para o SEAC cerca de 1977. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *“Arrumação” do arquivo da secretaria*. Post. 1977. Acessível em ASF. UI 6784.

³⁷⁰ Este tipo de organização não é inédito ou exclusivo do Santuário. Carlos Guardado da Silva refere que «tradicionalmente, a estrutura orgânica tem sido referência, quer na elaboração de planos de classificação, quer na identificação e definição da classificação, umas vezes conjugada com a estrutura funcional do fundo, outras vezes integrando assuntos». Cf. SILVA, Carlos Guardado Da - *A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada*. In *JORNADAS IBÉRICAS DE ARQUIVOS MUNICIPAIS – Políticas, Sistemas e Instrumentos* [Em linha]. [Acedido em 20 dez.

processo pudessem existir documentos com codificação distinta³⁷¹. Na prática, estamos perante uma classificação por assuntos e não na lógica arquivística de suporte à constituição de séries, como materialização das atividades organizacionais. Ainda assim, alguns serviços aplicaram os seus planos de classificação, outros ainda os aplicam, como é exemplo a reitoria³⁷².

A tentativa de introduzir melhorias no modo como era efetuada a gestão da informação arquivística é, também, visível na procura de apoio externo que ocasionalmente é prestado ao Santuário e que culminou com o estabelecimento de um projeto de gestão integrada de documentação, inicialmente com colaboração do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Destes apoios externos, temos notícia de pelo menos três distintos contextos em que foram efetuadas visitas técnicas:

- a) no início do reitorado, após a reestruturação de serviços, o Santuário recebeu uma visita técnica de Marcelino Rodrigues Pereira, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 6 de julho de 1976³⁷³;
- b) no contexto da edição da obra «Documentação Crítica de Fátima», o Santuário recebeu a visita técnica de Maria de Lurdes Rosa do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) em 6 de agosto de 2000, onde esta fez a distinção clara entre o que era uma coleção de documentação de diferentes proveniências mas com o tema das aparições de Fátima como denominador comum e, por outro lado, o que era o «"arquivo administrativo" do Santuário». Identificou ainda as condições em que este era gerido, referindo que este era «relativamente bem organizado³⁷⁴ [...] mas sofrendo de uma aflitiva falta de espaço e condições que a brevíssimo trecho impedirá a continuação de

2014]. URL: <http://www.academia.edu/4563789/a_cassificacao_da_informacao_arquivistica_da_administracao_local_nos_paises_ibericos>. p. 1.

³⁷¹ A título de exemplo, uma carta a António Antunes Borges foi classificada como 4-A-3, no mesmo processo, outra carta foi classificada como 7-AE. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Carta a António Antunes Borges*. 1980-07-15. Acessível em ASF. UI 319, doc. 'DS 319.7'; *Carta a Agostinho Barroso Gonçalves*. 1980-03-04. Acessível em ASF. UI 319, doc. 'DS 319.11'.

³⁷² Consulte exemplo destes planos de classificação no anexo 3.

³⁷³ Não foi possível perceber consequências práticas da realização desta visita técnica. Cf. PENTEADO, Pedro – *Arquivo*. p. 48.

³⁷⁴ Supõe-se que esta apreciação seria relativa às condições físicas do armazenamento.

arquivagem de materiais»³⁷⁵. Por recomendação da consultora, foi realizada nova reunião no dia 18 de outubro de 2000, com a presença de outros membros do CEHR³⁷⁶, da qual viria a resultar a elaboração de um projeto de gestão integrada da informação arquivística do Santuário em 2001 e que entrou em vigor em 2002³⁷⁷;

- c) visitas de acompanhamento do projeto de gestão integrada, realizadas por Pedro Penteado em modelo de consultoria permanente, desde 2002 a janeiro de 2015³⁷⁸.

Se classificámos o sistema de informação arquivística anterior ao reitorado de Luciano Guerra como sendo unicelular e centralizado, o sistema existente em 2002 terá de ser considerado como pluricelular, mantendo contudo um caráter centralizado, nomeadamente através da coordenação exercida através da reitoria e do órgão colegial dos vários diretores de serviço, bem como pela existência de um único serviço de expediente³⁷⁹.

Entendemos analisar o sistema no ano 2002, pois este foi o ano em que, conforme referido anteriormente, teve início o projeto de gestão integrada da informação arquivística do Santuário. Ainda que, inicialmente, uma das preocupações fosse a alimentação do projeto da Documentação Crítica de Fátima, na definição do projeto ficou patente que este não se deveria restringir aos arquivos históricos, devendo incidir sobre todo o ciclo de vida da informação³⁸⁰. O projeto, com a duração prevista de três anos, apresentava como objetivos:

- a) a «identificação de toda a documentação de arquivo actualmente sob a alçada do SESDI»;

³⁷⁵ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *[Relatório da visita aos acervos documentais custodiados pelo SESDI]*. 2000-08-13. Acessível em ASF. p. 2.

³⁷⁶ Outros elementos presentes na reunião de 18 de outubro foram Paulo Fontes, Jacinto Guerreiro e Pedro Penteado. Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *Projeto de gestão integrada da informação arquivística*. 2001. Acessível em ASF. p. 1, 5.

³⁷⁷ Cf. PENTEADO, Pedro – *Arquivo*. p. 49.

³⁷⁸ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Arquivo do Santuário de Fátima*. 2015-01-22. Acessível em ASF.

³⁷⁹ Apesar de, em virtude da referida coordenação e da existência de um único serviço de expediente, se entender que a gestão da informação possuía um caráter centralizado, esta centralização poderá ser entendida como tendencial, em virtude da não existência de um plano de classificação aplicado a toda a Instituição e do facto dos distintos planos de classificação em uso refletirem praticas e metodologias de trabalho distintas, privilegiando as partes em detrimento do todo.

³⁸⁰ Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA - *Projeto de gestão integrada da informação arquivística*. p. 6.

- b) descrever «documentos simples e compostos com interesse para publicar na DCF»;
- c) proceder à «avaliação da documentação acumulada, sobretudo no “arquivo documental”, de modo a apurar a documentação de conservação permanente que deve vir a integrar um futuro arquivo histórico do Santuário»;
- d) definir e aplicar metodologias de avaliação, seleção e eliminação de documentos;
- e) promover a «reorganização do sistema arquivístico do Santuário, tendo em vista uma gestão documental eficaz nos arquivos “administrativos”»;
- f) elaboração de um manual de arquivo;
- g) «constituição de um Serviço de Arquivo do Santuário de Fátima (SASF)»;
- h) Criação de depósitos distintos para arquivo intermédio e definitivo³⁸¹.

Para a concretização destes objetivos, o redator do projeto propunha iniciar o trabalho de modo semelhante à metodologia que utilizámos neste estudo, prevendo a realização do que chamou de «aprofundamento do pré-diagnóstico», de modo a tornar possível «reconhecer com mais precisão a configuração organizacional do Santuário, o contexto em que os conjuntos documentais a tratar foram produzidos e recebidos organicamente, acumulados, recolhidos ou colecionados, e verificar a sua relação com a estrutura do Santuário e a sua evolução»³⁸². A esta fase seguir-se-ia «a primeira grande operação técnica» onde se iria identificar a informação acumulada sob alçada do SESDI - ao nível da unidade de instalação - para depois, em contexto de uma Comissão, se proceder à sua avaliação³⁸³.

O projeto, cujo cronograma inicial previa estar terminado no prazo de três anos (*i.e.*, cerca de 2005), ainda hoje decorre, sem que a maioria dos objetivos tenham sido atingidos. Não desejando colocar em causa os elementos envolvidos, merecedores da nossa maior estima pessoal e profissional, é nosso entender que o modelo de coordenação do projeto, assente sobretudo em visitas técnicas pontuais, forneceu um apoio e controlo deficitários à equipa de técnicos no local. Do mesmo modo, a opção pelo uso de um software de descrição

³⁸¹ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 7-9.

³⁸² Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 10.

³⁸³ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 10-11.

documental³⁸⁴, transformou aquele que seria um trabalho de identificação, necessariamente breve, num demorado trabalho de descrição, cujos resultados têm utilidade relativa, uma vez que são a nível da unidade de instalação. Em conjunto, estes factos podem ajudar a explicar o porquê de o processo identificação da documentação, previsto realizar ao longo de 2002³⁸⁵, ter terminado somente em janeiro de 2014³⁸⁶, sem que, para além da realização de transferências para o, entretanto criado, depósito de arquivo intermédio³⁸⁷, o processo de descrição tivesse sido acompanhado por uma intervenção ao nível da conceção e implementação de um sistema que permitisse a gestão da informação arquivística tanto na sua fase genésica como pós-genésica, a referida gestão integrada.

As alterações na estrutura do SESDI, consequência da alteração do seu diretor no final de 2013, resultaram na substituição do modelo de assessoria externa permanente, terminada em janeiro de 2015³⁸⁸, pela aposta nos recursos internos. O projeto de gestão integrada encontra-se neste momento a ser alvo de avaliação e reequacionamento.

³⁸⁴ No caso, após utilização inicial de uma base de dados relacional em software da *Microsoft*, foi feita, em 2006, a opção pela aquisição do programa *X-Arq*, da *Mind*.

³⁸⁵ Posteriormente, devido a atrasos no início do projeto, o cronograma foi alterado, ficando prevista a finalização da identificação de espécies para agosto de 2004. Assim, a 29 de abril de 2002, foi proposta recalendarização, com «início dos trabalhos a 1 de Setembro de 2002, devidamente enquadrado no âmbito de um protocolo entre o SF e o CEHR; a realização sequencial das actividades de identificação da documentação e preparação das acções de avaliação, previstas nas fases 1 e 2, a realizar até 31 de Agosto de 2004». Cf. IDEM - *[Memorando sobre projeto de gestão integrada da informação arquivística]*. 2002-04-29. Acessível em ASF. p. 1.

³⁸⁶ O trabalho resultante foi, posteriormente sujeito a um controlo de qualidade, levado a cabo internamente, que resultou na realização de uma série de correções e na identificação de um conjunto de 519 unidades de instalação que não estavam descritas e sua posterior descrição entre agosto e setembro de 2014.

³⁸⁷ Ação que, à luz do paradigma atual, terá que ser entendida como resultante, sobretudo, de questões ligadas à gestão de espaços de armazenamento junto dos serviços produtores.

³⁸⁸ Cf. IDEM – *Arquivo do Santuário de Fátima*.

4 – Classificação da informação

Conteúdos

4. – Classificação da informação

4.1 – Considerações teóricas e metodológicas para a organização da informação arquivística acumulada no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

4.1.1 – Identificação do sistema de informação arquivística

4.1.2 – Representação dos (sub)sistemas produtores de informação arquivística

4.2 – Proposta de quadro de classificação da informação arquivística permanente

Num texto publicado originalmente em 1984, o arquivista italiano Elio Lodolini afirmava que a missão do arquivista era a de conservar os documentos produzidos em épocas passadas. Frisava, contudo, que a conservação não deveria ser entendida de modo passivo, procurando transformar-se numa atividade que implicava a organização, inventariação e valorização dos documentos, inclusive dos que ainda se encontram em produção³⁸⁹. Três décadas depois, atualizaram-se conceitos, modos de estar na profissão e colocou-se o foco na informação e não no documento, mas o conteúdo proposto por Lodolini permanece, na generalidade, válido. Ao arquivista, enquanto gestor de informação, compete organizar a informação arquivística produzida e a produzir por uma entidade, garantindo a sua integridade, a usabilidade, e o seu significado e pertinência ao longo de todo o período de integração no sistema.

A organização da informação, ao articular a informação produzida com uma estrutura e os objetivos que a enformam, confere-lhe organicidade. Esta qualidade, como informação de contexto, permite alargar a compreensão e utilização da informação arquivística, constituindo uma chave fundamental para um de conjunto usos primários e secundários, bem como para as

³⁸⁹ Cf. LODOLINI, Elio – *Archivística: Principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993. p. 27.

atividades de gestão passíveis de executar ao longo do seu período de integração no sistema de informação arquivística.

No nosso entender, a organização, enquanto promotora de uma estrutura lógica da informação arquivística, afigura-se como a função basilar da arquivística hodierna, de onde decorrem e ganham sentido as restantes atividades de gestão, contradizendo a prática de períodos anteriores, fundada na conservação por vezes acrítica ou valorizando somente aspetos extrínsecos dos documentos.

A centralidade da função de organização é proporcional à dificuldade da sua execução, especialmente se orientada para informação produzida e entretanto descontextualizada. Se na estruturação de informação a produzir estamos a modelar o processo informacional futuro, controlando e definindo as variáveis que estruturam o sistema – ou pelo menos grande parte delas –, quando procuramos organizar informação registada em suportes documentais acumulados, a tarefa exige uma aturada pesquisa, por vezes infrutífera, dos contextos normativos, orgânicos e funcionais.

No presente estudo procurámos, ao longo dos capítulos precedentes, definir os contextos que assistiram direta ou indiretamente à produção de informação arquivística no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Neste capítulo, procuramos interpretar os dados recolhidos, de modo a conseguir estabelecer um quadro de classificação que permita estruturar intelectualmente a informação arquivística de conservação permanente que integra o sistema de informação arquivística em intervenção, constituindo simultaneamente um instrumento de organização lógica e promotor do estabelecimento de pontos de acesso à informação³⁹⁰.

³⁹⁰ Nas palavras de Fernanda Ribeiro, «as rubricas da classificação, enquanto elementos ordenadores das unidades de descrição, funcionam também como pontos de acesso e possibilitam uma contextualização adequada dessas mesmas unidades». Cf. RIBEIRO, Fernanda - O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In RIBEIRO, Fernanda, CERVEIRA, Maria Elisa (org.) - *Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: atas*. [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade de do Porto – CETAC.MEDIA, 2013.p. 533.

4.1 – Considerações teóricas e metodológicas para a organização da informação arquivística permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

A organização da informação arquivística de conservação permanente, identificada como integrante do sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, será levada a cabo na sequência do estudo orgânico-funcional e mediante a aplicação de um quadro de classificação ao conjunto de unidades de instalação identificadas entre 2002 e 2014, no decorrer dos trabalhos constantes no projeto de gestão integrada.

A definição do quadro de classificação que ora propomos para a organização da informação esteve sujeito a dois pontos críticos que poderão influenciar a sua execução:

- a) Identificação do sistema de informação, se preferirmos, numa linguagem mais tradicional, a definição da proveniência, do produtor ou do fundo de arquivo;
- b) Compreensão e representação dos (sub) sistemas produtores de informação, ou contextos de produção, numa aproximação ao que tradicionalmente se refere como ordem original.

4.1.1 – Identificação do sistema de informação arquivística

A tradicional conceção do arquivo como um conjunto orgânico de documentos, cuja aplicação foi sistematizada, entre outros, por Michel Duchein, consagra na definição inequívoca da proveniência da documentação o princípio basilar da arquivística. Na sistematização do supracitado autor, para produzir um fundo de arquivo, um organismo deve:

- a) Possuir um nome e existência jurídica próprios, resultante de um ato preciso e

- datado;
- b) Possuir funções precisas e estáveis, definidas num texto normativo com valor reconhecido;
 - c) Ser passível de integrar numa hierarquia administrativa, especialmente se subordinado a outro organismo;
 - d) Ter um responsável, com poderes decisórios próprios do seu nível hierárquico;
 - e) Destas competências, através de delegação de funções, resulta naturalmente a estrutura de serviços da instituição que, sempre que possível, deve ser fixada num organograma³⁹¹.

A abordagem sistémica proposta pela Ciência da Informação, ainda que mudando o foco da análise do continente da informação para o conteúdo informacional, não colocou em causa este princípio basilar. A realidade não é, no entanto, assética, conforme verificamos numa abordagem histórica às entidades políticas, administrativas, comerciais, industriais e associativas com as quais convivemos quotidianamente. Sobejam exemplos de inícios informais para instituições que, posteriormente, se afirmaram e desenvolveram estruturas formais, como a coletividade local, que iniciou por ser um grupo de jovens que se juntava para praticar desporto e, anos depois, se formalizou através da constituição oficial de uma associação.

Também na dinâmica das estruturas eclesiais, existem dificuldades à aplicação direta dos princípios enunciados por Duchein. O caso estudado do nascimento da dimensão institucional do Santuário de Fátima é apenas um exemplo disto. Neste caso específico, a inexistência legal de uma entidade administrativa identificável com o Santuário na sua dimensão topográfica não implica a inexistência de uma entidade responsável ou coordenadora do espaço, nem implica que, socialmente, não fosse associada uma dimensão institucional ao local, o que nos obrigou a avaliar a dimensão em dois eixos estruturantes: o da realidade *de facto* e o da realidade *de iure*.

Na nossa perspetiva, é necessária uma abordagem mais fluida dos princípios anteriormente enunciados, de modo a que estes não funcionem como um espartilho legalista que nos poderá compelir a ignorar o sistema de informação de uma instituição *in fieri*. Todavia, esta não deverá

³⁹¹ Cf. DUCHEIN, Michel – Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. In DUCHEIN, Michel. Études d'archivistique. Paris: Association des Archivistes Français, 1992. p. 17-18.

ser tão fluida que faça perigar o princípio da proveniência, substituindo-o pela lógica do assunto ou da pertinência³⁹².

No caso em estudo³⁹³, a proposta de organização da informação acumulada do sistema de informação arquivística deverá refletir as vicissitudes do desenvolvimento orgânico-funcional estudado ao longo dos capítulos 2 e 3.

Sistematizando o anteriormente exposto, entendemos poder distinguir três momentos diferentes no processo de definição da dimensão institucional afeta ao Santuário:

- a) Entre 1921 e 1927, onde à existência canónica de um santuário enquanto local de culto, corresponde a receção popular de uma dimensão institucional à qual, no entanto, não coincide uma entidade de direito e, *de facto* a administração do local resulta com a ação coordenada de um conjunto de indivíduos encabeçados pelo bispo diocesano;
- b) Entre 1927 e 1940, onde existe a capelania permanente, uma instituição criada pelo bispo diocesano - portanto, no mínimo, reconhecida canonicamente³⁹⁴ -, à qual não é reconhecida personalidade jurídica do ponto de vista civil;

³⁹² Duchein, ainda que reconhecendo dificuldades na aplicação rigorosa do princípio da proveniência, critica abordagens que redundam na aplicação do princípio da pertinência: «en fait, on reconnaît bien vite, dans ce système apparemment séduisant, le visage à peine replâtré du vieux système d'avant Natalis de Wailly: le classement "par sujets" (ou *Pertinenzprizip*, comme disent les Allemands)». Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 19.

³⁹³ Note-se que o sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima gere, para além da informação gerada pelos (sub) sistemas produtores, informação de sistemas terceiros, adquirida por doação e, pontualmente, por depósito, justificada tanto pela sua usabilidade científica como pela dimensão religiosa que, frequentemente, subjaz ao ato de doação.

³⁹⁴ Extrapolando o sentido do direito exposto no cânone 686 §1 do normativo canónico de 1917 em relação às associações de fiéis, em Igreja só são reconhecidas as entidades eretas ou, no mínimo, aprovadas pela autoridade legítima. Os comentadores da edição por nós consultada referem, em relação a este cânone, que da diferença entre a criação e a simples aprovação resulta a capacidade ou incapacidade de possuir e administrar bens temporais: «la erección confiere a las asociaciones personalidad jurídica, con el conseguiente derecho a poseer y administrar bienes temporales [...] mientras que la simples aprobación solamente les confiere el derecho de existir y la capacidad para obtener bienes espirituales». Seguindo esta linha de raciocínio, à Capelania criada pelo bispo em 1927 terá sempre de ser reconhecida, no mínimo, a existência canónica, ainda que não possuísse a faculdade de intervir em atos legais e administrativos. Cf. IGREJA CATÓLICA – *Código de Derecho Canónico* [de 1917]: y *legislacion complementaria*. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Católica, 1954. p. 275.

- c) A partir de 1940, quando a alteração do ambiente regulador conduz à ereção da Fábrica do Santuário, à qual o Estado Português reconhece personalidade jurídica.

Ainda que as abordagens historiográficas ao Santuário façam remontar a sua existência a 1917 – tendo os acontecimentos de 1917 como momento genésico – ou a 1921 – reconhecendo a autorização para celebração de missas no local como reconhecimento canónico do local de culto -, não podemos, do ponto de vista arquivístico, confundir a dimensão topográfica do Santuário, com a sua dimensão institucional. Não o fazendo, seria difícil conciliar a extrema fluidez de critérios necessária a considerar o início do Santuário-instituição em 1921, com o respeito pela proveniência e organicidade da informação e dos sistemas que a estruturam e que desejamos manter³⁹⁵. Entendemos que a informação anterior a 1927 não poderá ser considerada produzida pelo Santuário-instituição e, como tal, terá de ser enquadrada nos seus verdadeiros produtores³⁹⁶. Propomos que sua relação com a dimensão institucional do Santuário possa ser valorizada, num futuro contexto de descrição, com referências concretas nos campos de relação ou, eventualmente, com a constituição de um grupo de fundos³⁹⁷.

De acordo com a nossa leitura do desenvolvimento institucional, consideramos que o Santuário-instituição teve o seu início em julho de 1927, com a criação da Capelania e nomeação do primeiro capelão³⁹⁸. Uma visão legalista levar-nos-á a considerar estarmos, a partir de 1927, perante duas entidades administrativas e dois sistemas de informação arquivística distintos: a Capelania (1927-1940³⁹⁹) e a Fábrica (desde 1940).

³⁹⁵ Como referido anteriormente, entendemos que se deverá ter flexibilidade na aplicação do princípio da proveniência à realidade institucional sem que, no entanto, recusemos a sua validade ou o pretendamos substituir por qualquer outra lógica.

³⁹⁶ Esta informação tem um volume diminuto no contexto da informação atualmente integrada no sistema. Em grande parte foi incorporada para apoio ao desenvolvimento de atividades científicas, como a publicação da obra *Documentação Crítica de Fátima*.

³⁹⁷ Enquanto unidade de descrição arquivística que reflete maioritariamente critérios - eventualmente temáticos - de gestão de arquivos de concentração e não critérios de proveniência.

³⁹⁸ Ainda que, do ponto de vista da informação, tenhamos de considerar todo o ano de 1927, em virtude do capelão ter assumido, *de facto*, responsabilidade de gestão contabilística com efeitos retroativos a 1 de janeiro.

³⁹⁹ Abaixo se referirá que a Capelania não cessa a sua existência com a ereção da Fábrica. Assim, a data final de 1940, deverá ser entendida somente como relativa à existência da Capelania como entidade com funções de administração do local do Santuário.

Sentimos, no entanto, necessidade de apresentar uma segunda visão sobre a organização da informação arquivística, já que entendemos que as vicissitudes legais e administrativas resultantes do difícil relacionamento entre Estado e Igreja ao longo do período genésico do Santuário-instituição conduziram à adoção de estratégias de gestão das dimensões topográfica e institucional do Santuário que conformam um contexto de produção informacional dificilmente captável numa abordagem legalista do princípio da proveniência. Desta visão resulta uma abordagem mais fluida, na qual se entende que a ereção da Fábrica do Santuário, em 1940, não nos coloca perante dois sistemas de informação arquivística distintos, antes que estamos perante um só sistema cujas distintas denominações manifestam diferentes dimensões uma mesma realidade institucional e as condicionantes históricas que influenciaram o seu desenvolvimento. De facto, a Capelania não cessou a sua atividade com a criação da Fábrica e Amílcar Martins Fontes manteve a designação de capelão até agosto de 1941, quando assumiu oficialmente o cargo de reitor⁴⁰⁰. Do mesmo modo, é perceptível a noção de coincidência e continuidade – mais do que de transferência de funções - que a própria instituição tem das realidades da Capelania e da Fábrica, visível, por exemplo, no memorando elaborado por Francisco Pereira de Oliveira aquando do início do reitorado de Luciano Guerra⁴⁰¹, ou no modo como foi gerida a informação dos dois períodos, formando um único conjunto lógico.

Partindo desta visão, poderíamos considerar-nos perante um único sistema de informação, resultante não de duas entidades distintas, mas de uma única dimensão institucional, que se projetou externamente de modo distinto, conforme o ambiente regulador lhe permitia. Compreendemos que esta leitura estará sujeita a crítica, ainda assim, consideramos que o seu aprofundamento não deixaria de ser um interessante exercício de compreensão do significado, âmbito e aplicação das noções de proveniência e organicidade à luz do novo paradigma científico em que está inserida a gestão de informação arquivística.

Da opção por uma das duas abordagens distintas acima referidas resultaria a identificação,

⁴⁰⁰ Ainda hoje existe o corpo de capelães do Santuário, constituindo inclusive um conselho de apoio ao reitor. Nesse sentido, a Capelania continua a existir, não sendo, contudo, perceptível se integrando ou se em paralelo com a Fábrica.

⁴⁰¹ Note-se que Francisco Pereira de Oliveira entrou ao serviço do Santuário ainda no período da Capelania. Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário de 1917 a 1972* [memorando]. 1973-12-31. Acessível em Arquivo do Santuário de Fátima (ASF). UI 341.

no primeiro caso, de dois e, no segundo, de apenas um sistema de informação, ou, numa linguagem tradicional, fundo de arquivo. Todavia, independentemente da abordagem efetuada, o quadro de classificação a propor será idêntico, já que, ainda que se opte por uma abordagem legalista e mais rigorosa do princípio da proveniência, a aplicação dos princípios propostos por Duchein para a gestão da transferência de registos em resultado da transferência de funções leva-nos a considerar a informação da Capelania como parte integrante do sistema da Fábrica.

De facto, segundo o referido autor, da transferência de funções entre duas entidades ativas resulta a plena integração dos registos de informação transferidos nesse contexto no sistema da entidade recetora⁴⁰². Com efeito, consideraremos que, no contexto da continuidade institucional entre Capelania e Fábrica, assumida pelos agentes administrativos coevos, a informação pela Capelania foi integrada no sistema de informação da Fábrica do Santuário.

4.1.2 – Representação dos (sub)sistemas produtores de informação

Delimitado na generalidade o sistema que pretendemos representar nesta proposta de quadro de classificação, colocam-se questões relativas, em primeiro lugar à organização da informação e à possibilidade de identificação e reconstrução da sua ordem original⁴⁰³, bem como ao modo como essa informação de contexto poderá ser estruturada e representada.

⁴⁰² «En règle générale, les documents qui ont été transférés d'un organisme vivant à un autre organisme vivant et y ont été intégrés devront être considérés comme appartenant au fonds de l'organisme qui les a recueillis. Ainsi, si une compétence a été transférée en 1960 d'un organisme A à un organisme B, et l'organisme B a recueilli, à cette occasion, les documents de l'organisme A correspondant à cette compétence remontant jusqu'à 1950, ces documents seront considérés comme faisant partie du fonds de l'organisme B». Note-se que, apesar de indicar a transferência de informação dos dez anos anteriores à transferência, não indica de modo inequívoco que esta prerrogativa se aplica somente à informação ativa. Cf. DUCHEIN, Michel – *Op. cit.*, p. 20.

⁴⁰³ Assumindo que a plena aplicação do princípio da proveniência levará igualmente ao respeito do princípio da ordem original. Considerem-se, a título de exemplo, as definições presentes em CRUZ MUNDET, José Ramón – *Diccionario de Archivística*. Madrid: Alianza, 2011. p. 290-291; IDEM - *Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza, 2012. p. 88-89;

Segundo Fernanda Ribeiro, «a representação correta das unidades arquivísticas analisadas para efeito de um instrumento de acesso à informação só se consegue se a estrutura interna desse instrumento tiver como primeiro critério de ordenação das unidades de descrição, o da classificação orgânico-funcional»⁴⁰⁴, o que nos remete para o respeito dos contextos genésicos enquanto conferentes de organicidade⁴⁰⁵. A questão do respeito pela “ordem original”, enquanto exigência «que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva [...] tenha sido modificada»⁴⁰⁶, torna necessário, no contexto do sistema de informação anteriormente delimitado, que se assuma uma solução de compromisso.

De facto, a ordem original, enquanto contexto de produção, deverá ser mantida e respeitada, por exemplo, como demonstração da integridade do sistema. No entanto, esta ordem só poderá ser respeitada «desde que tenha sido dada uma ordem aos documentos»⁴⁰⁷, o que levanta a questão se a simples acumulação espontânea poderá como ser considerada organização original ou se esta exige o ato crítico e racional de classificar. Para além disso, poderemos questionar-nos sobre o modo como deveremos considerar as reformulações e reorganizações executadas no passado, pois, se o contexto genésico é fulcral para a compreensão completa da informação, descartar informação de um novo contexto dado *a posteriori* será eliminar informação de contexto de um uso pós-genésico que, muitas vezes poderá ser um fator determinante de reconhecimento de pertinência da manutenção da informação no sistema.

Conforme exposto no segundo capítulo deste estudo, a orgânica do Santuário no período anterior ao reitorado de Luciano Guerra baseava-se numa estrutura informal que foi definida

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol - *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 83-84.

⁴⁰⁴ Cf. RIBEIRO, Fernanda – *O uso da classificação nos arquivos* [...]. p. 533.

⁴⁰⁵ Cf. SILVA, Armando Malheiro da - *A informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006. p. 157.

⁴⁰⁶ Cf. ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol - *Os fundamentos da disciplina arquivística*. p. 83.

⁴⁰⁷ Cf. IDEM – *Ibidem*. p. 83.

como sendo de «sectores humanos»⁴⁰⁸. Esta estrutura, pela sua informalidade, é difícil de reconstruir, o que limita as nossas opções de representação à estrutura orgânico-funcional. No entanto, a estruturação de serviços efetuada nos anos 70 do século XX resultou numa reorganização imposta à informação, que foi progressivamente sendo controlada pelos serviços que desempenhavam a função à qual aquela se referia.

Considerou Duchein, no caso de informação de diferentes entidades, as situações em que esta se encontrasse irremediavelmente misturada, deveria ser considerada como integrante do sistema da entidade recetora, numa clara renúncia à reconstrução da ordem original, porque inviável⁴⁰⁹. No caso do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, a informação produzida e gerida pelo seu sistema de informação arquivística foi, a partir de 1973, continuamente objeto de reorganização e reutilização pelos serviços produtores, tendo a informação produzida em data anterior à da estruturação de serviços do início do reitorado Guerra sido integrada na nova estrutura e esta, por vezes, alterada devido a reformulação de serviços ou competências⁴¹⁰.

Consideramos que não só seria inviável tentar reconstituir a ordem original, como esse processo iria resultar no desmembramento e descontextualização da informação.⁴¹¹ Assim, foi tomada a opção de respeitar a estrutura atribuída à informação após a estruturação do início do reitorado de Luciano Guerra, considerando e tentando integrar as classes e classes propostos pelos planos dos vários serviços, sempre que efetivamente utilizados na classificação da informação.

Note-se que não nos encontramos perante a existência de um plano de classificação aplicado a toda a Instituição, antes perante planos de classificação distintos, próprios de cada serviço, que refletem práticas e metodologias de trabalho distintas, privilegiando as partes em detrimento do todo. Da tentativa de respeitar a organização dada pelos serviços produtores e a

⁴⁰⁸ «as pessoas organizavam-se por sectores humanos sob a responsabilidade de um chefe ou do reitor directamente». Cf. SANTUÁRIO DE FÁTIMA – *Estudo de estruturação pastoral*. 1974-09. Acessível em ASF. p. 16.

⁴⁰⁹ Cf. DUCHEIN, Michel – *Op. cit.*, p. 21.

⁴¹⁰ Cf. *Supra* ponto 3.2

⁴¹¹ Existem, por exemplo, casos em que informação foi reutilizada e integrada em novos processos, como, por exemplo, os projetos das obras de alteração da *capelinha* no final da década de 70 do século XX.

classificação efetivamente aplicada, resultou uma proposta de quadro de classificação por vezes discrepante no que respeita ao nível de profundidade, já que em alguns serviços foi prevista uma estrutura mais elaborada que noutros. Pela mesma razão, poderá ser identificada alguma incoerência na forma como, em algumas secções, a informação está organizada por processos e noutras por destinatários ou interlocutores na ação administrativa.

A elaboração desta proposta de quadro de classificação a aplicar à informação arquivística acumulada identificada entre os anos de 2002 e 2014 evidenciou a necessidade de, no futuro, ser elaborado um plano de classificação elaborado à luz da perspetiva sistémica, baseado nas funções desempenhadas e nos processos de negócio que as operacionalizam, na perspetiva do paradigma emergente com a Macroestrutura Funcional (MEF)⁴¹², que se espera possa ser revista na perspetiva das funções sociais e não das funções da administração pública.

⁴¹² Cf. PENTEADO, Pedro (coord), LOURENÇO, Alexandra, HENRIQUES, Cecília – *Macroestrutura Funcional (MEF)* [Em linha]. Versão 2.0. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. [Acedido em 08 de maio de 2013] URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf>

4.2 – Proposta de organização de informação e documentação arquivística permanente

O quadro de classificação proposto à entidade apresenta-se aqui numa versão parcial a título de exemplificação da metodologia aplicada. O quadro *infra* apresenta a totalidade do plano desenvolvido no âmbito da Reitoria e do Serviço de Arquitetura (SEAC), de modo a ilustrar, no primeiro caso, a utilização do plano de classificação setorial – ainda que tenha sido necessária a inclusão de algumas séries não previstas –, e, no segundo, a não existência de plano de classificação formalizado, tendo sido, no entanto, necessário estudar e integrar as estruturas mentais e materiais aplicadas à organização da informação produzida por este serviço. No caso específico do SEAC existe consciência do facto de a opção de respeitar a estrutura mental subjacente à organização da sua informação ter resultado na proposta de um conjunto de séries que, do ponto de vista da organização do conhecimento, poderiam integrar uma só. De facto, o que distingue uma série relativa a «projetos e acompanhamento de obras na Basílica de Nossa Senhora do Rosário» de uma série relativa a «projetos e acompanhamento de obras no Recinto de Oração» não tem a ver com critérios temáticos, de função ou atividade, nem tampouco orgânicos, mas com o facto de estarem apontadas ao objeto, isto é ao espaço de realização das obras.

A estrutura classificativa da informação produzida pelos restantes serviços será representada parcialmente, incluindo apenas o estritamente necessário à compreensão geral de proposta efetuada.

As secções foram estabelecidas com base orgânica, refletindo os vários serviços produtores. No entanto, as subsecções eventualmente criadas podem não refletir esta lógica, pois, ao respeitar a classificação efetivamente utilizada pelos serviços produtores, poderemos ser condicionados à utilização de lógicas funcionais ou mesmo temáticas.

Optou-se pela utilização de um código alfanumérico, prevendo aplicação de símbolos

alfabéticos até ao nível de secção⁴¹³ e numéricos a níveis inferiores. A utilização de uma codificação alfanumérica pretende respeitar a codificação utilizada nos planos de classificação setoriais em uso em alguns dos serviços. De facto, atualmente os serviços são ainda frequentemente referidos pelas “letras” que lhes foram atribuídas na estruturação pastoral dos anos 70 do século XX, sendo a sua inclusão nesta proposta – ainda que revista – um modo de respeitar a tradição administrativa de um período da história da Instituição.

| Nível | Código | Título | Observações |
|------------|----------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sc | A | Reitoria | |
| Sr | 01 | Atas | Exemplo: atas de pedras inaugurais. |
| Sr | 02 | Livros de honra | |
| Sr | 03 | Provisões e normativos | |
| Sr | 04 | Organização de exposições, cursos, concursos e congressos | |
| Sr | 05 | Organização de viagens | |
| Sr | 06 | Planos de atividade | |
| Sr | 07 | Dossiês e estudos de apoio | Maioritariamente compilados por Francisco Pereira de Oliveira |
| Ssc | A | Apoios e Conselhos da Reitoria | Corresp. 1A |
| Sr | 01 | Atas do Conselho de Diretores de Serviço | Outras denominações: Conselho Geral da Reitoria (1975-1980); Conselho Pastoral (1980-2009). Corresp. 1A1 |
| Sr | 02 | Atas do Conselho Restrito da Reitoria | Corresp. 1A2 |

⁴¹³ Considerando eventuais subdivisões dentro deste nível.

| | | | |
|------------|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr | 03 | Atas do Conselho de Capelães | Corresp. 1A3 |
| Sr | 04 | Atas da Comissão de Dinamização de Fátima | |
| Ssc | B | Contactos com Igreja em Portugal | Corresp. 2A |
| Sr | 01 | Bispo, Câmara Eclesiástica de Leiria, Seminário, Conselho Presbiteral, Postulação | Corresp. 2A1 |
| Sr | 02 | Vigarraria e Paróquia de Fátima | Corresp. 2A2 |
| Sr | 03 | Congregações e Sacerdotes em Portugal | Corresp. 2A3 |
| Sr | 04 | Paróquias, Dioceses, Bispos, Conferência Episcopal, Nunciatura, Secretariado Nacional de Liturgia, Ordem de Malta, Irmãs reparadoras, CNIR-FNIRF | Corresp. 2A4 |
| Sr | 05 | Santuários em Portugal | Corresp. 2A5 |
| Sr | 06 | Associações, movimentos e instituições religiosas em Portugal | Corresp. 2A6 |
| Ssc | C | Igreja fora de Portugal | Corresp. 3A |
| Sr | 01 | Santa Sé, Dioceses, Bispos e Sacerdotes Diocesanos fora de Portugal | Corresp. 3A1 |
| Sr | 02 | Congregações e Sacerdotes fora de Portugal | Corresp. 3A2 |
| Sr | 03 | Paróquias e Santuários fora de Portugal | Corresp. 3A3 |
| Sr | 04 | Associações de reitores e diretores de peregrinações fora de Portugal | Corresp. 3A4 |
| Sr | 05 | Outras instituições e movimentos fora de Portugal ⁴¹⁴ | Corresp. 3A5 |
| Ssc | D | Entidades Cívicas | Corresp. 4A |
| Sr | 01 | Organismos da administração pública central e local | Não inclui Assembleia e Câmara Municipal de Ourém e Assembleia e Junta de Freguesia de Fátima |

⁴¹⁴ A proposta de inclusão desta série destina-se unicamente a respeitar a classificação utilizada pelo produtor, originalmente denominada de “diversos/outros”.

| | | | |
|------------|----------|-----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | Corresp. 4A1 |
| Sr | 02 | Órgãos autárquicos locais | Aplica-se somente a Assembleia e Câmara Municipal de Ourém e Assembleia e Junta de Freguesia de Fátima Corresp. 4A2 |
| Sr | 03 | Forças policiais, bombeiros e militares | Corresp. 4A3 |
| Sr | 04 | Outras instituições | Corresp. 4A4 |
| Ssc | E | Contactos personalizados com membros da reitoria⁴¹⁵ | Corresp. 5A |
| Sr | 01 | Reitor | Corresp. 5A1 |
| Sr | 02 | Vice-reitor | Corresp. 5A2 |
| Sr | 03 | Outros ⁴¹⁶ | Corresp. 5A3 |
| Ssc | F | Servidores de Nossa Senhora⁴¹⁷ | Corresp. 6A |
| Sr | 01 | Comunidade sacerdotal | Corresp. 6A1 |
| Sr | 02 | Comunidade das Servas de Nossa Senhora de Fátima | Corresp. 6A2 |
| Sr | 03 | Outros servidores de Nossa Senhora ⁴¹⁸ | Corresp. 6A3 |
| Ssc | G | Apoio aos serviços | Corresp. 7A |
| Sr | 01 | Apoio ao SEAC | Corresp. 7AB |
| Sr | 02 | Apoio ao SEAL | Corresp. 7AC |
| Sr | 03 | Apoio ao SEAS | Corresp. 7AD |

⁴¹⁵ Corresponde à série “assuntos pessoais dos membros da Reitoria”, explicitando o uso dado a esta subclasse.

⁴¹⁶ A proposta de inclusão desta série destina-se unicamente a respeitar a classificação utilizada pelo produtor, ainda que equívoca.

⁴¹⁷ Consideram-se servidores de Nossa Senhora as comunidades ao serviço do Santuário que não integram diretamente nenhum serviço.

⁴¹⁸ A inclusão desta série destina-se unicamente a respeitar a classificação do produtor, originalmente apenas “outros”.

| | | | |
|------------|----------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr | 04 | Apoio ao SEAD | Corresp. 7AE |
| Sr | 05 | Apoio ao SEPRAM | Corresp. 7AF |
| Sr | 06 | Apoio ao SEPALI | Corresp. 7AG |
| Sr | 07 | Apoio ao SEPE | Corresp. 7AH |
| Sr | 08 | Apoio ao SEPEAN | Corresp. 7AI |
| Sr | 09 | Apoio ao SESDI | Corresp. 7AJ |
| Sr | 10 | Apoio ao SEDO | Corresp. 7AL |
| Ssc | H | Comunicação Social | Centro de Comunicação Social |
| Sr | 01 | Notas de imprensa | Inclui boletins do secretariado de informação do Santuário |
| Sr | 02 | Redação do jornal Voz da Fátima | Preparação de artigos e números para publicação |
| Sr | 03 | Fichas de acreditação de jornalistas | |
| Sr | 04 | Apoio à Sala de Imprensa | |
| Sc | B | Serviço de Ambiente e Construções (SEAC) | |
| Sr | 01 | Atas | |
| Sr | 02 | Correspondência geral | Designação utilizada no SEAC, sem codificação associada |
| Sr | 03 | Planos de atividade | |
| Sr | 04 | Pareceres emitidos | Sobre projetos de edificação na freguesia de Fátima |
| Sr | 05 | Inventários e gestão de arquivo | |
| Sr | 06 | Exposições | |
| Sr | 07 | Obras de arte | Correspondência e outra informação acerca de obras de arte, quando não integradas em nenhum |

| | | | |
|----|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | projeto. |
| Sr | 08 | Projetos e acompanhamento de obras na Capelinha das Aparições e anexos ⁴¹⁹ | |
| Sr | 09 | Projetos e acompanhamento de obras na Basílica de Nossa Senhora do Rosário | Inclui instalação de carrilhão elétrico, douramento da coroa, e obras da Capela de S. José. |
| Sr | 10 | Projetos e acompanhamento de obras no Recinto de Oração | Inclui antiga Praça Pio XII |
| Sr | 11 | Projetos e acompanhamento de obras nas Pracetas de Santo António e de São José | |
| Sr | 12 | Projetos e acompanhamento de obras de postos de acolhimento | |
| Sr | 13 | Projetos e acompanhamento de obras na Casa e Hospital de Nossa Senhora das Dores | |
| Sr | 14 | Projetos e acompanhamento de obras na Colunata | |
| Sr | 15 | Projetos e acompanhamento de obras das Salas de Cinema | [Não executadas] |
| Sr | 16 | Projetos e acompanhamento de obras de instalações sanitárias | |
| Sr | 17 | Projetos e acompanhamento de obras no Altar do recinto | |
| Sr | 18 | Projetos e acompanhamento de obras na Casa e Hospital de Nossa Senhora do Carmo | Inclui edifício da reitoria e centro de comunicação social e Capela do <i>Lausperene</i> (atual Capela do Anjo) |
| Sr | 19 | Projetos e acompanhamento de obras nos parques de estacionamento e envolvente imediata do Santuário | Inclui edifício da Livraria |

⁴¹⁹ Para a organização da informação relativa a projetos arquitetónicos e sua execução propõe-se a organização tendo em conta o edifício ou espaço a que se referem, na sequência de lógica utilizada em inventários efetuados anteriormente – já referidos – e de acordo com a visão expressa pelo atual secretário do serviço.

| | | | |
|------------|----------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr | 20 | Projetos e acompanhamento de obras no Centro pastoral de Paulo VI | |
| Sr | 21 | Projetos e acompanhamento de obras na Basílica da Santíssima Trindade | |
| Sr | 22 | Projetos e acompanhamento de obras de monumentos e memoriais | Inclui estátuas da Praça Pio XII, Pórtico do Jubileu 2000 (efémero), nichos das alminhas, monumento do muro de Berlim, <i>etc.</i> |
| Sr | 23 | Projetos e acompanhamento de obras na Avenida D. José Alves Correia da Silva | |
| Sr | 24 | Projetos e acompanhamento de obras no Moimento, Aljustrel e Valinhos | Inclui Calvário Húngaro |
| Sr | 25 | Projetos e acompanhamento de obras em edifícios autónomos | Inclui Casa de São Miguel, Casa da Visitação, <i>etc.</i> |
| Sc | C | Serviço de Alojamentos (SEAL) | |
| Sr | 01 | Atas | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 14 | Inquéritos | |
| Sc | D | Serviço de Associações (SEAS) | |
| Sr | 01 | Relatórios | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 04 | Inquéritos | |
| Sc | E | Serviço de Administração (SEAD) | |
| Sr | 01 | Registo de perdidos e achados | |
| Sr | 02 | Comunicações internas | |
| Ssc | A | Conselho de Administração (COAD) | |
| Ssc | B | Conselho de Finanças | |
| Ssc | C | Comissão Socio-caritativa | |

| | | | |
|-----|-----|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Ssc | D | Fundo de Caridade (FUNCA) | |
| Ssc | E | Aprovisionamento e património | |
| Ssc | F | Receção | |
| Ssc | G | Expediente geral | |
| Ssc | H | Gestão de Recursos Humanos | |
| Ssc | I | Comercialização de artigos religiosos | Inclui livraria e fabrico de hóstias |
| Ssc | J | Gestão contabilística e financeira | |
| Ssc | K | Administração do jornal 'Voz da Fátima' | Pertence ao Santuário desde 1973 |
| Ssc | L | Informática | |
| Sc | F | Serviço de Promoção e Preservação do Ambiente (SEPRAM) | |
| Sr | 01 | Correspondência | |
| Sr | 02 | Críticas e sugestões | |
| Sc | G | Serviço de Pastoral Litúrgica (SEPALI) | |
| Sr | 01 | Registo de casamentos batismos e óbitos | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 09 | Registo de bênção de viaturas | |
| Sc | H | Serviço de Peregrinos (SEPE) | |
| Sr | 01 | Processos de peregrinação | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 24 | Mensagens / "Correio de Nossa Senhora" | Responsável pelo tratamento desta informação |
| Sc | I | Serviço de Peregrinações Aniversárias | |
| Sr | 01 | Correspondência | |

| | | | |
|-------------|----------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sr | 02 | Preparação de guiões litúrgicos | |
| Sc | J | Serviço de Estudos e Difusão | |
| Sr | 01 | Registo de ponto | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 04 | Comunicações internas | |
| Ssc | A | Estudos | Corresp. 1J |
| Sssc | A | Arquivo Documental | Corresp. 1J1.1 |
| Sssc | B | Arquivo de Imprensa | Gere coleção de analíticos de imprensa Corresp. 1J1.2 |
| Sssc | C | Arquivo fotográfico | Corresp. 1J1.3 |
| Sssc | D | Biblioteca | Corresp. 1J2 |
| Sssc | E | Museu e Colecionismos | Corresp. 1J3 e 1J4 |
| Sssc | F | Centro de Documentação⁴²⁰ | Gere bases de dados relativas ao culto de Nossa Senhora de Fátima no mundo e às imagens peregrinas oficiais de Nossa Senhora de Fátima Corresp. 1J5 |
| Sssc | G | Investigação | Corresp. 1J6 |
| Ssc | B | Difusão | Corresp. 2J |
| Sssc | A | Secretariado de Informações do Santuário | Até c. 1988 Corresp. 2J1 |
| Sr | 01 | Assessoria de imprensa | Corresp. 2J1.1 |
| Sssc | B | Jornal <i>Voz da Fátima</i> | de 1973 até c. 1988 Corresp. 2J2 |

⁴²⁰ Corresponde, na prática a um centro de documentação.

| | | | |
|------|-----|------------------------------------|--------------|
| Sssc | C | Cursos, conferências e exposições | Corresp. 2J4 |
| Sssc | D | Intercâmbio Mariano ⁴²¹ | Corresp. 2J5 |
| Sssc | E | Edições | Corresp. 2J6 |
| Sc | L | Serviço de Doentes ⁴²² | |
| Sr | 01 | Correspondência | |
| Sr | ... | ... | |
| Sr | 09 | Fichas de peregrinos a pé | |

⁴²¹ Contém apenas informação relacionada com permutas de livros.

⁴²² A organização original confunde o Serviço de Doentes e a ação do seu diretor como assistente do Movimento Mensagem de Fátima.

5 – Conclusão

O presente estudo resulta de um processo dinâmico na sua conceção e execução. A proposta inicialmente apresentada ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima previa a realização de um estudo de diagnóstico sobre o sistema de informação arquivística daquela Instituição, compreendendo seu o estudo orgânico-funcional, a avaliação do sistema de Informação, dos procedimentos de trabalho das várias unidades orgânicas e das necessidades informacionais sentidas neste contexto, evidenciando-se, em alguns casos, necessidades de formação na área da gestão da informação arquivística.

A observação direta do modo como se efetua a gestão da informação no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, bem como o trabalho desenvolvido, fruto de projeto iniciado em 2002, levou-nos a reformular o plano inicial, fazendo-o incidir no estudo diacrónico das estruturas orgânica e funcional, na análise das políticas de gestão de informação arquivística em vigor na Instituição ao longo do tempo e, com base nestes dados, elaborar uma proposta de quadro de classificação aplicável à organização da informação arquivística acumulada⁴²³.

Do desenvolvimento do estudo conducente ao cumprimento dos objetivos propostos foi possível:

- a) traçar o desenvolvimento da dimensão institucional associada ao Santuário de Fátima, numa realidade complexa, com distintos ritmos nas dimensões *de facto* e *de iure*, com implicações ao nível da organização da informação arquivística, nomeadamente na delimitação do sistema e subsistemas presentes e que terão de ser consideradas no estabelecimento de futuros instrumentos de organização e descrição da informação;

⁴²³ O universo da informação arquivística aqui referido deverá ser entendido como circunscrito àquele cujo conhecimento resulta do levantamento e descrição ao nível da unidade de instalação realizado entre 2002 e janeiro de 2014, ao abrigo do projeto de gestão integrada referido no terceiro capítulo do presente estudo.

- b) identificar o ambiente regulador, nas suas dimensões civil e canónica, a que a Instituição esteve sujeita ao longo da sua existência, enquanto fator determinante das práticas administrativas e, como tal, da estruturação da informação;
- c) identificar políticas distintas de gestão da informação arquivística, nomeadamente:
 - a. no período anterior a 2002, em que, apesar da introdução de medidas técnicas arquivísticas como a utilização de planos de classificação – denominados internamente como “organigramas” –, existia, na prática, a distinção entre o arquivo administrativo⁴²⁴ e o arquivo histórico⁴²⁵. Neste longo período cronológico, distinguimos o período entre 1927 e 1973, no qual a produção e a gestão da informação eram centralizadas na secretaria, e o período pós-1973, no qual, em virtude da estruturação de serviços, a produção se tornou pluricelular, ainda que a coordenação da política de gestão fosse tendencialmente centralizada através da ação da reitoria e do órgão colegial dos diretores de serviço;
 - i. após 2002, com o desenvolvimento de um projeto de gestão integrada da informação arquivística, que previa inicialmente uma intervenção profunda destinada não só a organizar, avaliar e descrever a informação permanente, mas também a lançar as bases de um sistema de gestão da informação baseada no modelo (ainda) do ciclo vital tripartido do documento. Do projeto, não desenvolvido na sua totalidade, resultou, até janeiro de 2014, o levantamento e descrição das unidades de instalação acumuladas no depósito denominado de arquivo definitivo, bem como na criação de duas salas de depósito destinadas a arquivo intermédio⁴²⁶.

⁴²⁴ Constituído pela informação produzida e recebida pelos serviços desde 1927, considerada ativa e sujeita a reorganização de acordo alterações à estrutura funcional e a reintegração em novos processos.

⁴²⁵ Conhecido na entidade como ‘arquivo documental’, constituído maioritariamente por coleções de informação provenientes sobretudo de terceiros, coligidas a título de suporte a estudos científicos.

⁴²⁶ Resultante da aplicação do modelo do ciclo de vida tripartido do documento.

Tendo em consideração os elementos recolhidos nas fases anteriores deste estudo, procurou-se, então, discuti-los, relacionando-os com os princípios da arquivística⁴²⁷, bem como delimitar o sistema de informação arquivística do Santuário de Fátima e os seus subsistemas. Desta reflexão concluiu-se que, não cessando, à data da ereção da Fábrica do Santuário, a atividade da Capelania instituída em 1927 e considerando que, à transferência de funções entre ambas, correspondeu a transferência da informação arquivística associada, segundo os princípios enunciados por Michel Duchein, se deveria considerar estarmos perante um só sistema de informação arquivística. Após proposta de delimitação do sistema, a reflexão dirigiu-se para a organização da informação que este integra através da representação dos seus contextos genésicos. Neste ponto, mereceram especial destaque as considerações relativas à ordem original, uma vez que, no decorrer da investigação, se detetou que a informação arquivística foi continuamente objeto de reorganização e reutilização, nomeadamente a partir de 1973, com a estruturação de serviços do reitorado de Luciano Guerra.

Desta reflexão resultaram os pressupostos teóricos e metodológicos que assistiram à elaboração de uma proposta de quadro de classificação a aplicar à informação arquivística acumulada, objeto de identificação entre os anos de 2002 e 2014.

O presente estudo não é entendido como um ponto de chegada, antes um ponto de partida. A visão que lhe está subjacente é a de contribuir, criticamente, para o desenvolvimento de um sistema de gestão da informação, independentemente da sua idade ou uso para que, em conjunto com a biblioteca e centro de documentação, possa suprir as necessidades informacionais dos utilizadores internos da instituição e igualmente de eventuais utilizadores externos que possam surgir.

A conceção de um tal sistema exige um aprofundado conhecimento da entidade que serve. Ao estudo da evolução orgânica e funcional e ao levantamento do ambiente regulador, já levados a cabo, será necessário, de futuro, juntar a identificação dos processos de negócio que operacionalizam as funções, bem como da informação arquivística gerada, a normalização dos formulários e suportes de registo, para além dos fluxos de informação, *etc.*

⁴²⁷ Nomeadamente os princípios da proveniência e da ordem original, conforme sistematização, entre outros, de Michel Duchein.

Partindo deste conhecimento, será possível a elaboração de um conjunto de instrumentos de gestão que darão forma à política de gestão da informação organizacional, designadamente:

- a) plano de classificação a aplicar à informação pelo serviço produtor e que deverá ser elaborado com base na estrutura funcional, porque mais estável que a estrutura orgânica, podendo seguir o paradigma emergente na sequência da Macroestrutura Funcional (MEF) e dos Planos de Classificação desenvolvidos conforme a MEF, querendo a DGLAB, numa nova revisão da MEF, optar pelas funções sociais em desfavor das funções da Administração Pública. Este plano deverá ter associado, partindo de um necessário trabalho de avaliação dos fluxos informacionais e da sua pertinência para a Instituição, a indicação dos prazos de conservação e dos destinos finais previstos para dar à informação;
- b) quadro de classificação a aplicar à informação acumulada produzida antes da entrada em vigor de um novo plano de classificação a criar;
- c) manual de procedimentos, com indicação de *workflows* e informação a produzir no contexto de cada atividade;
- d) regulamento do arquivo, enquanto unidade orgânica promotora da gestão do sistema de informação arquivística, que deverá estabelecer o modo como este serviço se relacionará com os serviços produtores e os apoiará na produção, gestão e uso da informação;
- e) plano de formação interna acerca da gestão da informação organizacional, tendo em vista os colaboradores dos distintos serviços produtores;

A informação é um ativo tão importante quanto menosprezado na maioria das instituições. A conceção de um sistema de gestão deste ativo, devidamente fundamentado no conhecimento da realidade e das necessidades da instituição, representa um investimento com ganhos de eficácia e eficiência nos atos administrativos e nos processos de tomada de decisão. Esperamos que este estudo se constitua como um contributo útil no processo de construção de um sistema de Informação efetivo no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Bibliografia e Fontes

[A]

ABREU, José Paulo - Arquivos eclesiásticos: orientações e normas. *Theologica*. 35:1(2000). p. 201–225.

____ A Igreja e os seus arquivos: história e normas até 1983. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000.

AN, Xiaomi - An integrated approach to records management. *The information management journal*. [s.l.]: Association of Records Managers & Administrators. Vol. 37, n.º 4 (2003), p. 24-30.

ANTÓNIO, Júlio Rafael, SILVA, Carlos Guardado da – *Organização de Arquivos Definitivos: Manual Arqbase*. Lisboa: Colibri, 2006.

ASOCIACIÓN DE ARCHIVEROS DE LA IGLESA EN ESPAÑA - [Estatutos] [Em linha]. [s.l.: s.n, s.d.]. [Acedido em 20 out. 2014] URL: <<http://www.scrinia.org/quienes.php?seccion=estatutos>>.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (Ed.) - *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques de France*. Paris : Ministère des Affaires Culturelles, 1970.

ASSOCIAZIONE ARCHIVISTICA ECCELSIASTICA - Lo statuto [Em linha]. 1956. [Acedido em 20 out. 2014]. URL:<<http://www.archivaecclisiae.org/index.php/associazione/lo-statuto>>.

ATZORI, Emanuele - Sull'archivista «schiavetto negro» degli «aristocratici della scienza» [Em linha]. *Foederis Arca*, 11 Abr. 2012. [Acedido em 29 out. 2014]. Url: <<http://foederisarca.wordpress.com/2012/04/11/sullarchivista-schiavetto-negro-degli-aristocratici-della-scienza/>>.

[B]

BADINI, Gino - Archivi e Chiesa : Lineamenti di archivistica ecclesiastica e religiosa. 3ª ed. Bolonha: Pàtron, 2005.

BOAGA, Emanuele; PALESE, Salvatore; ZITO, Gaetano (Eds.) - Consegnare la memoria : manuale di archivistica ecclesiastica. Firenze: Giunti Editore, 2003.

BROEDERICK, Robert C. - The Catholic Consise Encyclopedia. St. Paul: Catechetical Guild Educational Society, 1957.

[C]

CABECINHAS, Carlos – Liturgia e Fátima. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Príncipeia, 2007. p. 308-319.

CATHOLIC ARCHIVES SOCIETY – Constitution [Em linha]. 1994. [Acedido em 20 out. 2014]. URL: <<http://catholicarchivesociety.org./home/constitution>>.

CARREIRA, João (atribuído a) – [Livro de registo de receitas]. 1925-1926. Acessível em ASF. UI 2000.

COELHO, Pedro João Fraga - O arquivo da Liga Portuguesa de Futebol Profissional: uma abordagem sistémica. Porto : Faculdade de Engenharia Universidade do Porto, 2010. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação.

COMISSÃO PAROQUIAL RELIGIOSA – [Livro de atas]. 1915-1933. Registo de atas e dívidas da comissão encarregue das obras da Igreja Paroquial. Cópia acessível em ASF. UI 459.

CORPORAÇÃO PAROQUIAL ENCARREGADA DO CULTO – [Procurações]. 1933(?) -1936. Legado de José Vicente do Sacramento ao Santuário de Fátima. Cópia acessível em ASF. UI 316, doc. 'DC 316.8'.

_____ Testamento cerrado. 1926. Legado de José Vicente do Sacramento ao Santuário de Fátima. Cópia acessível em ASF. UI 316, doc. 'DC 316.10'.

CORREIA, António - Fátima e o ressurgimento de Portugal. Lisboa : Edição do Autor, [1938].

COSTA, Avelino Jesus da - Aparições de Nossa Senhora, no Barral, a 10 e 11 de Maio de 1917. Pontifícia Academia Mariana Internationalis. VI (Maria, Mater Ecclesiae, eiusque interventur decursus saeculorum...). p. 347-362.

____ Arquivos eclesiásticos. Em Dicionário de História da Igreja em Portugal. Lisboa : Editorial Resistência, 1980. p. 515–553.

CRISTINO, Luciano - Capelania. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Princípia, 2007. p. 82-84.

CRISTINO, Luciano – <O> Santuário de Fátima. In Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima, 1, Fátima. A Pastoral de Fátima. Fátima: Santuário, 1996. p. 43 – 68.

____ Síntese Histórica de Fátima. In CORSÉPIUS, Enrich. Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985. Fátima: Santuário, [1985]. pp. 17-26.

____ Voz da Fátima. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Princípia, 2007. p. 619-623

CRUZ MUNDET, José Ramón – Diccionario de Archivística. Madrid: Alianza, 2011.

____ Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos. Madrid: Alianza, 2012.

[D]

DECRETO n.o 187/75. Diário do Governo. I Série, 79/1975(1975-04-04). p. 517.

DECRETO n.o 3856. Diário do Governo. I Série, 34(1918-02-23). p. 128-131.

DECRETO n.o 11887. Diário do Governo. I Série, 152(1926-07-15). p. 789-792.

DECRETO-LEI n.o 16/93. Diário da República. I Série, 19/1993(1993-01-23). p. 264-270.

DECRETO-LEI n.o 149/83. Diário da República. I Série, 78/1983(1983-04-05). p. 1150-1152.

DECRETO-LEI n.o 37008. Diário do Governo. I Série, 186(1948-08-11). p. 801-802.

DOCUMENTAÇÃO Crítica de Fátima. 16 vols. Fátima : Santuário, 1992-2013.

DUARTE, Marco Daniel - Capelinha. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Princípia, 2007. p. 84-86.

____ Museu. Enciclopédia de Fátima. Estoril : Princípia, 2007. p. 361-365.

____ Fátima e a criação artística (1917-2007): o Santuário e a Iconografia: a arte como cenário e como protagonista de uma específica mensagem. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

DUCHEIN, Michel – Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. In DUCHEIN, Michel. Études d'archivistique. Paris: Association des Archivistes Français, 1992. p. 9-34.

DUQUE, João - Santuário. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Príncípia, 2007. p. 514-520.

____ <O> Santuário transfiguração do espaço e do tempo. In CARVALHO, José Carlos (coord.) A Consagração como dedicação na Mensagem de Fátima. Fátima: Santuário, 2014. p. 293-308.

[E]

ELIADE, Mircea – O Sagrado e o Profano: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, 1999.

ENCICLOPÉDIA Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa: Editorial Verbo, 1998.

[F]

FONTES, Paulo - Arquivística religiosa e património documental da Igreja Católica: o caso português. In Memoria Ecclesiae XVI : Oviedo : [Asociación de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 109–120.

FUENTE, Maria José de la - As construções no recinto do Santuário. In CORSÉPIUS, Enrich. Expansão Urbanística de Fátima: Expofat: 1917-1985. Fátima: Santuário, [imp. 1992]. p. 55-93.

[G]

GILLES, Bouis; OTTO, Arnold - Archives et archivistes ecclésiastiques em France et Allemagne : Org.anisation, formation, objectifs communs. [Em linha]. In Deutscher Archivtag. Saarbrucker : [s.n.]. [Acedido em 11 de dez. de 2014] URL: <http://www.aaef.fr/images/pdf_divers/Texte%20Deutscher%20Archivtag%202013.pdf>.

GOMES, Manuel Saturino da Costa – Estatuto jurídico do Santuário de Fátima. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Príncipeia, 2007. p. 199-203.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. vol. XXIV. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia Lda, [s.d.].

GUERREIRO, Jacinto - A função pastoral dos arquivos eclesiásticos. Lumen. 60:1 (1999) p. 66–30.

[H]

HEVIA BALLINA, Agustín - Los archivos de la Iglesia, memoria viva de la comunidad cristiana, testigos de la vida y de la historia: los archivos catedralicio e histórico diocesano de Oviedo, instituciones al servicio de la Iglesia y de Asturias. Oviedo : Real Instituto de Estudios Asturianos, 2000.

[I]

IGREJA CATÓLICA – Código de Derecho Canónico [de 1917]: y legislacion complementaria. 5.ª ed. Madrid: La Editorial Católica, 1954.

____ Código de Direito Canónico [de 1983]. 4.ª ed. Braga: Editorial Apostolado da Oração, [2007].

IGREJA CATÓLICA. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja – A função pastoral dos arquivos eclesiais. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Lisboa : CEHR, 2000. p. 282- 298.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 1939-1958 (Pio XII) – Concessão do título de Basílica menor à Igreja de Nossa Senhora do Rosário. 1954. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.62(1)'.

____ Inter Sanctam Sedem et Republicam Lusitanam Sollemnes Conventiones. Acta Apostolica Sedis: comentarium officiale. [Vaticano]: Typis Vaticanis. vol. XXX, n.º 7 (1940-07-01). p. 217-244.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 1958-1963 (João XXIII) – Discorsi, messaggi, colloqui del Santo Padre Giovanni XXIII. vol. II. Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1961.

____ Discorsi, messaggi, colloqui del Santo Padre Giovanni XXIII. vol. III. Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1962.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 1963-1978 (Paulo VI) – Insegnamenti di Paolo VI. vol. I, Vaticano: Libreria Editrice Vatican, 1964.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 1978-2005 (João Paulo II) – Insegnamenti di Giovanni Paolo II. vol. 3-2. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana: 1980.

____ Insegnamenti di Giovanni Paolo II. vol. 11-2. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana: 1989.

____ Litterae apostolicae 'motu proprio' datae quibus lex promulgatur de Sanctae Sedis tabulariis. Acta Apostolica Sedis: comentarium officiale. [Vaticano]: Typis Vaticanis. vol. XCVII, n.º 4 (2005). p. 353-376.

IGREJA CATÓLICA. Papa, 2005-2013 (Bento XVI) – Concessão do título de Basílica menor à Igreja da Santíssima Trindade. 2012. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.70'.

[K]

KONDOR, Luís; ALONSO, Joaquín Maria (Ed. lit.) - Memórias da Irmã Lúcia. 13.a ed. Fátima : Secretariado dos Pastorinhos, 2007.

[L]

LEI da separação do Estado das Igrejas. Diário do Governo. I Série, 92(1911-04-21). p. 1619-1624.

LEI n.o 13/85. Diário da República. I Série, 12/1985(1985-01-15). p. 1865-1874.

LEI n.o 107/2001. Diário da República. I Série, 209/2001(2001-09-08). p. 5808-5829.

LEIRIA. Bispo, 1920-1957 (José Alves Correia da Silva) – Carta Pastoral sobre o culto de Nossa Senhora da Fátima. Lisboa: União Gráfica, 1930.

____ Carta do P.e Agostinho a D. José. 1941.04.01. Acessível em ASF. UI 10710.

____ [Documentos justificativos de despesa]. 1924-1957. Acessível em ASF. UI 1093.

____ Estatutos: Corporação Paroquial encarregada do Culto. 1926.09.10. Cópia manual do processo de aprovação dos estatutos e à nomeação da direção da Corporação Paroquial encarregada do culto na paróquia de Fátima. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DC 74.68'.

____ Isenção paroquial do Santuário de N. Senhora do Rosário da Fátima: Provisão. 1946-08-10. Desmembra o Santuário de Fátima da Paróquia de Fátima. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS 74.60(3)'.

____ Museu-Biblioteca do Santuário de Nossa Senhora de Fátima: Provisão de D. José Alves Correia da Silva Bispo de Leiria (Fátima). 1955-08-13. Acessível em ASF. UI 71, doc. 'DS 74.73'.

____ Provisão. 1941-08-18. Isenta o Santuário de Fátima da jurisdição da Paróquia de Fátima e nomeia Amílcar Martins Fontes reitor do Santuário. Acessível em ASF. UI. 74, doc. 'DS 74.60(1)'.

____ [Provisão Episcopal]. 1941-01-22. Permite celebração dos sacramentos do batismo e matrimónio. Acessível em ASF. UI 74, doc. 'DS 74.59(5)'.

LEIRIA. Bispo, 1972-1993 (Alberto Cosme do Amaral) – [Provisão]. 1973.02.13. Acessível em ASF. UI. 74.

LEIRIA. Bispo, 1993-2006 (Serafim Ferreira e Silva) – Notas gerais sobre o património cultural [Em linha]. 2002-12-04. [Acedido em 2015-01-15]. Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/224/2002-12-04_Normas_Patrimonio.pdf>.

LEIRIA. Bispo, 2006- ... (António dos Santos Marto) – Comunicação à Diocese da nomeação do Padre Virgílio Antunes como Bispo de Coimbra [Em linha]. 2011-04-28. [Acedido em 2015-01-15] Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/424/2011.04.28_ComunicadoBispoCoimbra.pdf>.

____ Nomeações do Bispo diocesano [Em linha]. 2014-06-16. [Acedido em 2015-01-15] Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/8662/2014-06-16_nomeacoes_lf.pdf>.

____ Mudanças no serviço eclesial, em setembro de 2014 [Em linha]. 2014-09-26. [Acedido em 2015-01-15] Url: <http://www.leiria-fatima.pt/attachments/article/8819/2014.09.26_Comunicado.pdf>.

LESSARD-HÉBERT; Michelle ; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald) – Investigação Qualitativa: Fundamentos e Prática. 4.ª ed. Lisboa: Instituto Piaget. 2010.

LEUMAS, Émile G., NEWCOMER, Audrey P., TREANOR, John J. - Managing Diocesan Archives and Records: a guide for Bishops, Chancellors and Archivists. Chicago: Association of Catholic Diocesan Archivists, 2012.

LODOLINI, Elio – Archivística: Principios y problemas. Madrid: ANABAD, 1993.

[M]

MANOEL, Francisco D'Orey et al. - Arquivos administrativos: manual de formação. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2009.

MARCHISANO, Francesco - El archivo, el archivero y la archivística eclesiástica. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). Archivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Lisboa : CEHR, 2000. p. 99-113.

____ La función pastoral de los archivos eclesiásticos. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). Archivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Lisboa : CEHR, 2000. p. 115-125.

MILANI, Daniela - La tutela dei dati personali nell'ordinamento canonico: interessi istituzionali e diritti individuali a confronto [Em linha]. [s.d.]: Ossevatorio delle libertà ed istituzioni religiose, [s.d.]. [Acedido em 19 ago. 2014]. Url: <www.olir.it>.

MONACHINO, Vincenzo - La «Associazione Archivistica Ecclesiastica» e l'odierna situazione degli archivi ecclesiastici italiani [Em linha]. [s.l.: s.n., s.d.]. [Acedido em 20 out. 2014]. Url: <<http://www.archivaecclisiae.org/index.php/quaderni-1>>.

[N]

NEVES, João César das - O século de Fátima. S. João do Estoril : Principia, 2002.

NEVES, José Manuel Poças das – a Fátima dos inícios do Século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917). Fátima: Rotary Club, 2005.

NP 4041. 2005. Informação e Documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: IPQ, 2005.

NP 4438. 2005. Informação e Documentação – Gestão de documentos de arquivo: Parte 1: Princípios directores. Lisboa: IPQ, 2005.

NOVO Testamento. Fátima: Difusora Bíblica, [1999].

[O]

OLIVEIRA, Francisco Pereira de – Para a história de Fátima. In Cinquentenário de Fátima: Homenagem aos Reitores do Santuário. [Fátima: s.n., 1969]. p. 12-20.

____ Vida administrativa do Santuário de 1917 a 1972 [memorando]. 1973-12-31. Acessível em ASF. UI 341.

O'TOOLE, James M. - Basic standards for diocesan archives: a guide for Bishops, Chancellors and Archivists. Chicago: Association of Catholic Diocesan Archivists, 1991.

[P]

PENTEADO, Pedro – Arquivo. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Príncipeia, 2007. p. 47-54.

PENTEADO, Pedro (coord.), LOURENÇO, Alexandra, HENRIQUES, Cecília – Macroestrutura Funcional (MEF) [Em linha]. Versão 2.0. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. [Acedido em 08 de maio de 2013] Url: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf>.

[R]

RESOLUÇÃO da Assembleia da República n.o 74/2004. Diário da República. I Série A, 269(2004-11-16). p. 6741-6750.

ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves – Os arquivos das paróquias do município de Sintra: contributo para a sua reconstituição. Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado.

ROSA, Maria de Lurdes – Bibliografia geral sobre arquivística religiosa. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. Lisboa : CEHR, 2000. p. 267-277.

ROSA, Maria De Lurdes; PENTEADO, Pedro - Arquivos eclesiásticos. In Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa : Círculo de Leitores, 2000. p. 118-133.

____ Arquivos eclesiásticos em Portugal: ponto da situação. In Memoria Ecclesiae XVI. Oviedo : [Asociacion de Archiveros de la Iglesia en España], 2000. p. 121–134.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol - Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

RIBEIRO, Fernanda – O acesso à informação nos arquivos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, 2 vol. Dissertação de doutoramento.

____ O uso da classificação nos arquivos como instrumento de organização, representação e recuperação da informação. In RIBEIRO, Fernanda, CERVEIRA, Maria Elisa (org.) - Informação

e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano: atas. [Porto]: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA, 2013. p. 528-539.

[S]

SÁ, Clara Joana Freitas Pinto de - O Acesso a arquivos paroquiais: proposta de modelo de instrumento de descrição documental para os arquivos de Santo Estêvão e São Miguel de Alfama, Lisboa. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.

SANTUÁRIO DE FÁTIMA – [Acta da 31.a reunião da Comissão Científica da Documentação Crítica de Fátima]. 2003-04-05. Disponível em ASF.

____ Arquivo de livros e documentos da contabilidade do Santuário de Fátima.

____ Arquivo do Santuário de Fátima. 2015-01-22. Email formalizando cessação de assessoria permanente. Acessível em ASF.

____ “Arrumação” do arquivo da secretaria. Post. 1977. Acessível em ASF. UI 6784.

____ Caderno das despesas do ano de 1927. 1927. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251.

____ [Capela das aparições]. 1927-1977. Acessível em ASF. UI 5096.

____ Carta a Agostinho Barroso Gonçalves. 1980-03-04. Acessível em ASF. UI 319, doc. ‘DS 319.11’.

____ Carta a António Antunes Borges. 1980-07-15. Acessível em ASF. UI 319, doc. ‘DS 319.7’.

____ Certidão. 1979-02-28. Acessível em ASF. UI 74, doc. ‘DS 74.47’.

____ [Certidão de venda]. 1941-08-11. Relativa à transferência de propriedade de imóveis de Manuel Marques dos Santos para a Fábrica do Santuário. Acessível em ASF. UI 292, doc. ‘DS 292.7’.

____ [COGERE: Reunião n.o 3 – 2/76]. 1976-06-29. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 1. p. 16 e ss.

____ [COGERE: Reunião n.o 5 – 4/76]. 1976-11-09. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 1. p. 26 e ss.

____ [COGERE: Reunião n.o 14 – 1/79]. 1979-12-28. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 1, p. 244 e ss.

____ [COGERE: Reunião n.o 15 – 1/80]. 1980-01-11. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 2. p. 4-5.

____ [COGERE: Reunião n.o 16 – 2/80]. 1980-02-01. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 2. p. 9.

____ [COGERE: Reunião n.o 97 – 9/97]. 1997-11-12. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere/COPA n.o 4. p. 3.

____ Delimitação e relacionamento de serviços. 1980-04-26. Acessível em ASF. UI 11653.

____ Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Fátima: Santuário, [2006].

____ [Estrutura Pastoral]. 2005-09-29. Acessível em ASF.

____ Estudo de estruturação pastoral. 1974-09. Acessível em ASF.

____ [Fatura 2]. 1927-07-26. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251.

____ [Livro de receita e despesa de 1927]. 1927. Acessível em ASF. UI 2001.

____ [Livro de receita e despesa de 1928]. 1928. Acessível em ASF. UI 2002.

____ [Livro de receita e despesa de 1929]. 1929. Acessível em ASF. UI 2003.

____ [Livro de receita e despesa de 1931]. 1931. Acessível em ASF. UI 2006.

____ [Livro de receita e despesa de 1940]. 1940. Acessível em ASF. UI 2017.

____ [Livro de receita e despesa do ano de 1950]. 1950. Acessível em ASF. UI 2029.

____ [Livro de receita e despesa da secção de artigos religiosos: anos 1954-1956]. 1954-1956. Acessível em ASF. UI 2031.

____ [Livro de receita e despesa da secção de artigos religiosos: anos 1949-1950] Acessível em ASF. UI 2032.

____ Livro do pomto dos peçoal dos serviços da Cova da Iria. 1927. Documentos comprovativos das contas de 1927 e 1928. Acessível em ASF. UI 2251.

____ Localização (sic) do arquivo da correspondência. Post. fev. 1980. Acessível em ASF. UI 28.

____ [Memorando a Francisco Pereira de Oliveira]. c. 1976-10-29. Acessível em ASF, Livro de atas do Cogere n.o 1. p. 83-84.

____ [Memorando sobre projeto de gestão integrada da informação arquivística]. 2002-04-29. Acessível em ASF.

____ Movimento de estrangeiros no Serviço de Informações - Agosto - Setembro de 1957. In Boletins de estatística. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55.

____ Movimento de Fátima em 1959. In Boletins de estatística. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55.

____ Movimento de peregrinos de Fátima durante o ano de 1960. In Boletins de estatística. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55.

____ Movimento religioso e de doentes no Santuário de Fátima, durante o ano de 1934. In Boletins de estatística. 1927-1961. Acessível em ASF. UI 55.

____ [Plano de atividades do SESDIFA para o ano de 1976/77]. 1976. Acessível em ASF. Livro de atas do Cogere n.o 1, p. 151-157.

____ [Programa das cerimónias da entrega da Rosa de Ouro e da peregrinação nacional]. 1965. Acessível em ASF. UI430, doc. 'DS430.169'.

____ Projeto de gestão integrada da informação arquivística. 2001. Acessível em ASF.

____ Reflexão sobre a Pastoral de Fátima. 1973.05.02. Acessível em ASF. UI. 4740.

____ Regulamento. 2009-03-13. Acessível em ASF.

____ [Reitoria: Princípios de estruturação]. 1977-12-26. Acessível em ASF.

____ [Relatório da Reitoria e SEAC a entregar ao novo reitor]. 2008-09-15. Acessível em ASF.

____ [Relatório da visita aos acervos documentais custodiados pelo SESDI]. 2000-08-13. Acessível em ASF.

____ Relação nominal dos empregados. 1968-08-24. Acessível em ASF. UI 277.

____ Reunião do senhor reitor com as religiosas da Cova da Iria. 1973.06.03. Acessível em ASF. UI 4740.

____ <O> SEEC e o Plano Quinquenal do Santuário: Apontamentos [memorando]. 1978-11-13. Acessível em ASF. Livro de atas do COGERE n.º1. p. 186-188.

____ SEAC: Inventário de peças escritas e gráfica existentes no arquivo. c. 1980. Acessível em ASF.

____ Serviço de administração da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima: Manual de Org.anização (versão preliminar). 2002-22-26. Disponível em ASF. UI 4995.

____ Serviços, pessoas, lugares e obras. 1974.02.13. Acessível em ASF. UI 4740.

____ [Venda a António da Silva Portela]. 1929-08-12. Disponível em ASF. UI 2004.

SERÔDIO, Frederico da Silva – Servitas. In Enciclopédia de Fátima. Estoril : Príncipeia, 2007. p. 532-534.

SILVA, Armando Malheiro da; et al - Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da - A informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda - Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. 2.ªed. Porto: Afrontamento: 2008.

SILVA, Carlos Guardado Da - A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada. In JORNADAS IBÉRICAS DE ARQUIVOS MUNICIPAIS – Políticas, Sistemas e Instrumentos [Em linha]. [Acedido em 20 dez. 2014]._Url:_<[http://www.academia.edu/4563789/a_cassificacao_da_informacao_arquivistica_d a_administracao_local_nos_paises_ibericos](http://www.academia.edu/4563789/a_cassificacao_da_informacao_arquivistica_d_a_administracao_local_nos_paises_ibericos)>.

[T]

TORGAL, Luís Filipe – O sol bailou ao meio dia: a criação da Fátima. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

[U]

UNITED STATES CATHOLIC CONFERENCE - A document on Ecclesiastical Archives [Em linha].
1974. [Acedido em 18 set. 2014]. Url:
<<http://www.umanitoba.ca/stpauls/ccha/USBishopsonArchives.pdf>>.

[V]

VICENZO, Monachino; PALESE, Salvatore; BOAGA, Emanuele (Eds.) - Regolamento degli archivi ecclesiastici italiani proposto dalla Conferenza Episcopale Italiana ai vescovi diocesani [Em linha]. Città del Vaticano : Associazione Archivistica Ecclesiastica, 1998 [Acedido em 28 dez. 2014]. Url: <<http://www.archivaecclisiae.org/index.php/quaderni-5>>.

VIVAS MORENO, Agustín; PÉREZ ORTIZ, María Guadalupe – Archivos Eclesiásticos: el ejemplo del Archivo Diocesano de Mérida-Badajoz. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2011.

<A> VOZ da Fátima. vol. 5, n.0 58(1927-07-13).

Anexos

Conteúdos

Anexos

Anexo 1 – Associações profissionais e similares;

Anexo 2 – Constituição e evolução do ambiente regulador do sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima;

Anexo 3 – Plano de Classificação utilizado na Reitoria

Anexo 1 – Associações profissionais e similares

Nota: Esta lista está em elaboração

a) Associações de arquivos e arquivistas de instituições religiosas

a1) Católicas

1. Associazione Archivistica Ecclesiastica [Vaticano]

Associação fundada em 1956 com sede na cidade do Vaticano. Tem por objetivo a promoção das diretivas da Santa Sé para a «boa preservação e estudo» dos arquivos da Igreja. Publica a coleção *Archiva Ecclesiae* desde 1958, contendo actas dos congressos e os chamados *quaderni*. Foi responsável pela publicação do manual de arquivística *Consegnare la memoria*. Apesar de sita no Vaticano, a sua atividade tem-se centrado bastante na realidade dos arquivos eclesiásticos em Itália. Exemplo é a ligação à criação do regulamento dos arquivos eclesiásticos, propostos pela Conferência Episcopal Italiana e publicados pela AAE em 1998.

2. Asociación de Archiveros de la Iglesia en España

Fundada em 1971 como associação de arquivistas e bibliotecários eclesiásticos, tendo os bibliotecários optado mais tarde por uma associação independente. Visa apoiar as instituições da Igreja Católica na organização conservação e uso da informação arquivística à sua responsabilidade. Publica o periódico *Communicatio* e as coleções *Memoria Ecclesiae*, *Ecclesiae Vita*, *Ecclesiae Subsidia*, *Memoria Ecclesiae Pliegos* e *Memoria Ecclesiae Cuadernos*. Em 2001 editou online um guia de arquivos eclesiásticos em Espanha.

3. Association des Archivistes de l'Église de France

Fundada em 1973 por Charles Molette, com o patrocínio do Episcopado francês. Congrega responsáveis e funcionários de arquivos diocesanos, mas também de institutos religiosos e outros organismos ligados à Igreja Católica em França,

como universidades ou santuários. Tem por objetivo a salvaguarda do património arquivístico da Igreja Católica em França e a promoção das condições técnico-científicas do trabalho dos arquivistas da Igreja. Reúne anualmente em Paris e publica boletim semestral.

4. Groupe de recherches historiques et archivistiques des congrégations féminines [França]
Fundado em 1971. Aparentemente passou a funcionar conjuntamente com a *Association des Archivistes de l'Église de France*.
5. Catholic Archives Society [Reino Unido e Irlanda]
Criada em 1979 com o objetivo de cuidar dos arquivos de instituições religiosas católicas, de modo a promover um maior grau de eficiência na gestão das instituições e a disponibilizar documentação para estudos académicos.
6. Association of Catholic Diocesan Archivists [E.U.A.]
A conferência episcopal americana publicou, em 1974, um documento sobre os arquivos episcopais. Da reflexão aí iniciada surgiu, entre 1978 e 1979 a *Association of Catholic Diocesan Archivists*. Têm trabalhado na publicação de textos de reflexão e guias de gestão de arquivos das quais são exemplo os manuais para a gestão de arquivos diocesanos publicados em 1991 e 2012.
7. Iowa Conference of Archivists of Catholic Institutions [E.U.A.]
Sem informação adicional
8. Tri-State Catholic Archivists [E.U.A.]
Grupo de arquivistas de instituições católicas dos estados americanos de Ohio, Kentucky e Indiana. Promove reuniões semestrais.

a2) Cristãs não católicas

1. Cathedral Library & Archives Association [Reino Unido e Irlanda]
Grupo dedicado à promoção preservação e proteção das bibliotecas e arquivos catederalícios. Ligação à *Igreja de Inglaterra* (Comunhão Anglicana).
2. Association of Librarians & Archivists at Baptist Institutions [E.U.A.]

Grupo de profissionais da informação ligados a instituições da Igreja Batista. Tem reunião anual.

3. Evangelical Lutheran Church of America Archives Network [E.U.A.]

Rede de arquivos de instituições ligadas ao luteranismo nos Estados Unidos da América.

4. National Episcopal Historians & Archivists [E.U.A.]

Fundada em 1994, descende da Association of Episcopal Historiographers, fundada em 1961. Apesar de incluir o termo 'arquivistas' na sua denominação, esta organização parece dedicada maioritariamente ao estudo histórico. A Igreja Episcopal dos E.U.A. integra a Comunhão Anglicana.

5. Episcopal Archivists Network [E.U.A.]

Grupo de arquivistas ligado à Igreja Episcopal, presta apoio e consultoria. A Igreja Episcopal dos E.U.A. integra a Comunhão Anglicana.

6. The Historical Society of the United Methodist Church [E.U.A.]

Associação de apoio e promoção do estudos históricos de todos os ramos da igreja metodista. Integra a Comissão de Arquivos e História da Igreja Metodista Unida.

a3) Ecuménicas ou interconfessionais

1. Association for Church Archives of Ireland

Criada em 1980, para apoio à gestão e preservação da informação gerada por instituições ligadas às várias igrejas cristãs existentes na Irlanda.

2. Religious Archives Group [Reino Unido]

Associação existente desde, pelo menos, 2007. Visa promover o conhecimento sobre os arquivos religiosos de todas as confissões existentes no Reino Unido. Disponibilizam online as atas dos encontros anuais.

3. Saint Louis Area Religious Archivists [E.U.A.]

Grupo de arquivistas da zona de St. Louis (Missouri), promovido pela Igreja Católica mas, aparentemente, aberto a arquivistas de outras igrejas. Promove reuniões semestrais.

4. Archivists for Congregations of Women Religious [E.U.A.]

Organização americana, integra arquivistas de congregações femininas de várias igrejas cristãs. Reúne anualmente por ocasião da conferência da Society for American Archivists e tem conferência própria a cada triénio.

5. Archivists of Religious Institutes [E.U.A.]

Grupo de arquivistas de diferentes filiações religiosas na área metropolitana de Nova Iorque (inclui estados de Nova Jérsia e Conneticut). Promove reuniões com carácter semestral.

6. Western New York Archivists [E.U.A.]

Grupo regional de arquivistas de instituições religiosas (cristãs). Resulta da renomeação da associação Religious Archivists of Western New York.

7. New England Archivists of Religious Institutions [E.U.A.]

Associação regional de arquivistas de instituições de diferentes filiações religiosas. Promove conferência anual.

8. Church Archivists Society of Australia

Sem informação adicional.

b) Secções integrando associações nacionais ou internacionais de arquivistas

1. Section for archives of faith traditions (SAFT-ICA)

Secção do Conselho Internacional de Arquivos (CIA/ICA), criado em 1994 sob a denominação de «Section of Archives of Churches and Religious Denominations». Visa a promoção de gestão arquivística baseada em critérios profissionais através do apoio à cooperação, à formação e ao desenvolvimento profissionais.

2. Archivists of Religious Collections Section

A Society of American Archivists [E.U.A. e Canadá] criou uma secção dedicada aos arquivos de instituições religiosas, englobando representantes de várias comunidades de fé.

c) Secções e Comissões ligadas à hierarquia de igrejas

c1) Católicas

1. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja [Vaticano]
2. Comissão Episcopal Cultura, Bens Culturais e Comunicações [Portugal]
Comissão da Conferência Episcopal Portuguesa.
3. Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja [Portugal]
Integra e estrutura criada pela Conferência Episcopal Portuguesa. Uma das áreas de atuação é a dos arquivos. Publica a revista *Invenire*.
4. Scottish Catholic Archives
Arquivo de concentração ligado à Conferência Episcopal Escocesa. Não foi possível determinar com exatidão a data da formação desta 'agência', no entanto, na sua configuração atual, parece resultar do trabalho desenvolvido, numa perspetiva patrimonialista, pelo Scottish Catholic Historical Committee, fundado em 1949.
5. Centre national des archives de l'Église de France
Arquivo dos serviços centrais da Conferência Episcopal Francesa.
6. Bundeskonferenz der Kirchlichen Archive in Deutschland [Alemanha]
Grupo criado em 1983 pela Conferência Episcopal Alemã. Divide-se em conferências provinciais. Integra arquivos diocesanos, mas também os arquivos de ordens e de instituições extra-diocesanas (associações de solidariedade, juvenis, etc), estas últimas com grupos de trabalho próprios.
7. Arbeitsgemeinschaft der Ordensarchive [Alemanha]
Grupo de trabalho de responsáveis pelos arquivos de ordens religiosas e comunidades independentes reunidas na Conferência Alemã de Superiores [de Ordens] . Está ligado à *Bundeskonferenz der Kirchlichen Archive in Deutschland*.

8. Arbeitsgemeinschaft der Archive überdiözesaner Einrichtungen [Alemanha]
Grupo de trabalho dedicado aos arquivos de organizações extra-diocesanas, como organizações de solidariedade, juvenis, etc. Está ligado à *Bundeskonferenz der Kirchlichen Archive in Deutschland*.
9. Ordensarchive Österreichs [Áustria]
É uma instituição da Conferência Austríaca de Superiores [de Ordens]. No Portal dos Mosteiros (*Klosterportal*) aparece, aparentemente, referenciada como Divisão de Arquivos de igrejas e comunidades religiosas.

b) Cristãs não-católicas

1. General Commission on Archives & History [E.U.A.]
Comissão de Arquivos e História da Igreja Metodista Unida. Esta Igreja existe sobretudo nos E.U.A., embora tenha algumas missões e ramificações em países como Filipinas e Zimbábue.
2. Committee on Archives and History [Canadá]
Organismo ligado ao Concelho Geral da Igreja Unida do Canadá, assume responsabilidade na coordenação e promoção da gestão de informação arquivística. Existe uma rede de arquivos da Igreja Unida do Canadá.

c) Não cristãs

Não identificadas

Anexo 2 – Constituição e evolução do ambiente regulador do sistema de informação arquivística do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

| Ano | Âmbito civil | Âmbito eclesiástico |
|------|---------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1911 | 1911.04.20 - Lei de Separação da Igreja e do Estado | |
| 1917 | | Código de Direito Canónico de 1917 |
| 1918 | 1918.02.22 - Decreto nº 3856 | |
| 1926 | 1926.07.06 - Decreto nº 11887 | 1926.09.10 - Estatutos da Corporação Paroquial encarregada do culto católico da freguesia de Fátima |
| 1927 | | 1927.07.13 – Criação de Capelania permanente no Santuário de Fátima |
| 1930 | | 1930.10.13 - Carta pastoral de D. José Alves Correia da Silva autorizando o culto a Nossa Senhora de Fátima |
| 1940 | 1940.05.07 - Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português | 1940.11.07 – Ereção da Fábrica do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. |
| 1941 | | 1941.01.22 – Provisão que permite administração de sacramentos de batismo e matrimónio no Santuário de Fátima, instituindo respetivos livros de registo. 1941.08.10 - Provisão que isenta o |

| | | |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | Santuário da Jurisdição paroquial e nomear o P. ^e Amílcar Martins Fontes como reitor. |
| 1946 | | 1946.08.10 – Provisão que desmembra o Santuário de Fátima da Paróquia de Fátima. |
| 1948 | 1948.08.11 – Decreto-lei n.º 37008, estabelece plano de urbanização para Fátima, prevendo zona de proteção ao Santuário. | |
| 1955 | | 1955.08.13 – Provisão que cria um museu-biblioteca no Santuário de Fátima. |
| 1958 | | 1958.07.21 - Protocolo 33552/D da Congregação do Concílio cria o Conselho Nacional para o Santuário de Fátima ⁴²⁸ . |
| 1962 | | 1962.01.17 - Regulamento geral da Fábrica da Igreja e do Benefício Paroquial. Regulamento aprovado pelo episcopado português e que passou a servir de guia para o orçamento do Santuário. Não é perceptível se se aplica somente ao Santuário ou se é um normativo de carácter geral ⁴²⁹ . |
| 1975 | 1975.04.04 - Decreto nº 187/75 estabelece um protocolo adicional à Concordata de 1940 | |

⁴²⁸ Cf. GOMES, Manuel Saturino da Costa – *Estatuto jurídico do Santuário de Fátima*. In *Enciclopédia de Fátima*. Estoril : Príncipeps, 2007. p. 201-202.

⁴²⁹ Cf. OLIVEIRA, Francisco Pereira de – *Vida administrativa do Santuário de 1917 a 1972* [memorando]. 1973-12-31. Acessível em ASF. UI 341. p. 13.

| | | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1978 | | <p>1978.07.31 - Norma «In risposta» da Secretaria de Estado do Vaticano (prot. n.352.779/210),</p> <p>Regula a reprodução dos documentos dos arquivos eclesiásticos. Não é explícito se o âmbito geográfico de aplicação se limita a Itália.</p> <p>Estabelece reserva de acesso e de reprodução (para fins científicos):</p> <p>a) estabelece por norma o limite mínimo de 70 anos para acesso e reprodução;</p> <p>b) acesso não permitido a documentos secretos ou reservados;</p> <p>c) caso específico dos registos paroquiais, reforça o limite de 70 anos para a reprodução;</p> <p>d) documentos referentes a privados só podem ser consultados e reproduzidos com autorização dos interessados.</p> |
| 1983 | <p>1983.04.05 - Decreto-Lei n.º 149/83</p> <p>O art.º 3.º estabelece que os livros de registo paroquial sejam incorporados nos arquivos distritais, sem indicação de data limite.</p> | <p>Código de Direito Canónico de 1983</p> <p>Relacionado com arquivos: Can. 173§4, 319, 382§3, 428§2, 452, 456, 458, 474, 482-491, 535§1-5, 540, 555§1, 636-637, 877§1-3, 895, 958§1-2, 1053§1-2, 1081, 1082, 1121§1-3, 1122§1-2, 1123, 1133, 1182, 1208, 1283, 1284§2, 1287, 1306§1-2, 1307§2, 1339§3, 1391, 1437§1-2, 1472§1-2, 1473, 1474§1-2, 1475§1-2, 1540-1546, 1685, 1706, 1719⁴³⁰.</p> <p>Relacionado com santuários: Can. 1230 a</p> |

⁴³⁰ Elenco elaborado por Emanuel Boaga, reproduzido em ABREU, Paulo José - *Arquivos eclesiásticos: orientações e normas*. In ROSA, Maria de Lurdes, FONTES, Paulo (coord.). *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa : CEHR, 2000. p. 202.

| | | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | 1234. |
| 1985 | 1985.07.06 - Lei n.º 13/85, Lei do Património Cultural Português. Atribui ao governo a função de proteger legalmente o património cultural português, entre os quais o património arquivístico eclesiástico. | 1985.11.14 - Nota do Episcopado sobre a Lei n.º 13/85 Protesta contra o carácter estatizante da lei. Recomenda às instituições religiosas vigilância contra ações que coloquem em risco o património cultural da Igreja, mesmo da parte do Estado. |
| 1993 | 1993.01.23 - Decreto-Lei nº16/93, que estabelece o Regime Geral do Património Arquivístico | |
| 2001 | 2001.09.08 - Lei nº107/2001, que estabelece o Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (para património arquivístico <i>vide</i> art.º 80 - 83) | |
| 2002 | | 2002.12.04 - Normas gerais sobre o Património Cultural (Diocese de Leiria-Fátima) |
| 2004 | 2004.11.16 - Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português | |
| 2006 | | 2006.04.27 - Estatutos do Santuário |
| 2009 | | 2009.03.13 - Regulamento do Santuário |

Anexo 3 – Plano de Classificação utilizado na Reitoria

1A -Secção de apoios e conselhos da Reitoria

1A1 - COPA - Conselho de Pastoral

2A -Secção de assuntos relacionados com a Igreja na diocese e em Portugal

2A1 -Bispo Diocesano, Câmara Eclesiástica de Leiria, Seminário Diocesano, Conselho Presbiteral, Postulação dos Videntes

2A2 -Vigararia e Paróquia de Fátima

2A3 -Comunidades Religiosas e Sacerdotes

2A4 -Paróquias, Dioceses, Bispos, Conferência Episcopal, Nunciatura, Secretariado Nacional de Liturgia, Ordem de Malta, Irmãs Reparadoras, CNIR-FNIRF

2A5 -Santuários

2A6 -Associações e instituições

3A -Secção de assuntos relacionados com a Igreja fora de Portugal

3A1 -Santa Sé, Dioceses, Bispos, Sacerdotes Diocesanos

3A2 -Congregações Religiosas

3A3 -Paróquias e Santuários

3A4 -Associações de Reitores e Diretores de Peregrinações

3A5 -Diversos / Outros

4A -Secção de assuntos relacionados com Entidades Civis

4A1 -Governo, Direções e Organismos Gerais, Governos Civis, Câmaras

4A2 -Câmara Municipal de Ourém, Junta de Freguesia de Fátima

4A3 -Polícia, Guarda Nacional Republicana, Bombeiros, Militares

4A4 -Outros / Instituições (v.g. Fundação Gulbenkian)

5A -Secção de assuntos pessoais dos membros da Reitoria

5A1 -Reitor (anónimos, confidenciais, serviços pessoais, críticas, etc.)

5A2 -Outros

6A -Secção de grupos de «servidores de Nossa Senhora» (considerados enquanto grupos independentes dos grupos de Serviços)

6A1 -Comunidade Sacerdotal

6A2 -Comunidade das Servas de Nossa Senhora de Fátima

6A3 -Outras

7A -Secção de apoio aos Serviços

7AB (Serviço de Ambiente e Construções - SEAC)

7AC (Serviço de Alojamentos - SEAL)

7AD (Serviço de Associações - SEAS)

7AE (Serviço de Administração - SEAD)

7AF (Serviço de Preservação do Ambiente - SEPRAM)

7AG (Serviço de Pastoral Litúrgica - SEPALI)

7AH (Serviço de Peregrinos - SEPE)

7AI (Serviço de Peregrinações Aniversárias - SEPEAN)

7AJ (Serviço de Estudos e Difusão - SESDI)

7AL (Serviço de Doentes - SEDO)